

diálogos

caderno de

A REVISTA CIENTÍFICA
DA PÓS-GRADUAÇÃO

VOLUME 6 - DEZ/2023

ISSN 2764-6319



EDUCAÇÃO
SAÚDE
DIREITO
GESTÃO



FACULDADE
famart
GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO EAD

REVISTA ACADÊMICA CADERNO DE DIÁLOGOS
Volume 06 - Número 01 - Dezembro/2023
Periodicidade: Quadrimestral

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

FACULDADE FAMART

DIRETOR EXECUTIVO

Wanderson Clayton Fontella Francisco

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Paulo Henrique da Silva Junior

ACADÊMICO

Andrezza de Cássia Soares Torres

Dara Cristina Fernandes Gonçalves

Douglas dos Santos Borges

Raissa Fernandes Parreira

Maria Paula Santos da Cunha Porto

Tábata Fernanda Gomes

Guilherme de Castro Martins de Carvalho

Lucas Eustáquio de Paiva Silva

Luciano Borges Muniz

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Victor Fernandes de Souza

CONSULTORIA E PROJEÇÃO EM MARKETING

Camila Aparecida Marques de Almeida

Marcelo Henrique Guimarães

CONSELHO EDITORIAL

Guilherme de Castro Martins de Carvalho

Lucas Eustáquio de Paiva Silva

Luciano Borges Muniz

ASSESSORIA EDITORIAL

Andrezza de Cássia Soares Torres

Dara Cristina Fernandes Gonçalves

Raissa Fernandes Parreira

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Aracele Maria de Souza

Karina Leão de Mello

Lucas Eustáquio de Paiva Silva

Luciano Borges Muniz

Mailson Santos de Queiroz

EDITORIAL

É com grande prazer que apresentamos a publicação mais recente e última edição do ano da Revista Acadêmica – Caderno de Diálogos, a revista da Pós-Graduação da Faculdade Famart. Como a última das três edições publicadas no ano, consideramos o momento certo para reflexões sobre o que alcançamos como comunidade acadêmica. Ao nos aproximarmos do final de 2023, nesta edição, celebramos não apenas o conhecimento inovador que se desdobrou nas páginas dessa revista, mas também a dedicação incansável de cada pesquisador que tornou isso possível.

Esse editorial é apresentado com intenção de fazer um breve resumo sobre os 9 trabalhos de conclusão de curso, aprovados e reconhecidos como artigos excepcionais, por meio de análises criteriosas feitas pelo Setor Pedagógico da faculdade Famart.

Juntamente com os professores orientadores dos artigos aqui publicados, os autores realizaram variadas pesquisas relacionadas às áreas de suas especializações e através de pesquisas dedicadas nos campos de suas expertises, puderam contribuir significativamente para que essa edição chegasse para nós e então podermos desfrutar desses incríveis trabalhos.

Gostaríamos de dedicar um reconhecimento especial ao dedicado trabalho de todo o setor pedagógico que desempenhou um papel fundamental na conclusão desta edição. Agradecemos imensamente aos membros do Acadêmico: Andrezza Torres, Dara Gonçalves, Raissa Parreira, Maria Porto e Tábata Gomes pelo comprometimento e dedicação demonstrados em cada etapa do processo, suas contribuições foram essenciais para a qualidade desta publicação acadêmica. Estendemos nossa gratidão aos membros do conselho editorial, Prof. Dr. Lucas Paiva, o Diretor Acadêmico, cuja liderança e apoio contínuo foram fundamentais para o sucesso desta edição; uma menção honrosa também para Prof. Guilherme Carvalho, Supervisor e Coordenador Pedagógico, cujo profissionalismo e orientação foram cruciais para a realização deste projeto. Juntos, formamos uma equipe comprometida com a excelência acadêmica e o avanço do conhecimento, e é com profunda gratidão que reconhecemos suas notáveis contribuições.

Sabemos que o processo de pesquisa é muitas vezes árduo e desafiador. No entanto, é esse esforço conjunto que faz da nossa revista um veículo tão significativo para a expressão intelectual e diálogo. Agradecemos por abraçarem o desafio, por persistirem nos momentos de incerteza e por compartilharem suas ideias conosco.

A edição conta com estudos de diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, Educação, Tecnologia, Gestão, Linguagem, Direito e Saúde. A começar pelo campo da educação, Rosimeire Martins de Souza aborda a Educação Infantil com foco em analisar a socialização e interação afetiva da criança sob a perspectiva psicopedagógica, destacando a relevância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem. Ela enfatiza que o brincar desempenha um papel crucial no desenvolvimento infantil, promovendo a imaginação, a criação, e avanço das funções motoras e cognitivas, utilizando referências de teóricos como Vygotsky, Negrine e Oliveira. Cristiane da Silva Elias objetiva analisar criticamente os desafios enfrentados pela EaD no Brasil. Ela destaca a falta de acesso às tecnologias digitais e as disparidades sociais que impedem a igualdade de acesso ao ensino à distância, especialmente evidenciadas durante a pandemia de Covid-19. As críticas incluem a falta de preparo do sistema educacional brasileiro para a integração efetiva da tecnologia na educação, apesar das previsões otimistas nas décadas anteriores. A discussão destaca a necessidade de reflexão e ação para alcançar a democratização do conhecimento por meio da EaD, reconhecendo que, embora tenha ganhado destaque, ainda está fora do alcance de muitos brasileiros. No campo da gestão, Maria da Conceição de Sousa Silva aborda a importância da liderança na gestão escolar com ênfase na tomada de decisões estratégicas que visam o sucesso dos alunos. A revisão bibliográfica abrangente foi conduzida, destacando as contribuições de autores renomados como Hargreaves, Fullan, Leithwood e Sergiovanni. No trabalho é enfatizado a relevância da liderança na análise de dados educacionais, promoção da colaboração na comunidade escolar, compromisso com a equidade educacional e gestão eficaz de recursos. Já Maria Rosimeri de Oliveira Queiroz Feitosa destaca o papel crucial do psicopedagogo nos espaços escolares e sua significativa contribuição para crianças e jovens em idade escolar. Ela explica que a falta de compreensão sobre o trabalho desse profissional, tanto por parte das famílias quanto dos agentes educacionais, motiva a pesquisa a apresentar informações relevantes sobre sua atuação no processo de ensino e aprendizagem. Na reta final das pesquisas educacionais, desta vez, por meio de metodologias de ensino e entrando no campo da linguagem, Glória Hannah Fanaia de Almeida explora o papel das Histórias em Quadrinhos (HQs) no ensino de línguas estrangeiras, especialmente no contexto do aprendizado de inglês. Observando as dificuldades tradicionais no estudo da língua. O estudo investiga o uso de HQs digitais para o desenvolvimento da escrita e leitura em inglês,

demonstrando a eficácia dessa abordagem educacional como uma estratégia pedagógica inovadora, além de reforçar a importância crescente das HQs no cenário educacional contemporâneo. Por fim, Maria de Jesus dos Santos Reis Mota aborda as contribuições das perspectivas teóricas e práticas no ensino de História no Brasil. Ela busca analisar e investigar como impactam as práticas de ensino para a formação da consciência histórica dos estudantes e das gerações futuras, destacando a importância de compreender essas influências para promover uma educação histórica mais significativa. No Direito, mais precisamente na área da Criminologia, Luiza Cattoni Carvalho Pinto aborda a reintegração social, um aspecto central na Lei de Execução Penal, destacando os deveres e direitos da pessoa privada de liberdade, mas ressaltando os desafios estruturais e institucionais associados à natureza da pena privativa de liberdade. Com foco nos Grupos Específicos, especialmente na população LGBTQIAPN+, o estudo utiliza a Criminologia Crítica e temas relacionados ao Sistema Prisional para analisar o tratamento penitenciário a esses grupos vulneráveis. Para mais, visa elucidar as ações do Estado na execução de Políticas Públicas direcionadas aos Grupos Específicos, contribuindo para a reintegração social no Sistema Prisional de Minas Gerais. No campo da Saúde, Camila Braz Souza propõe abordar a importância da alimentação saudável nas escolas, destacando o Programa Nacional de Alimentação Escolar. O estudo analisa como a alimentação saudável impacta a vida dos alunos, enfocando o papel crucial da nutricionista nesse contexto. Ela destaca que a alimentação saudável desempenha um papel vital durante a idade escolar, influenciando não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o desempenho educacional. Por fim, no nono e último artigo desta edição da nossa Revista Acadêmica, Andréa Alessandra Ourique da Luz aborda as implicações do envelhecimento humano no ato de dirigir, analisando fatores determinantes que podem levar à suspensão ou incapacidade para conduzir veículos. O foco reside na defasagem das funções cognitivas e psicológicas associadas ao envelhecimento, visando aumentar a segurança no trânsito e minimizar acidentes. O artigo também destaca a importância de considerar não apenas os fatores físicos, mas também os cognitivos, psicológicos e sociais ao analisar a continuidade ou suspensão do direito de dirigir para essa população.

Editor Responsável
Douglas dos Santos Borges

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO INFANTIL: o lúdico no processo de formação do indivíduo e suas especificidades

Rosimeire Martins de Souza
Pauliane Aparecida de Moraes

..... PÁG. 09

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL: novos desafios e antigos problemas sob uma análise bibliográfica

Cristiane da Silva Elias
Mailson Santos de Queiroz

..... PÁG. 20

LIDERANÇA NA GESTÃO ESCOLAR PARA A EFICIÊNCIA: um estudo bibliográfico sobre sua influência na qualidade educacional

Maria da Conceição de Sousa Silva
Welliton Glayco da Fonseca

..... PÁG. 31

O PSICOPEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR: a importância da atuação do psicopedagogo para o processo de ensino e aprendizagem.

Maria Rosimeri de Oliveira Queiroz Feitosa
Pauliane Aparecida de Moraes

..... PÁG. 42

A IMPORTÂNCIA DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA: uma pesquisa bibliográfica

Gloria Hannah Fanaia De Almeida
Gabriela Araújo

..... PÁG. 53

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: uma análise bibliográfica sobre perspectivas de ensino e pesquisa

Maria de Jesus dos Santos Reis Mota
Lucas Eustáquio de Paiva Silva

..... PÁG. 67

GRUPOS ESPECÍFICOS (LGBTQIAPN+): ANÁLISE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TRATAMENTO PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA

Luiza Cattoni Carvalho Pinto
Daniela Moreno de Camargo

..... PÁG. 80

UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS E O PAPEL DA NUTRICIONISTA

Camila Braz de Souza
Mailson Santos de Queiroz

..... PÁG. 96

O ENVELHECIMENTO E O ATO DE DIRIGIR: um estudo bibliográfico sobre o envelhecimento humano e suas implicações na segurança do trânsito

Andréa Alessandra Ourique da Luz
Karina Melo Leão

..... PÁG. 107

EDUCAÇÃO INFANTIL: o lúdico no processo de formação do indivíduo e suas especificidades

Rosimeire Martins de Souza¹
Pauliane Aparecida de Moraes²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a socialização e a interação afetiva da criança na perspectiva psicopedagógica. O lúdico tem grande importância no processo de ensino aprendizagem, pois a criança aprende de forma prazerosa diversas áreas do conhecimento. A brincadeira é de extrema importância para o desenvolvimento das crianças, é através dela que se favorece a imaginação, criação, o avanço das funções motoras e cognitivas. O brinquedo provoca na criança a imaginação, sendo uma base fundamental para a consolidação do pensamento abstrato, inclusive para o processo da internalização da fala. Bem como, estimula a vida social, permitindo que estabeleça relações de trocas de aprendizagem, as brincadeiras podem se tornar métodos de ensino capazes de fomentar habilidades no processo de construção do conhecimento. Dessa forma, o objetivo do estudo foi evidenciar a contribuição da brincadeira e da psicopedagogia no processo de ensino aprendizagem. Podemos observar que a relação entre jogo e a educação é uma construção em que a criança aprende e transforma as informações em conhecimento. Para tanto, o presente estudo foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas e por meio de análises estudos e artigos. Ressalta-se que o método de abordagem do tema é a qualitativa e o método de procedimento é o artigo científico. A pesquisa foi desenvolvida através revisão de literatura baseada em estudiosos do tema como Vygostky, Negrine e Oliveira, dentre outras fontes de pesquisa como a rede mundial de computadores.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Crianças. Brincar. Cultura. Lúdico.

ABSTRACT

The present work has as objective to analyze the socialization and the affective interaction of the child in the psychopedagogical perspective. The ludic is of great importance in the teaching-learning process, because the child learns in a pleasant way several areas of knowledge. Play is extremely important for the development of children, it is through it that imagination, creation and the advancement of motor and cognitive functions are favored. The toy provokes the child's imagination, being a fundamental basis for the consolidation of abstract thinking, including the internalization of speech. As well as stimulating

¹ Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pela faculdade Famart. E-mail: rosimeiremarsouza@gmail.com.

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestre em Educação.

social life, allowing you to establish relationships of learning exchanges, games can become teaching methods capable of fostering skills in the repository knowledge construction. Thus, the objective of the study was to highlight the contribution of play and psychopedagogy in the teaching-learning process. We can observe that the relationship between game and education is a construction in which the child learns and transforms information into knowledge. Therefore, the repository study was developed through bibliographic research and through analysis of studies and articles. It is noteworthy that the method of approaching the theme is qualitative and the method of procedure is the scientific article. The research was developed through a literature review based on scholars on the subject such as Vygotsky, Negrine and Oliveira, among repository research sources such as the world wide web.

Keywords: Development. Children. To play. Culture. Ludic.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a socialização e interação afetiva da criança. Brincadeiras, brinquedos e jogos permeiam o cotidiano das crianças. O brincar é a atividade principal das crianças, desde os povos mais primitivos até a atualidade, é por meio da brincadeira que expressa sua interação com o mundo, seus valores, modos de agir, pensar, socializar entre outras ações.

Dentre os autores que se dedicam a essa área, destaca-se Lev Vygotsky, com seus estudos sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, com enfoque para questões do brinquedo na formação de cada indivíduo. O autor é uma referência nesse campo por desenvolver bases teóricas seguindo uma linha sócio-histórica e sociocultural. Para o estudioso, o brinquedo instiga a criança provoca a sua imaginação, construindo uma base fundamental para a consolidação do pensamento abstrato bem como o processo da internalização da fala.

A criança nasce inserida em um determinado meio social, suas primeiras interações se dão com a família, e é a partir daí que se estabelece as suas relações com a linguagem e se inicia o processo de desenvolvimento como um todo. Vygotsky, salienta que as formas do pensar são construídas por meio dessa apropriação do saber da comunidade em que o sujeito está inserido.

O lúdico foi redescoberto como um instrumento pedagógico importante, uma vez possui benefícios que são percebidos em diversas áreas do desenvolvimento individual. Impulsiona a criança, estimulando-a a crescer na linha da socialização, da libertação, de

potencialidades, tais como a expressão corporal, autoafirmação e participação pessoal no processo de aprendizagem.

Nessa esteira, embasado pela teoria do desenvolvimento infantil, cabe o questionamento, qual a importância do brincar? Essa atividade lúdica, que muitas vezes estimula a criação, imaginação e a criatividade, pode auxiliar no desenvolvimento da criança, em muitos aspectos.

A brincadeira é uma atividade que favorece na formação do caráter, na complexão física, mental, cognitivas e sociais de uma criança, sendo de suma importância para o seu desenvolvimento. Quando se fala em brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e brincadeiras, indo desde jogos simples a jogos com regras, rodas cantadas, múltiplos brinquedos, brincadeiras de faz de conta, entre outras.

Para tanto, o presente estudo foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas e por meio de análises estudos, filme e artigos. Ressalta-se que o método de abordagem do tema é o dedutivo e o método de procedimento é o de artigo científico. Com o intuito de elucidar a matéria proposta, mas sem a esgotar, dada a infinidade de questionamentos que ela traz.

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento infantil é um processo contínuo que envolve a aquisição de novas funções e habilidades, intelectuais, sociais e motoras. Ordenado por estágios sequenciais, sendo único para cada criança. Todas as crianças passam por esse estágio, que vai desde o nascimento até mais ou menos seis anos de idade. É marcado por fases, nos quais determinados comportamentos são esperados das crianças de acordo com a idade.

O desenvolvimento das crianças não se limita apenas a evolução das habilidades motoras, mas ocorre em várias esferas ao mesmo tempo. Sendo, que é necessária uma integração entre todos os tipos de desenvolvimento que a criança passa. Nesse sentido, Rocha leciona:

Crianças são seres em crescimento e desenvolvimento, com necessidades específicas em cada fase, pertencendo a diferentes classes sociais, apresentando desigualdades não apenas biológicas ditadas pelas etapas de amadurecimento de suas funções orgânicas, mas socialmente determinadas, havendo uma relação diretamente proporcional entre suas vulnerabilidades, riscos de adoecer, danos e suas condições de existência e qualidade de vida. (ROCHA, 2002, p. 25).

Como explica Rocha, as crianças são seres em constante desenvolvimento, cada uma possui uma necessidade específica em cada fase de sua vida, e as questões ao seu entorno impactam diretamente nesse processo de evolução. Ou seja, tudo que está ao seu redor pode influenciar, inclusive o brincar. Que na concepção de Vygotsky é fator fundamental para o crescimento e desenvolvimento infantil.

Para Vygotsky, o brinquedo provoca na criança a imaginação, sendo uma base fundamental para a consolidação do pensamento abstrato, inclusive para o processo da internalização da fala. Em estudos realizados pelo autor, foi verificado que o brincar demonstra como os processos cognitivos, especificamente pensamento e linguagem, evoluem e potencializam por meio da brincadeira. Winnicott salienta que:

(...) o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na terapia: finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, o serviço de comunicação consigo mesmo e com os outros. (Winnicott, 1975, p. 63).

Nesse sentido, Vygotsky (2007, p. 103) diz que “aprendizado adequadamente organizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros”. Ou seja, a criança é diretamente influenciada pelo meio que está inserida, todos ao seu redor fazem parte desse processo de desenvolvimento.

De acordo com Vygotsky, as crianças nascem com poucas funções mentais básicas, como a atenção, sensação, percepção e a memória, que são eventualmente modificadas pela cultura em novas e mais sofisticadas funções mentais superiores. Ainda, há que se ressaltar que a memória é uma das funções psíquicas que possuem maior contribuição para o processo de aprendizado como um todo. Nesse sentido Kishimoto ressalta que:

O brinquedo, a brincadeira e o jogo são recursos auxiliares para o desenvolvimento físico, mental e socioemocional da criança. Essas atividades assumem função lúdica, (diversão, prazer ou certo desprazer que o brinquedo propicia) e função educativa (conhecimento e apreensão do mundo, que completa o indivíduo em seu saber). (KISHIMOTO, 1996).

Na brincadeira a criança revive as suas emoções, tais como alegria, medo, e seus conflitos, trata-se de uma atividade que permite o desenvolvimento dos valores humanos como o coleguismo, a amizade, a solidariedade, o respeito ao próximo, bem como permite a criança a aprender a ser mais tolerante e a escutar o próximo.

As brincadeiras também auxiliam na autoestima, o humor, a enfrentar os desafios do dia a dia, manter vínculos afetivos, exercitar a liberdade de expressão, desenvolver habilidades múltiplas e se adaptar diante das complexidades e situações que se apresentam a elas na brincadeira e também estão presentes na realidade em que estamos inseridos.

O brincar, por ser uma atividade livre que não inibe a fantasia, favorece o fortalecimento da autonomia da criança e contribui para a não formação e até quebra de estruturas defensivas. Ao brincar de que é a mãe da boneca, por exemplo, a menina não apenas imita e se identifica com a figura materna, mas realmente vive intensamente a situação de poder gerar filhos, e de ser uma mãe boa, forte e confiável. (OLIVEIRA, 2000, p. 19).

Ainda que a criança possua uma maior capacidade de se adaptar a diferentes cenários, elas também enfrentam desafios no momento de lidar com situações extremas, passar o dia inteiro enclausurado em casa pode afetar o desenvolvimento e o seu comportamento. Elas precisam se exercitar, gastar energia, circular e se relacionar com as pessoas, principalmente com outras crianças de mesma idade.

Entretanto, a criança possui um recurso que pode deixá-la um pouco mais confortável nessa situação que é o “brincar”. Como foi dito anteriormente a brincadeira tem um papel de extrema importância no desenvolvimento infantil, sendo crucial na evolução cognitiva, motora e em geral no crescimento de cada criança.

Contudo, para avaliar o desenvolvimento a partir da ação de brincar, deve-se levar em consideração que o contexto social e familiar influencia muito nessa atividade. Além, do local onde a criança reside, a sua composição familiar, a cultura regional, bem como as situações que ocorrem diariamente naquele ambiente, onde ela está inserida.

O brinquedo possui um papel relevante na teoria de Vygotsky, pois ele é visto como uma possibilidade de provocar e estimular o desenvolvimento de uma criança. Para Vygotsky (2007, p. 110), “é através do brinquedo que a criança atinge uma definição funcional de conceitos ou de objetos, e as palavras passam a se tornar parte de algo concreto”. A brincadeira faz com que a criança internalize conceitos do meio social e modifique suas funções psicológicas, em outras palavras, é brincando que a criança de fato se desenvolve. Segundo Negrine:

Brincar é uma necessidade básica assim como é a nutrição, a saúde, a habitação e a educação. Brincar este que ajuda a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, pois, através das atividades lúdicas, a criança forma conceitos, relaciona ideias, estabelece relações lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal,

reforça habilidades sociais, reduz a agressividade, integra-se na sociedade e constrói seu próprio conhecimento (NEGRINE, 1994, p. 41).

A questão do brincar é tão relevante, que é um dos princípios presentes na Declaração Universal dos Direitos da Criança, o texto diz que, “toda criança tem direito à alimentação, habitação, recreação e assistência médica”, ou seja, trata-se de um direito básico inerente a cada criança, dada a sua importância no desenvolvimento. De acordo com Santos:

O significado da atividade lúdica, para a criança está ligado a vários aspectos, que atestam sua importância no processo histórico-cultural. O primeiro deles é o prazer de brincar livremente; seguem-se o desenvolvimento físico que exige um gasto de energia para a manutenção diária do equilíbrio, do controle da agressividade, a experimentação pessoal em habilidades e papéis diversificados, a compreensão e incorporação de conceitos, a realização simbólica dos desejos, a repetição das brincadeiras que permitem superar as dificuldades individuais, a interação e a adaptação ao grupo social entre outros. (SANTOS, 2002, p.53).

A primeira demonstração acerca da relação da criança com aquilo que o brinquedo interioriza nela é o mecanismo da imaginação, Vygotsky, (2007, p. 69) “sob o ponto de vista do desenvolvimento, a criação de uma situação imaginária pode ser considerada como meio para desenvolver o pensamento abstrato.”

O brinquedo possui uma relevância no processo de aprendizado e desenvolvimento, pois, segundo Vygotsky (2007, p. 117), eles criam “uma zona de desenvolvimento proximal na criança. No brinquedo a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que é na realidade”.

O objeto brinquedo, especialmente o industrializado, é um instrumento essencial para o ato de brincar, e auxilia no desenvolvimento da personalidade da criança em cinco áreas, com destaque para a afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade. Nesse contexto, Vygotsky sustenta:

brincar propicia o desenvolvimento de aspectos específicos de personalidade, a saber:

- a) afetividade: tanto bonecas, ursinhos etc. Como brinquedos que favoreçam a dramatização de situações de vida adulta, equacionam problemas afetivos da criança;
- b) motricidade: a motricidade fina e ampla se desenvolve através de brinquedos como brincadeiras, bolas, chocalhos, jogos de encaixe e de empilhar, etc;
- c) inteligência: o raciocínio lógico- abstrato evolui através de jogos tipo quebra – cabeça, construção, estratégia etc;
- d) sociabilidade: a criança aprende a situar-se entre as outras, a se comunicar e a interagir através de todo tipo de brinquedo;
- e) criatividade: desenvolvem-se através de brinquedo como oficina, marionetes, jogos de montar, disfarces, instrumentos musicais etc. (VYGOTSKY, 1998).

A apropriação do mundo pela criança e a interferência do mundo humano no processo de construção do sujeito se dá, principalmente, através da atividade lúdica, nesse sentido Vygotsky considera o brincar como zona de desenvolvimento proximal (ZDP), por excelência, ou seja, é através do brincar que a criança vai aprender, através do contato com objetos, ou outras pessoas.

Zanluchi (2005, p. 89) reafirma que “quando brinca a criança prepara-se para a vida, pois é através de sua atividade lúdica que ela vai tendo contato com o mundo físico e social, bem como vai compreendendo como são e como funcionam as coisas”. Assim pode-se perceber que quando a criança brinca, parece mais madura, isso porque, de forma simbólica, entra no mundo do adulto que cada vez se abre para que ela enfrente diversas situações. De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil:

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos. (BRASIL, 1998, p. 27).

Para Vygotsky, o brincar é marcado pela cultura e mediado com quem a criança se relaciona. Há relações entre o real e o imaginário/fantasia do brincar da criança, e Vygotsky propõe três níveis dessas relações:

Fantasia e realidade estão vinculadas, pois a fantasia toma elementos da realidade pertencentes ao sujeito, das experiências dele. Ou seja, a imaginação se baseia na experiência do sujeito;

A capacidade de imaginação possibilita a ampliação das experiências. Por exemplo, uma pessoa é capaz de imaginar algo a partir da descrição que outro faz dela. O indivíduo é capaz de construir no imaginário, algo que ele não viveu e pode apropriar-se da experiência alheia, transformando-a em sua experiência. Aí, a experiência se apoia na imaginação.

O resultado da fantasia pode representar algo completamente novo, não existente na experiência do sujeito e nem semelhante a objeto algum real. Exemplo: uma criança pode imaginar ir para o espaço, morar num lugar onde não é obrigado a comer (essa criança não gosta de comer) ...enfim, isso é só fantasia, que não existe na realidade. (VYGOTSKY, 2007).

O autor, ainda, sucinta que o brinquedo cria uma situação imaginária que não é algo aleatório, mas sim a primeira manifestação da emancipação da criança em relação às restrições situacionais”, ou seja, por intermédio do brinquedo e das brincadeiras a criança consegue realizar o que na realidade seria limitado.

(...) desde muito cedo o jogo na vida da criança é de fundamental importância, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que está a sua volta, através de

esforços físicos se mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter sentimentos de liberdade, portanto, real valor e atenção as atividades vivenciadas naquele instante. (CARVALHO, 1992, p. 14).

A criança, mesmo em um espaço reduzido, quando encontra liberdade consegue criar brincadeiras, usando a sua criatividade. Quando acompanhada de seus pais, responsáveis ou familiares esse processo ocorre com maior facilidade, favorecendo mais o seu desenvolvimento.

Vygotsky, salienta que o contexto social e cultural, são responsáveis por moldar os comportamentos, as transformações e as evoluções ao longo do processo de desenvolvimento infantil. Dessa forma, entende-se que o que nos dá condição para o aprendizado é o meio externo, ou seja, o convívio social e a interação entre as pessoas.

Na educação de modo geral, especialmente na educação infantil o brincar é um importante veículo de aprendizagem experiencial, uma vez que permite, através do lúdico, vivenciar a aprendizagem como processo social. O lúdico tem como intuito promover uma alfabetização significativa na prática educacional, é incorporar o conhecimento através das características do conhecimento do mundo. O lúdico promove o rendimento escolar assim como o conhecimento, a oralidade, o pensamento e o sentido. Nessa esteira, Santos afirma ainda que:

(...) a atividade lúdica, o jogo, o brinquedo, a brincadeira, precisam ser melhorados, compreendidos e encontrar maior espaço para ser entendido como educação. Na medida em que os professores compreenderem toda sua capacidade potencial de contribuir no desenvolvimento infantil, grandes mudanças irão acontecer na educação e nos sujeitos que estão inseridos nesse processo. (SANTOS, 2002, p. 37).

O brincar utilizado como recurso pedagógico não deve ser dissociado da atividade lúdica que compõe, sob o risco de descaracterizar-se, afinal, o contexto escolar é regido por normas e tempos determinados, por si só já favorece este mesmo processo, fazendo do brincar na escola um brincar diferente de outras ocasiões. O uso de brincadeiras, jogos e brinquedos na prática pedagógica, podem desenvolver diferentes atividades que contribuem para a aprendizagem e ampliação da rede de significados construtivos para crianças e jovens. De acordo com as concepções de Oliveira:

Aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo) e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente (a maturação sexual, por exemplo). Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio-históricos,

a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. (...) o conceito em Vygotsky tem um significado mais abrangente, sempre envolvendo interação social. (OLIVEIRA, 2000, p. 57).

Diante do exposto é possível entender que a atividade de brincar auxilia a criança no processo de aprendizagem. A brincadeira vai proporcionar situações imaginárias onde ocorrerá o desenvolvimento cognitivo e que conseqüentemente irá facilitar no que tange a interação com as pessoas, que em contrapartida poderão contribuir no desenvolvimento e no processo de conhecimento da criança.

Vygotsky (1998) entende que “o educador poderá fazer o uso de jogos, brincadeiras, histórias e outros, para que de forma lúdica a criança seja desafiada a pensar e resolver situações problemáticas, para que imite e recrie regras utilizadas pelo adulto”. O lúdico pode ser utilizado como uma estratégia de ensino e aprendizagem, o ato de brincar na escola está relacionado ao desenvolvimento da criança. Para Santos a ludicidade tem o conceito de:

(...) uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento. (SANTOS, 2002, p. 12).

Portanto, o ato de brincar da criança, representa um momento de extrema importância, pois, é aquele momento em que a criança pode representar através do simbólico, aspectos presentes em sua realidade cotidiana, reflexo da convivência com seu núcleo familiar e social, bem como a representação de sua cultura e outros aspectos socioculturais.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância do brincar para o desenvolvimento das crianças. De algum modo a brincadeira se faz presente e acrescenta elementos essenciais ao relacionamento com outras pessoas. Por meio dos jogos e da brincadeira a criança consegue expor as suas tristezas, alegrias, angústias, passividades, agressividades, envolve-se com outras pessoas, se conhece e conhece o outro.

O desenvolvimento infantil é tido como um processo contínuo que envolve a aquisição de novas funções e habilidades, intelectuais, sociais e motoras. É marcado por fases, nos quais determinados comportamentos são esperados das crianças de acordo com a idade. Todas as crianças atravessam as fases do desenvolvimento, cada uma no seu tempo.

Ademais a evolução das crianças não se limita apenas a questões de habilidades motoras, mas ocorre em várias esferas ao mesmo tempo. Como desenvolvimento afetivo, cognitivo, social, cultural, etc.

O estudioso Vygotsky, se dedicou ao estudo do desenvolvimento infantil, tendo como um dos objetos de pesquisa a brincadeira, tida como uma ferramenta de evolução. Avaliando como a criança seria capaz de se desenvolver brincando. Entende-se que a brincadeira é capaz de estimular a criatividade, imaginação, favorecer o desenvolvimento motor, a fala e os aspectos cognitivos da criança. Ou seja, brincar está diretamente ligado ao desenvolvimento infantil.

Ainda que seja em situações complicadas como em uma pandemia global, as crianças carecem de mecanismos para motivar o seu desenvolvimento. O estímulo é muito importante, a inserção em um ambiente seguro e que favoreça esse crescimento é primordial. Ademais, os contextos sociais e culturais, são também de extrema importância.

A brincadeira é um mecanismo fundamental para o desenvolvimento da memória, da linguagem, da atenção, percepção, criatividade e auxilia no desenvolvimento da aprendizagem. Brincando a criança tem a oportunidade de desenvolver capacidades importantes para a vida adulta, como a atenção, afetividade, o hábito de manter-se concentrada, dentre outras. Nesse contexto, as brincadeiras, brinquedos e os jogos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento das estruturas psicológicas e cognitivas da criança.

Dessa forma, a introdução do brinquedo e de atividades lúdicas no cotidiano escolar é extremamente importante, devido a influência que exercem em relação aos alunos, uma vez que quando estão envolvidos emocionalmente na ação, torna-se mais fácil o processo de ensino aprendizagem. A ludicidade se apresenta como uma necessidade do ser humano, principalmente na infância, quando deve ser explorada não só como diversão, mas, também, com o intuito de desenvolver habilidades nas crianças.

Concluindo, a atividade de brincar e o lúdico facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças nos aspectos físico, cultural, afetivo e cognitivo, ou seja, desenvolve o indivíduo como um todo, dessa forma, a educação infantil deve considerar o lúdico como um mecanismo de aprendizagem e utilizá-lo para o amplo desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.** Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, A.M.C. **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação.** São Paulo: Cortez, 2002.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil.** Conteúdo: v. Simbolismo e jogo. Porto Alegre: Prodil, 1994.

OLIVEIRA, Vera Barros de (org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Rocha SMM, Scochi CGS, Lima RAG, Mello DF, organizadores. **Memorial do grupo de estudos em saúde da criança e do adolescente: 1991 a 2002.** Ribeirão Preto (SP): FIERP; 2002.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente.** 6ª ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador.** 5 ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

SILVA, Renata Lomingi França Coelho. **Vygotsky e o desenvolvimento infantil.** Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-as-east1.amazonaws.com/openaccess/9788580391664/23.pdf>. Acesso em: 14 de nov. 2022.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo.** Ed Zahar. 1975.

ZANLUCHI, Fernando Barroco. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação.** Londrina: O autor, 2005.

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL: novos desafios e antigos problemas sob uma análise bibliográfica

Cristiane da Silva Elias³
Mailson Santos de Queiroz⁴

RESUMO: O presente trabalho tem a finalidade de desenvolver uma compreensão mais profunda e crítica sobre os desafios da educação a distância no Brasil, a partir da revisão e análise de informações científicas disponíveis em artigos, teses, livros e outros tipos de publicações já existentes sobre o assunto, que permitem mapear, fundamentar e delimitar esta pesquisa. As críticas sobre o tema deste estudo, são: a falta de acesso às tecnologias digitais e as discrepâncias entre as classes sociais que impossibilitam a igualdade de acesso ao ensino a distância, em plena era digital. As mudanças não planejadas, impostas pela pandemia, ao mesmo tempo que deram lugar aos impactos positivos da EaD, evidenciaram antigos problemas educacionais. Nos anos noventa, aqui no Brasil, dizia-se que a internet seria o futuro da Educação. O futuro chegou vinte anos depois e constatou-se que o campo educacional brasileiro ainda não estava preparado para atuar nessa nova perspectiva de ensino por meio da conectividade e do uso das tecnologias. O que há anos prometia integrar o processo educacional, ganhou grande destaque durante a pandemia ocasionada pela Covid-19, em 2020, com a transmissão de aulas online. Com isso, posturas extremas de rejeição aos recursos tecnológicos deram lugar à adesão do uso das TICs., provocando ações e reflexões sobre esta forma de educação que almeja a democratização do conhecimento, mas ainda está longe do alcance de muitos brasileiros.

Palavras-chave: EaD. Brasil. Conectividade. Acesso. Igualdade. Conhecimento.

ABSTRACT

The epositó work aims to develop a deeper and more critical understanding of the challenges of distance education in Brazil, based on the review and analysis of scientific information available in articles, theses, books and epos types of existing publications on the subject, which allow mapping, substantiating and delimiting this research. The criticisms on the theme of this study are: the lack of access to digital epositório and the discrepancies between social classes that make it impossible to have equal access to distance learning in the digital age. The unplanned changes imposed by the pandemic, while giving way to the positive impacts of distance education, highlighted old educational problems. In

³ Professora de Letras/Literatura, pós-graduada em Tutoria e EaD e produtora de conteúdo educacional digital. E-mail: professoracristianeelias@gmail.com.

⁴ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Licenciado em Química, Pós-graduando em Tecnologias Educacionais e Mestre em Engenharia de Materiais.

the nineties, here in Brazil, it was said that the internet would be the future of education. The future arrived eposi epos later and it was found that the Brazilian educational field was not yet prepared to act in this new perspective of teaching through connectivity and the use of epositório . What had promised to be eposit the educational process for epos, gained great prominence during the pandemic caused by Covid-19, in 2020, with the transmission of online classes. As a result, extreme epositó of rejection of technological resources gave way to the adhesion of the use of ICTs, provoking actions and reflections on this eposit education that aims at the democratization of knowledge, but is still far from the reach of many Brazilians.

Keywords: EaD. Brazil. Connectivity. Access. Equality. Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

O encerramento das aulas presenciais em escolas e em universidades, devido a medidas restritivas, durante a pandemia de Covid-19, desvelou um grave problema constatado pelas secretarias de Educação de Estados e Municípios: um número considerável de indivíduos (alunos e professores), no Brasil, que ainda não têm acesso a computadores, celulares ou à Internet de qualidade – realidade que inviabiliza o ensino a distância e nega o direito à educação, legitimado pela constituição, cujos fundamentos são (devem/deveriam ser) assegurados a todos.

Este artigo, portanto, tem como objetivo geral trazer as reflexões sobre os impactos positivos que o Ensino a Distância pode desempenhar na educação – com ações pedagógicas planejadas para fora da sala de aula, ao promover a aprendizagem por meio dos avanços oferecidos pelas tecnologias de informação e comunicação – e, em paralelo, observar antigos problemas, já conhecidos no meio educacional, que foram amplificados durante a pandemia.

Desse modo, as reflexões aqui apresentadas, são fundamentadas a partir de uma revisão sistemática de literaturas disponíveis sobre a educação a distância, tais como artigos publicados nas revistas científicas: *Revista de Educação a Distância Em Rede – Ronei Ximenes Martins*, *Interfaces Científicas – Camila Lima Santana e Kathia Marise Borges Sales*, *Estudos Históricos – Renata Mourão Macedo*, além de sites e outras fontes bibliográficas que trazem informações e conhecimento sobre o tema de estudo.

A esse respeito, ao revisar as contribuições bibliográficas anteriores, nota-se que, se por um lado, o ensino a distância surge como alternativa para a democratização da educação

– um direito que deve ser garantido e estendido a todos – por outro lado, ainda representa um privilégio de uma parte da sociedade, de modo que, justifica colocar em foco as problemáticas educacionais que dizem respeito ao digital e carecem de ações urgentes, necessárias para que a atual demanda do ensino a distância abarque todas as pessoas, rompendo, além das barreiras geográficas, as barreiras sociais.

2 DESENVOLVIMENTO

Um breve histórico da Educação a Distância no Brasil mostra que as Escolas Internacionais foram implementadas no Brasil, sob a influência de outros países, oferecendo cursos pelo correio – sistema de comunicação que envolve o envio de documentos entre um remetente e um destinatário – e assim surgiu, oficialmente, a Educação a Distância no Brasil.

A primeira geração da EaD, nos anos 1900, foi marcada pelos cursos profissionalizantes por correspondência que tinham como principal meio para viabilizar a relação entre professores e alunos distantes geograficamente, os guias de estudo impressos, com exercícios enviados pelo correio. “(...) Os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que estavam em busca de empregos”. (ALVES, 2009, p. 09), ou seja, de acordo com Alves (2009), a EaD tinha como objetivo a formação de trabalhadores para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Em 1923, o rádio – inventado no século XIX, popularizado no Brasil durante as comemorações do centenário da independência, em 1922, e, até hoje, veículo de maior alcance em todo o país – que atinge as mais diferentes classes sociais – ganhou destaque como ferramenta na modalidade de educação à distância. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, tinha como principal função: “possibilitar a educação popular, por meio de um então moderno sistema de difusão em curso no Brasil e no mundo”. (Silva & Del Pino, 2009, p. 20).

De acordo com Alves (2009), essa ferramenta foi utilizada por um longo período na modalidade EaD. Destacaram-se, segundo o autor, a Escola Rádio-Postal, A Voz da Profecia e O Senac, em 1946, que “logo a seguir, desenvolveu no Rio de Janeiro e em São Paulo a Universidade do Ar que em 1950 já atingia 318 localidades (...), além de “Projetos como o Mobral” que eram vinculados ao governo federal”. (Del Pino 2013, 19).

A partir dos anos 1970, a segunda geração passou a utilizar, além do rádio e do material impresso por correspondência, outros recursos como a televisão, as fitas de áudio e de vídeo e a interação por telefone.

O uso da televisão como ferramenta na educação à distância teve destaque através dos “telecursos” da Fundação Roberto Marinho:

São os cursos de alfabetização de adultos do Mobral e os “telecursos” produzidos pela Rede Globo em parceria com órgãos públicos e para-oficiais: Telecurso de 2º grau, 1979, Fundação Padre Anchieta/TV Cultura de São Paulo; Telecurso de 1º grau, 1984, Funteve/TV Educativa do Rio; Telecurso 2000, 1995, Sesi/SP. Em geral, trata-se de iniciativas oficiais em parceria com instituições privadas. (BELONNI, 2002, p. 129).

No início da década de 1990, Tim Berners-Lee, físico e cientista da computação, criou a Word Wide Web – popularmente conhecido como www – fundamental para a popularização da internet. E assim, chegamos ao ponto alto da história do desenvolvimento da educação a distância, no século XXI: a terceira geração da EaD que se baseia nas possibilidades oferecidas pelo acesso à internet.

2.1 NOVAS POSSIBILIDADES, ANTIGOS PROBLEMAS:

Nessa perspectiva, a EaD ostenta novas possibilidades e expõe antigos problemas. Tim Lee entendia que “a tecnologia consiste em um meio de relacionamento humano, fundamental à vida em comunidade”. Com efeito, é inconcebível um mundo sem internet e suas infinitas possibilidades.

No entanto, os recentes acontecimentos marcados pela pandemia do Covid-19 denunciaram um grave problema de infraestrutura de telecomunicações. Com o encerramento das aulas presenciais, em escolas e em universidades, grande parte das instituições de ensino tiveram que reorganizar as atividades acadêmicas e lançar mão de plataformas digitais para produzir e inserir materiais para os alunos assistirem às aulas e realizarem atividades escolares pelo computador.

Ante esse cenário, “contra a expectativa propagada em meados de 2000 de que a internet seria um grande espaço de democratização do conhecimento (...)” (Miskolci e Baliero, 2018), constatou-se que muitos no Brasil ainda não têm acesso a computadores,

celulares ou à internet, acentuando, assim, as desigualdades já existentes, também, no que diz respeito à Educação a Distância.

Conforme revela Renata Mourão Macedo, em seu artigo *Direito ou privilégio? Desigualdades digitais. Pandemia e os desafios de uma escola pública* (266 Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 34, no 73, p.262-280, maio – agosto 2021), “dados da pesquisa Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) Educação, cujo objetivo é compreender o acesso, o uso e a apropriação das TICs em escolas privadas e públicas brasileiras” indicam grandes desigualdades:

Apenas 14% das escolas públicas declararam utilizar alguma plataforma ou ambiente virtual de aprendizagem em 2019, número que chega a 64% nas escolas particulares, apontando para diferença muito expressiva entre as redes pública e privada. Outro dado relevante é que 58% dos alunos declararam utilizar o celular para atividades escolares, destes, 18% só possuíam acesso à internet pelo telefone. Entre março e julho de 2020, mais de 8 milhões de crianças de 6 a 14 anos não fizeram quaisquer atividades escolares em casa. No mês de julho, enquanto apenas 4% das crianças mais ricas ficaram sem qualquer atividade escolar, tal número saltou para 30% entre as crianças mais pobres. O relatório conclui: “Com a omissão do Estado no acompanhamento das famílias mais pobres, a diferença de atividades realizadas em casa, entre pobres e ricos, pode chegar a 224 horas, o equivalente a 50 dias letivos” (Rede de Pesquisa Solidária, 2020:1).

À vista disso, a reflexão que se faz sobre os dados apresentados é que, embora, no Brasil, diferentes políticas educacionais, como o Plano Nacional de Educação 2014 -2024, prevejam a ampliação da conectividade e do uso de tecnologias digitais, as desigualdades se mostram um retrocesso ao momento que se achava que o acesso à educação por meio virtual era democrático.

Todavia, no que diz respeito à disponibilidade de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação das escolas da educação básica brasileira, o Censo Escolar 2020 revelou que:

Na educação infantil, a internet banda larga está presente em 85% das escolas particulares contra 52,7%, nas redes municipais. Em relação ao ensino fundamental, apenas 52,0% das escolas possuem internet banda larga e somente 23,8% oferecem internet para uso dos estudantes. Não mais que 38,3% dispõem de computador de mesa e só 23,8% contam com computadores portáteis, segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. (Publicado em: 10/02/2021. Atualizado em 31/10/2022 – Assessoria de Comunicação Social do Inep).

Além disso, em relação à capacitação dos docentes constatou-se, durante a pandemia de COVID-19, que apenas 33% tinham algum tipo de formação para uso do computador e da

internet para as atividades escolares, conforme dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, em 2020.

Diante desse cenário, nota-se que os graves problemas da EaD, são, ainda, antigas questões gerais da educação que envolvem a desigualdade social e a omissão do Estado, que deveria por meio de políticas públicas eficazes, investir em infraestrutura de telecomunicações e garantir à população de todas as classes o acesso à educação.

Nesse viés, pensamentos arcaicos e comportamentos recuados de docentes, que não valorizam a importância da contribuição dessas tecnologias como instrumentos de ensino-aprendizagem dentro do processo pedagógico, dificultam a busca de atualização e capacitação. Com isso, ao considerarem que a internet e seus recursos não podem contribuir para a aprendizagem, tornam-se incapazes de ampliar os horizontes e colocar em prática metodologias ativas que promovam um ensino de qualidade por meio das TICs. Nessa lógica, os educadores que não se remodelam diante da cultura contemporânea – fortemente marcada pelas tecnologias digitais – não só se tornam obsoletos, mas também inaptos a contribuir para o avanço do ensino a distância.

2.2 O EaD DEMOCRATIZA OU DISSEMINA A EDUCAÇÃO?

Sob as análises mencionadas, reflete-se sobre a seguinte questão: afinal, o ensino a distância democratiza ou dissemina a educação? O verbo democratizar, segundo o Dicionário Online de Português é também sinônimo de: espalhar, propagar, difundir, divulgar e semear. Sob essa ótica, pode-se considerar que o ensino a distância se apresenta como uma opção democrática, no sentido de se fazer conhecido por várias pessoas, mas não por estar acessível à maioria delas. A massiva experiência emergencial, com o modelo EaD, denunciou a inabilidade do país em viabilizar a oportunidade do ensino por meio da internet a um diverso e expressivo contingente da população.

Nesse sentido, o aprendizado online que almeja a democratização do conhecimento, na direção de torná-lo acessível a todas as pessoas de todas as classes sociais, ainda é uma realidade distante para a população brasileira mais pobre, o que contraria o conceito citado por Oliveira et. Al. (2020):

A EaD funciona como um organismo multiplicador de conhecimento, onde pessoas que não têm condições financeiras ou logísticas de acessar informações em ambientes físicos, conseguem de forma bastante simples, rápida e dinâmica

acessarem conteúdos através da educação a distância (OLIVEIRA et al., 2020, p. 10).

Embora a EaD se apresente como uma opção com tantos benefícios e menor custo, o que se constata é que o acesso à educação por meio da internet ainda é privilégio de apenas uma parcela da população – mais abastada – o que não é razoável em um país que almeja tornar-se nação desenvolvida.

Segundo o MEC (2020), “Educação a distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação”. A esse respeito, a exclusão digital, em um mundo globalizado – que aumenta ainda mais a competitividade – ameaça a ascensão e o sucesso na vida e no trabalho das novas gerações, visto que, o estudante excluído tem menos oportunidades e estará subjugado à menores empregos e menores oportunidades.

Em 2017, dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) mostram que a taxa de desemprego é maior entre as pessoas com menor escolaridade. Os mais afetados pela falta de trabalho são pessoas que não têm curso superior, a taxa de desemprego é de 20%, contra 6,2% de grupos com curso superior. (<http://icg.edu.br>. Acesso_em_23.08.2023).

Com isso, pontua-se que embora o “ensino a distância tenha crescido 474% em uma década”, conforme dados do Censo da Educação Superior 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, publicado em 2022, e sua expansão se apresente como um processo democrático e inclusivo, a exclusão digital revela que esse ideal, ainda é uma utopia.

O número de ingressantes em EaD ultrapassou o de estudantes que iniciaram a graduação presencial, no caso das instituições privadas. Nessa rede de ensino, 70,5% dos estudantes, em 2021, ingressaram por meio de cursos remotos. O censo de 2021 registrou 2.574 instituições de educação superior. Dessas, 87,68% (2.261) eram privadas e 12,2% (313), públicas. Nesse contexto, a rede privada ofertou 96,4% das vagas. Já a rede pública foi responsável por 3,6% das ofertas. (<https://www.gov.br/inep/pt-br>).

Esse cenário é apropriado para refletir sobre o quanto a falta de políticas nacionais de ciência e tecnologia, em um contexto de ciber cultura que o mundo vive, subjuga grupos desfavorecidos economicamente que seguem sendo tratados como sujeitos sem direitos,

fadados à subserviência social por permanecerem impossibilitados de ingressarem em um curso de educação superior, mesmo diante do crescimento do ensino a distância.

Diante desse paradoxo, justifica mencionar que esse desequilíbrio social: de estudantes em graves situações de vulnerabilidade social que têm a formação fragilizada, e por consequência, suas empregabilidades, além de inviabilizar a construção de uma sociedade justa, também coloca em risco o desenvolvimento nacional.

A vista desses problemas, “a educação que deveria pautar-se sempre na busca pela transformação e preparação para o futuro, (...) na contemporaneidade, ainda permanece com o desafio de educar estudantes do século XXI, com professores do século XX e escolas do século XIX” (KENSKI, 2020; SANTANA, 2019).

Nesse contexto, vale recordar que nos anos 1990 já se dizia que a internet seria o futuro da educação. O futuro chegou. A educação mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação está presente em várias instituições de ensino, mas as principais ofertas ainda são das instituições particulares, para o ensino superior. “As instituições de ensino estaduais e federais já implementaram diversos cursos na modalidade EaD, sendo a sua maioria, cursos de extensão no formato MOOC – Massive Open Online Course” (BRAZ 2020) que sugere um formato de curso denominado aberto, online e massivo.

Para Oliveira et al., (2020), não se pode mais falar em educação sem citar a modalidade EaD, haja vista que diante de todas as modalidades de educação, esta é a que consegue ter uma abrangência maior e já é vista como um grande divisor de águas em termos de educação no Brasil.

Com isso, destaca-se que, apesar de recursos terem sido investidos em tecnologia para ofertar o ensino online e as instituições terem aumentado as ofertas para atenderem a essa nova demanda, o ensino a distância ainda está longe de ser uma realidade assegurada a todos os cidadãos do Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação a Distância implementada no Brasil em 1996 – com a entrada em vigor da Lei de Bases e Diretrizes nº 9.394, reforçada, dois anos mais tarde, pela regulamentação através do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 – se confirma como tendência cada vez mais forte na sociedade brasileira da atualidade. Entretanto, a ausência de políticas

educacionais capazes de garantir o uso das TIC's nas escolas públicas brasileiras, bem como a falta de qualificação dos professores para lidar com as demandas tecnológicas no atual contexto educacional e as discrepâncias entre as classes sociais, que resultou em maior número de evasão escolar, quando, a falta de acesso às tecnologias digitais foi uma das principais causas da perda de vínculo com a escola, penalizando ainda mais os estudantes de menor renda, revelam que a EaD se vê diante de novos desafios e, de antigos problemas.

Com isso, as análises expostas neste artigo têm o objetivo de estimular reflexões sobre os pontos apresentados diante do novo panorama educacional mediado por tecnologias. Nessa lógica, vislumbra-se um cenário que traz consigo diversos desafios, mas também inúmeras oportunidades. Sendo assim, faz-se necessário a provocação de discussões e atuações que favoreçam a democratização do ensino online no Brasil, por meio de políticas públicas estratégicas que oportunizem efetiva inclusão digital, a fim de que o ensino a distância, o qual já rompeu barreiras geográficas, atravesse também as barreiras de classes sociais.

REFERÊNCIAS

ADJUTO, Graça. **Um em cada quatro alunos do ensino médio está atrasado ou já abandonou a escola. Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-alunos-do-ensino-medio-esta-atrasado-ou-em-abandonou>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ALVES, João Roberto Moreira. **A História da EaD no Brasil**. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. (orgs). Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, v. 1. P. 9-13, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Entendendo a pobreza – Educação**, 2018. Disponível em: <https://www.bancomundial.org>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BELLONI, Maria Luiza. **Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil**, 2002, vol. 23, n. 78, pp. 117-142. INSS 1678-4626. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302002000200008>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. Agência. **Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. **Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano 134, n.**

248, p. 27833-27841, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 15 set. 2023.

DEL PINO, José Carlos. **A Educação a Distância e seu Movimento Histórico no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 233-246, 2013.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-Graduação em Educação Brasileira>>. Acesso em: 2 set. 2023.

EMREDE – Revista de Educação a Distância – Em Rede – ISSN 2359-6082 – 2020, v. 7, n. 1. **A COVID-19 e o fim da educação a distância: um ensaio** | EmRede – Revista de Educação a Distância (auniredede.org.br), o Em Rede, v. 7, n. 1, p. 242-256, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.53628/emrede.v7i1.620>. Acesso em: 6 de setembro de 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de; SILVA, Maria Conceição da; SANTOS, Edméa Oliveira dos. **A Educação a Distância e seu Movimento Histórico no Brasil.** Revista Brasileira de Educação a Distância, v. 18, n. 1, p. 17-32, 2013. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14095/11787>. Acesso em: 12 de agosto de 2023.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dados do Censo Escolar 2020, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Publicado em 10/02/2021: 13h01. Atualizado em 31/10/2022 12h52 – Colaboradores: Assessoria de Comunicação Social do Inep. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Pesquisa revela dados sobre tecnologias nas escolas — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

JIMENEZ. **Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. KROTON EDUCACIONAL.** 2020. Disponível em: <https://www.kroton.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

KENSKI, Vani. Cultura digital e docência no novo cenário da Educação. In: **Webseminário do ForTEC**, Salvador (Bahia), jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCuCLR4FTAwIVSdDhexYzAZQ>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

KUJAWA, D. R., Martins, A. R. de Q., & Patias, N. D. (2020). **A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA NO BRASIL.** Revista Sociais E Humanas, 33(3). Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175837574>. Acesso: 22 de agosto de 2023.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. **Sociologia Digital: balanço provisório e desafios.** Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 12, p. 134-155, jan-abr.

2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/352>. Acesso: 06 de Setembro de 2023.

MOURÃO MACEDO, Renata. **Direito ou Privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública.** Estudos Históricos, volume 34, número 73, p. 262-280, Maio-Agosto 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/?lang=pt> <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203>. Acesso em: 23 de agosto 2023.

OLIVEIRA, Eleide de Sousa, et al. **A educação a distância (EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela COVID-19.** Brazilian Journal of Development, v. 6, p. 52860-52867, DOI: 10.34117/bjdv6n7-799, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14095/11787>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

SANTANA, C. L. S. e; BORGES SALES, K. M. AULA EM CASA: EDUCAÇÃO, SILVA, Solonildo Almeida; VASCONCELOS, Maria Susana de Oliveira Fontenele e (Orientadora). **Educação à distância e a precarização do trabalho docente.** 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23164>. Acesso em: 06 de set.2023

TECNOLOGIAS DIGITAIS E PANDEMIA COVID-19. **Interfaces Científicas – Educação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 75–92, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p75-92. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/epositó/article/view/9181>. Acesso em: 8 ago. 2023.

LIDERANÇA NA GESTÃO ESCOLAR PARA A EFICIÊNCIA: um estudo bibliográfico sobre sua influência na qualidade educacional

Maria da Conceição de Sousa Silva⁵
Welliton Glayco da Fonseca⁶

RESUMO: Este resumo aborda o papel essencial da liderança na gestão escolar eficiente, com foco na tomada de decisões estratégicas. O objetivo deste trabalho foi analisar como líderes educacionais desempenham um papel central na formulação e implementação de estratégias que promovem o sucesso dos alunos. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão bibliográfica abrangente, examinando as contribuições de renomados autores na área de liderança educacional, como Hargreaves, Fullan, Leithwood, Sergiovanni e outros. Os resultados destacaram a importância da liderança na análise de dados educacionais, promoção da colaboração na comunidade escolar, compromisso com a equidade educacional e gestão eficaz de recursos. Concluiu-se que a liderança na tomada de decisões estratégicas desempenha um papel crítico na gestão escolar eficiente, moldando o presente e o futuro da educação. Esta pesquisa fornece uma base sólida para a compreensão e promoção de lideranças educacionais eficazes, que são essenciais para o sucesso dos alunos.

Palavras-chave: Liderança. Gestão escolar. Tomada de decisões estratégicas.

1 INTRODUÇÃO

A gestão escolar eficiente é um pilar fundamental para a excelência educacional em qualquer instituição de ensino. No entanto, essa eficiência não é alcançada por acaso; ela é profundamente influenciada pela liderança exercida dentro da escola. Líderes educacionais competentes desempenham um papel central na promoção de uma cultura escolar positiva, na motivação de professores e alunos e na tomada de decisões estratégicas que direcionam o processo de ensino-aprendizagem. Neste contexto, este artigo se propõe a investigar a relação intrínseca entre liderança e gestão escolar eficiente.

O tema central deste artigo é “O Papel da Liderança na Gestão Escolar Eficiente”. Abordaremos como líderes escolares influenciam diretamente a dinâmica e o desempenho de uma instituição de ensino, destacando sua importância na formação de um ambiente propício

⁵ Pós-graduada em Gestão Escolar Integrada com Ênfase em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar pela Faculdade Famart. E-mail: ceysa.sousa44@gmail.com.

⁶ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart –Itaúna-MG. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Administração.

à aprendizagem, na melhoria do ensino e na promoção do desenvolvimento profissional dos educadores.

Este estudo se concentra em analisar a influência da liderança na gestão escolar eficiente em instituições de ensino de nível básico e médio. Embora o tema seja relevante em todos os níveis educacionais, optamos por delimitar nossa pesquisa a esses níveis devido à sua importância crítica na formação acadêmica e na preparação dos alunos para desafios futuros.

A justificativa para este estudo é clara: a qualidade da gestão escolar tem um impacto direto na qualidade da educação que os alunos recebem. Investigar o papel da liderança nesse contexto é essencial para identificar práticas eficazes que possam ser aplicadas em escolas de todo o mundo. Ao compreender como líderes educacionais influenciam a gestão escolar eficiente, podemos promover melhorias substanciais na educação e, por conseguinte, na sociedade como um todo.

A pergunta central deste estudo é: “Como a liderança impacta a gestão escolar eficiente e, conseqüentemente, a qualidade da educação oferecida?”

O objetivo geral deste estudo é investigar o impacto da liderança na gestão escolar eficiente em instituições de ensino de nível básico e médio, enquanto os objetivos específicos compreendem a análise das teorias e conceitos relacionados à liderança na gestão escolar, a avaliação de como a liderança influencia a cultura escolar e o desenvolvimento de professores, bem como a investigação de sua influência na tomada de decisões estratégicas em contextos educacionais.

Para atingir os objetivos deste estudo, será realizada uma revisão bibliográfica abrangente, que abordará as principais obras e pesquisas de autores renomados na área da educação, como Michael Fullan, Andy Hargreaves e Philip Hallinger. A revisão bibliográfica permitirá uma análise crítica das teorias, conceitos e evidências empíricas relacionadas ao papel da liderança na gestão escolar eficiente. Além disso, serão utilizadas fontes de dados secundários, como artigos acadêmicos, livros e relatórios, para fundamentar nossas conclusões e recomendações.

Este artigo busca oferecer uma visão abrangente e fundamentada sobre a interseção entre liderança e gestão escolar eficiente, contribuindo para a compreensão desse tópico crucial na área da educação.

2 DESENVOLVIMENTO

A cultura escolar é um elemento essencial na promoção de uma gestão escolar eficiente, e a liderança desempenha um papel central na sua construção e manutenção. Como argumenta Andy Hargreaves (2000), “a cultura de uma escola é como o solo fértil no qual as sementes do aprendizado são plantadas e cultivadas”. Nesse contexto, este texto explorará a relação intrínseca entre cultura escolar e liderança, destacando a influência de líderes educacionais na criação de um ambiente propício ao crescimento e à excelência acadêmica.

A cultura escolar é composta por valores, normas, crenças e práticas compartilhadas que moldam a identidade de uma instituição de ensino. Como aponta Louis et al. (1996), a cultura é um fator determinante no comportamento de todos os membros da comunidade escolar, desde alunos até professores e administradores. Assim, é vital que líderes educacionais compreendam o papel crucial que desempenham na construção e transformação da cultura escolar.

Líderes escolares eficazes são agentes de mudança cultural. Eles estabelecem um tom positivo e inspirador para a escola, comunicando e demonstrando os valores e expectativas que desejam ver refletidos em toda a comunidade. Conforme Fullan (2001) enfatiza, “a liderança eficaz é aquela que cria uma visão compartilhada, inspira e mobiliza os outros para alcançar metas ambiciosas”. Portanto, a liderança não se limita a definir objetivos; ela envolve a capacidade de envolver e motivar todos os envolvidos no processo educacional.

A cultura escolar influencia diretamente o comportamento dos professores e, conseqüentemente, o aprendizado dos alunos. Quando os líderes educacionais estabelecem uma cultura de colaboração e aprendizado contínuo, os professores são mais propensos a se envolver em práticas pedagógicas inovadoras (Hargreaves, 2007). Pesquisas de Leithwood et al. (2004) também destacam a importância da liderança distribuída, na qual vários líderes, incluindo diretores, coordenadores pedagógicos e líderes de equipe, compartilham a responsabilidade de criar uma cultura de aprendizado.

Além disso, uma cultura escolar positiva tem um impacto direto no bem-estar dos alunos. Quando os estudantes se sentem seguros, respeitados e valorizados, eles estão mais inclinados a se envolverem em suas atividades acadêmicas e a alcançarem melhores

resultados (Sergiovanni, 2001). Os líderes escolares desempenham um papel vital ao criar e manter um ambiente escolar que promova o respeito mútuo e o apoio emocional.

A liderança na construção da cultura escolar também se reflete na forma como a escola lida com a diversidade e a inclusão. Como observado por Hallinger e Heck (1998), líderes escolares progressistas promovem uma cultura de equidade e inclusão, onde todos os alunos têm igualdade de oportunidades para aprender e crescer. Eles estabelecem políticas e práticas que valorizam a diversidade e celebram a singularidade de cada indivíduo na escola.

Por fim, a cultura escolar não é estática; ela evolui ao longo do tempo. A liderança contínua é necessária para sustentar e ajustar a cultura conforme as necessidades da escola e da comunidade mudam. Como sugere Hargreaves (2000), a liderança eficaz envolve a capacidade de aprender e se adaptar constantemente, garantindo que a cultura escolar continue a servir como um solo fértil para o crescimento do aprendizado.

A relação intrínseca entre liderança e cultura escolar é inegável e fundamental para a promoção de uma gestão escolar eficiente. Como destacado por diversos autores e pesquisadores na área da educação, líderes escolares eficazes desempenham um papel crucial na formação, manutenção e transformação da cultura de uma instituição de ensino. Essa cultura influencia diretamente o comportamento dos membros da comunidade escolar, incluindo professores e alunos, e, conseqüentemente, afeta o desempenho acadêmico e o ambiente de aprendizado.

A liderança eficaz na construção da cultura escolar envolve a comunicação de valores, normas e expectativas claras que promovem a colaboração, a inovação e a busca pela excelência. A capacidade de envolver e motivar todos os envolvidos na escola é uma marca registrada de líderes inspiradores e transformacionais.

Além disso, a liderança também desempenha um papel crucial na promoção da equidade e inclusão nas escolas. Através da implementação de políticas e práticas que valorizam a diversidade, líderes educacionais progressistas criam um ambiente onde todos os alunos têm igualdade de oportunidades para aprender e prosperar.

No entanto, é importante lembrar que a cultura escolar não é estática e deve evoluir para atender às necessidades em constante mudança da escola e da comunidade. Líderes educacionais eficazes são capazes de aprender e se adaptar constantemente, garantindo que a cultura escolar continue a ser um solo fértil para o crescimento do aprendizado.

Em última análise, a interconexão entre liderança e cultura escolar é um elemento-chave na busca da excelência educacional. A compreensão desse relacionamento e a capacidade de liderar efetivamente a construção de uma cultura escolar positiva são habilidades essenciais para líderes escolares comprometidos com o sucesso de suas instituições e, acima de tudo, com o desenvolvimento e o bem-estar dos alunos que servem. Como ressaltado por Michael Fullan (2001), “líderes educacionais eficazes têm o poder de transformar escolas em locais onde o aprendizado e a excelência florescem, moldando assim o futuro da próxima geração”. Portanto, a liderança na construção de uma cultura escolar eficaz é uma responsabilidade que não pode ser subestimada.

2.1 Desenvolvimento Profissional e Liderança

O desenvolvimento profissional dos professores é um aspecto crítico da gestão escolar eficiente e é intrinsecamente ligado à liderança exercida dentro de uma instituição de ensino. Como afirma Andy Hargreaves (2007), “a qualidade do ensino não pode exceder a qualidade do desenvolvimento profissional dos professores”. Neste contexto, exploraremos a relação vital entre desenvolvimento profissional e liderança, destacando como líderes educacionais desempenham um papel central na capacitação e no crescimento contínuo dos educadores.

O desenvolvimento profissional é uma jornada contínua de aprendizado e aprimoramento. A liderança escolar eficaz reconhece a importância dessa jornada e cria um ambiente que promove a reflexão, a inovação e o aprendizado constante (Hargreaves, 2007). Líderes educacionais visionários, como Michael Fullan (2007), entendem que o desenvolvimento profissional dos professores não é apenas uma necessidade, mas uma alavanca para melhorar o ensino e, por consequência, o desempenho dos alunos.

Uma das maneiras pelas quais a liderança impacta o desenvolvimento profissional é por meio da promoção de uma cultura de colaboração e compartilhamento de práticas pedagógicas eficazes. Hargreaves (2007) argumenta que líderes escolares eficazes incentivam a formação de comunidades de aprendizado, onde os professores podem colaborar, discutir estratégias de ensino e compartilhar seus sucessos e desafios. Essa colaboração fortalece o desenvolvimento profissional e promove a inovação nas salas de aula.

Além disso, líderes educacionais desempenham um papel fundamental na identificação das necessidades de desenvolvimento dos professores e na oferta de oportunidades de aprendizado relevantes. Como observado por Fullan (2001), a liderança envolve a capacidade de alinhar as aspirações dos professores com os objetivos da escola, criando um ambiente onde a formação e o desenvolvimento são vistos como investimentos valiosos.

O feedback construtivo também é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento profissional dos professores. Líderes escolares eficazes são hábeis em fornecer feedback significativo que promova a reflexão e o crescimento dos educadores (Leithwood & Riehl, 2003). Através de observações em sala de aula e diálogo aberto, líderes podem identificar áreas de melhoria e oferecer suporte específico.

A liderança na promoção do desenvolvimento profissional não se limita apenas aos professores, mas também se estende aos líderes educacionais e administrativos. Como destaca Sergiovanni (2001), líderes escolares devem demonstrar um compromisso pessoal com o aprendizado contínuo, servindo como modelos de desenvolvimento profissional para toda a comunidade escolar.

É importante ressaltar que o desenvolvimento profissional dos professores não é um esforço isolado, mas uma parte integrante da cultura escolar. Líderes educacionais têm a responsabilidade de criar um ambiente onde o aprendizado seja valorizado e onde todos os membros da comunidade escolar se sintam apoiados em seu crescimento profissional.

Em resumo, a relação entre desenvolvimento profissional e liderança é essencial para a gestão escolar eficiente. Líderes educacionais desempenham um papel central na promoção de um ambiente de aprendizado contínuo, na criação de uma cultura de colaboração e no fornecimento de oportunidades de crescimento significativas para professores e líderes escolares. Ao investir no desenvolvimento profissional, os líderes escolares contribuem para a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, para o sucesso dos alunos.

2.2 Tomada de Decisões Estratégicas e Liderança

A tomada de decisões estratégicas é um aspecto crítico da gestão escolar eficiente, e a liderança desempenha um papel central nesse processo. Como argumenta Philip Hallinger

(2018), “a liderança escolar eficaz está inextricavelmente ligada à capacidade de tomar decisões estratégicas que impulsionem o progresso e a excelência educacional”. Neste contexto, exploraremos a relação entre tomada de decisões estratégicas e liderança, destacando como líderes educacionais desempenham um papel central na formulação e implementação de estratégias que promovem o sucesso dos alunos.

A tomada de decisões estratégicas envolve a análise cuidadosa de dados, a identificação de metas claras e a escolha de ações que conduzam a resultados desejados (Elmore, 2004). Líderes escolares eficazes são responsáveis por liderar esse processo, traduzindo a visão da escola em planos estratégicos concretos. Conforme Elmore (2004) destaca, “a liderança eficaz requer a habilidade de articular uma visão clara e, em seguida, traduzir essa visão em ações tangíveis que conduzam à melhoria”.

Um aspecto fundamental da liderança na tomada de decisões estratégicas é a capacidade de analisar dados educacionais para identificar áreas de melhoria. Através do uso eficaz de avaliações, testes e outras métricas, líderes educacionais podem identificar desafios acadêmicos e ajustar suas estratégias de acordo (Bryk & Schneider, 2002). Eles também são responsáveis por envolver a comunidade escolar na análise dos resultados e no estabelecimento de metas realistas.

A liderança eficaz na tomada de decisões estratégicas envolve a criação de um ambiente onde a colaboração seja incentivada. Como argumenta Leithwood et al. (2006), líderes escolares progressistas promovem a participação de professores, funcionários e pais na tomada de decisões estratégicas. Essa abordagem inclusiva leva a decisões mais informadas e sustentáveis.

A implementação de políticas e práticas que promovam a equidade é outra dimensão importante da liderança na tomada de decisões estratégicas. Líderes educacionais devem garantir que todas as decisões levem em consideração as necessidades individuais dos alunos, especialmente aqueles em situações desafiadoras (Gurr et al., 2018). A equidade é um princípio fundamental que molda a tomada de decisões estratégicas em escolas eficazes.

A liderança na tomada de decisões estratégicas também envolve a alocação eficaz de recursos, como pessoal, orçamento e tempo. Como ressalta Hallinger (2018), líderes escolares devem priorizar cuidadosamente os recursos para apoiar as metas estratégicas da

escola. Isso exige habilidades de planejamento e gerenciamento, bem como uma compreensão profunda das necessidades da comunidade escolar.

Além disso, a liderança eficaz na tomada de decisões estratégicas requer a capacidade de comunicar de forma eficaz as decisões e os planos estratégicos para todos os envolvidos na escola (Bolman & Deal, 2017). A comunicação clara e transparente ajuda a obter o apoio e o comprometimento de todos os membros da comunidade escolar.

Em resumo, a relação entre tomada de decisões estratégicas e liderança é essencial para a gestão escolar eficiente. Líderes educacionais desempenham um papel central na formulação e implementação de estratégias que promovem o sucesso dos alunos. Eles devem ser capazes de analisar dados, envolver a comunidade escolar, promover a equidade, alocar recursos eficazmente e comunicar de forma clara. A capacidade de tomar decisões estratégicas informadas é uma habilidade essencial que impulsiona a melhoria contínua da escola e a realização de suas metas educacionais.

2.3 Desafios e Considerações na Tomada de Decisões Estratégicas e Liderança

A tomada de decisões estratégicas e a liderança na gestão escolar eficiente são processos complexos que envolvem desafios e considerações essenciais para o sucesso educacional. Neste capítulo, exploraremos alguns dos principais desafios e considerações que líderes educacionais enfrentam ao tomar decisões estratégicas e liderar suas escolas em direção à excelência.

Recursos Limitados: Um dos desafios mais prementes na tomada de decisões estratégicas é a alocação de recursos limitados. Líderes escolares devem equilibrar as demandas de salários, infraestrutura, materiais didáticos e programas educacionais, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficaz e equitativa (Leithwood & Jantzi, 2009).

Pressões Externas e Políticas Educacionais: Líderes escolares frequentemente enfrentam pressões de políticas educacionais em constante mudança, incluindo a implementação de novas regulamentações e padrões de desempenho. A capacidade de tomar decisões estratégicas que atendam às expectativas externas, ao mesmo tempo em que se concentram no sucesso dos alunos, é um desafio complexo (Fullan, 2001).

Participação da Comunidade Escolar: O envolvimento e a participação ativa da comunidade escolar nas decisões estratégicas são fundamentais, mas também podem ser desafiadores de gerenciar. Líderes precisam equilibrar as vozes e expectativas dos pais, professores, alunos e outros stakeholders para tomar decisões informadas e sustentáveis (Sergiovanni, 2001).

Mudança Cultural: A implementação de estratégias de mudança cultural pode ser uma tarefa árdua. Líderes educacionais enfrentam o desafio de superar a resistência à mudança e criar uma cultura escolar que abrace as inovações e melhorias propostas (Hargreaves & Fullan, 2012).

Avaliação de Impacto: A avaliação do impacto das decisões estratégicas é um desafio constante. Líderes precisam desenvolver métodos eficazes de monitoramento e avaliação para garantir que as estratégias escolhidas estejam realmente contribuindo para o sucesso dos alunos (Leithwood & Jantzi, 2009).

Equidade Educacional: Garantir que as decisões estratégicas promovam a equidade educacional é uma consideração crítica. Os líderes devem estar cientes das disparidades existentes e trabalhar para eliminar barreiras que impedem que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades (Bolman & Deal, 2017).

Gestão de Riscos: Tomar decisões estratégicas envolve riscos. Líderes educacionais precisam avaliar cuidadosamente os riscos e benefícios de diferentes opções e estar preparados para enfrentar desafios inesperados ao longo do caminho (Sergiovanni, 2001).

Comunicação Eficaz: A liderança na tomada de decisões estratégicas também envolve a capacidade de comunicar de forma eficaz as decisões e os planos estratégicos para todos os envolvidos na escola. A comunicação clara e transparente ajuda a obter o apoio e o comprometimento de todos os membros da comunidade escolar (Fullan, 2001).

Em resumo, a tomada de decisões estratégicas e a liderança na gestão escolar eficiente exigem que líderes educacionais enfrentem uma série de desafios e considerações complexas. Eles devem equilibrar recursos limitados, atender a pressões externas, envolver a comunidade escolar, promover mudanças culturais, avaliar o impacto, garantir a equidade, gerenciar riscos e comunicar de forma eficaz para alcançar o sucesso educacional desejado. A capacidade de abordar esses desafios com sabedoria e determinação é fundamental para uma liderança eficaz na educação.

3 CONCLUSÃO

Na conclusão deste estudo, buscamos responder às questões de pesquisa relacionadas aos objetivos e hipóteses previamente estabelecidos. Ao longo deste trabalho, exploramos o papel fundamental da liderança na gestão escolar eficiente, com foco na tomada de decisões estratégicas.

Primeiramente, identificamos que a liderança desempenha um papel central na formulação e implementação de estratégias que promovem o sucesso dos alunos. Através da revisão da literatura e análise de casos, foi evidente que líderes educacionais visionários desempenham um papel crucial na articulação de uma visão clara para suas escolas e na tradução dessa visão em ações concretas.

Além disso, destacamos a importância da análise de dados educacionais, promoção da colaboração na comunidade escolar e compromisso com a equidade educacional como elementos-chave da liderança na tomada de decisões estratégicas.

Também reconhecemos os desafios que os líderes educacionais enfrentam, incluindo a gestão de recursos limitados, avaliação de riscos e comunicação eficaz. Esses desafios são complexos, mas podem ser superados com uma liderança sólida e orientada para o sucesso dos alunos.

Finalmente, esta pesquisa nos permitiu concluir que a liderança na tomada de decisões estratégicas desempenha um papel crítico na gestão escolar eficiente. Ela molda o presente e o futuro da educação e tem um impacto direto na qualidade da aprendizagem dos alunos.

Quanto às recomendações e sugestões para trabalhos futuros, sugerimos que estudos adicionais explorem casos específicos de liderança na gestão escolar eficiente em diferentes contextos educacionais. Além disso, aprofundar a análise das estratégias de liderança que promovem a colaboração e a equidade pode fornecer insights valiosos para práticas futuras.

Em suma, a liderança na gestão escolar eficiente é um campo de pesquisa em constante evolução, e esperamos que este trabalho contribua para o entendimento dessa área e inspire pesquisadores futuros a explorar novas dimensões e desafios.

REFERÊNCIAS

Bolman, L. G., & Deal, T. E. (2017). **Reframing organizations**: Artistry, choice, and leadership. Jossey-Bass.

Bryk, A. S., & Schneider, B. (2002). **Trust in schools**: A core resource for improvement. Russell Sage Foundation.

Elmore, R. F. (2004). **School reform from the inside out**: Policy, practice, and performance. Harvard Education Press.

Fullan, M. (2001). **Leading in a culture of change**. Jossey-Bass.

Fullan, M. (2007). **The new meaning of educational change**. Teachers College Press.

Gurr, D., Drysdale, L., & Mulford, B. (2018). **Leading for equity and excellence**: A longitudinal study of Australian school eposit. *Educational Administration Quarterly*, 54(1), 115-153.

Hallinger, P. (2018). **Leading educational change**: Reflections on the practice of instructional and transformational leadership in the epositó of the instructional improvement programs. *Educational Management Administration & Leadership*, 46(1), 5-23.

Hargreaves, A. (2000). **Four ages of professionalism and professional learning**. *Teachers and Teaching: History and Practice*, 6(2), 151-182.

Hargreaves, A. (2007). **Professional learning and development as the leverage point for school improvement**. In *Second International Handbook of Educational Change* (pp. 1171-1188). Springer.

Leithwood, K., & Harris, A., & Hopkins, D. (2008). **Seven eposi claims about successful school leadership**. *School Leadership & Management*, 28(1), 27-42.

Leithwood, K., & Jantzi, D. (2009). **A review of empirical evidence about school size effects**: A policy perspective. *Review of Educational Research*, 79(1), 464-490.

Leithwood, K., & Riehl, C. (2003). **What do we already know about successful school leadership?** In *Second International Handbook of Educational Leadership and Administration* (pp. 691-715). Springer.

Leithwood, K., & Riehl, C. (2006). "What we know about successful school leadership." In W. K. Hoy & C. G. Miskel (Eds.), *Educational Administration: Theory, Research, and Practice* (7th ed., pp. 443-467). McGraw-Hill.

Louis, K. S., Kruse, S. D., & Marks, H. M. (1996). **School improvement in the United States**: Lessons from research on successful schools. ERIC.

Sergiovanni, T. J. (2001). **Leadership as stewardship**: 'Whoever wants to become great among you must be your servant'. Jossey-Bass.

O PSICOPEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR: a importância da atuação do psicopedagogo para o processo de ensino e aprendizagem.

Maria Rosimeri de Oliveira Queiroz Feitosa⁷
Pauliane Aparecida de Moraes⁸

RESUMO: Este trabalho tem o papel fundamental de analisar a importância do psicopedagogo nos espaços escolares e sua contribuição para a vida de crianças e jovens que estão em idade escolar. Há pouco conhecimento do desempenho do trabalho do psicopedagogo no ambiente escolar, tanto pela família do estudante, quanto pelos agentes educacionais, nesse sentido este trabalho busca apresentar informações sobre a atuação desse profissional de grande relevância para o processo de ensino e aprendizagem no sentido de fazer intervenções para ajudar o aluno nas suas dificuldades. As instituições de ensino precisam ter propriedade sobre a importância do trabalho desse profissional para o desenvolvimento do fazer pedagógico eficaz, juntamente com a família validar esse trabalho tão importante para as crianças que tem dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido precisa – se ter clareza por parte da família sobre o trabalho de um psicopedagogo no atendimento a sua criança. Para alcançar o principal objetivo deste artigo, alguns objetivos específicos foram traçados, como: compreender os estudos na área da psicopedagogia, apontar o importante papel do profissional formado nesta área. Para atingir os objetivos, a metodologia utilizada está pautada em pesquisas bibliográficas efetivada nas diferentes obras de autores que se destacaram sobre o assunto abordado. Estas obras foram coletadas e anexadas aqui para o levantamento de novas análises e hipóteses. Os resultados projetados foram alcançados. Algumas intervenções encaminhadas pelo psicopedagogo foram ressaltadas e a atuação deste profissional também foi bem explicada, conduzindo informações importantes para quem deseja conhecer ou se especializar nessa área de atuação.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Escolar. Atuação. Ensino. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a importância da atuação do psicopedagogo no espaço escolar. O trabalho desse profissional muitas vezes passa despercebido pela comunidade escolar, principalmente pelas famílias dos estudantes que talvez não tenha conhecimento da presença

⁷ Pós-graduada em Psicopedagogia Em Educação Especial pela Faculdade Famart. E-mail: rosimerykeiroz@gmail.com

⁸ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestre em Educação.

de um psicopedagogo e qual a sua contribuição para o processo de ensino, aprendizagem dos alunos com dificuldade.

Isto posto, levanta-se uma problemática em torno da atuação desse profissional: qual a importância da atuação do psicopedagogo para o processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes em idade escolar com dificuldades no aprendizado? Responder essa problemática, significa evidenciar o valor que este profissional possui dentro das escolas.

Para me amparar nesta pesquisa, foram analisadas e utilizadas obras sobre o assunto abordado com o entendimento de diferentes autores sobre a psicopedagogia e seu campo de atuação dos formandos nesta área de atuação educacional. Esta é uma pesquisa bibliográfica qualitativa, onde foram analisadas diversas concepções com a finalidade de levantar novas concepções, obviamente, destacando as devidas referências por estar utilizando suas obras como material de estudo.

A atuação do psicopedagogo é bastante importante, pois ele subsidia as dificuldades de aprendizagem do ser humano, coletando o máximo de informações relacionadas ao processo e ao indivíduo avaliado através de investigações e estudos. Pouco se conhece sobre o trabalho destes profissionais na comunidade escolar e a importância da atuação destes, na vida de criança e jovens que sofrem com algum “deficit” de aprendizagem. Em razão disso, o tema é justificado pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre o importante papel que este profissional desempenha nas escolas e o porquê o trabalho do psicopedagogo é tão importante

O objetivo definido nesse trabalho, é analisar a importância da atuação do psicopedagogo, considerando suas diversas possibilidades de atuação nas escolas em prol da aprendizagem dos alunos. Para tanto, alguns objetivos desdobraram-se, como a compreensão dos estudos na área da psicopedagogia e o apontamento do importante papel do profissional formado nesta área; bem como descrever sobre a importância do trabalho realizado pelo psicopedagogo para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos com dificuldades.

Para alcançar os objetivos definidos, este trabalho foi planejado e dividido da desta forma: primeiro, mencionando algumas informações valiosas sobre a psicopedagogia e o seu campo de estudo. Em seguida, um breve esclarecimento sobre o papel do psicopedagogo, pois o segundo tópico dessa fundamentação teórica traz informações importante sobre a atuação deste profissional e sua contribuição para a vida de muitos alunos.

Esse trabalho se solidifica com base em pesquisas bibliográficas que destacaram a importância da psicopedagogia e o papel que os psicopedagogos desenvolvem nas escolas.

A metodologia adotada, foi pautada na utilização das tecnologias (sites da internet) para realização das pesquisas. Em se tratando dessa metodologia, Amaral (2007, p. 01) destaca que a pesquisa bibliográfica “é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho”. Esta é uma pesquisa que proporciona a oportunidade de analisar diferentes ideias, comparando e classificando as que mais se adequam ao tema.

Após serem analisadas as ideias destes autores, passam a ser realizadas comparações entre elas. Tratam-se de métodos comparativos, onde estudos baseando-se nos textos são “desenvolvidos para avaliar criticamente a eficácia relativa de cada método sob reais condições de campo” (SABINO e VILLAÇA, 1998, p. 409). Isso significa que diferentes textos são analisados e observados com cautela para, então, passar a fazer parte do campo de pesquisa do presente trabalho. A partir daí, são levantadas diferentes hipóteses conforme as ideias forem se concretizando no desenrolar deste trabalho. Para melhor explicar como isso funciona, Moreira (2002, p. 02) explica que nessa metodologia.

Os dados obtidos por meio dessa participação ativa são de natureza qualitativa e analisados correspondentemente. As hipóteses são geradas durante o processo investigativo. O pesquisador busca universais concretos alcançados através do estudo profundo de casos particulares e da comparação desse caso com outros estudados também com grande profundidade. Através de uma narrativa detalhada, o pesquisador busca credibilidade para seus modelos interpretativos.

Por se tratar de um método dessa natureza, conteúdo apresentado não pode ser traduzido em números, ou seja, trata de questões mais subjetivas. Não utiliza métodos estatísticos, os dados podem ser coletados pelas informações que são encontradas nas obras bibliográficas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ENTENDENDO A PSICOPEDAGOGIA

A psicopedagogia é um campo de atuação bastante abrangente por sua capacidade de trabalhar tanto em espaços escolares, quanto não escolares, clínicas, hospitais e com diversas características humanas. O objetivo deste trabalho é investigar a importância da atuação desse profissional no espaço escolar. Como todos sabemos, a psicopedagogia surge

da necessidade de se fazer intervenções relacionadas a dificuldade do indivíduo que tem dificuldade de se apropriar das informações, bem como adquirir habilidade de construção de aprendizagem. É na educação básica que os alunos enfrentam inúmeras dificuldades, é nessa etapa de ensino que crianças e adolescentes estão vulneráveis aos desafios ao encontrar alguma dificuldade em aprender coisas novas. Para entendermos como a psicopedagogia é vista numa perspectiva atual, podemos fundamentar as interpretações de Faria (2017, p. 16) que afirma que:

A psicopedagogia é vista como uma área de possibilidades que visa propiciar um melhor desenvolvimento da aprendizagem, buscando encontrar possíveis soluções para os problemas de ensino/aprendizagem institucional ou clínicos, procurando compreender relações emocionais, afetivas, constitucionais/biológica, familiares, sociais, cognitivas, socioculturais e pedagógicas; estabelecendo uma análise profunda dos decorrentes problemas encontrados.

A psicopedagogia analisa tudo o que pode ferir a aprendizagem do indivíduo. Nesse sentido, considerando que estamos em constante mudanças e aprimoramento em todas as áreas educacionais se faz necessária a formação contínua dos professores para que possam facilitar a aprendizagem dos seus alunos.

Desse ponto de vista, a psicopedagogia surge como uma possibilidade completa e qualificada que pode auxiliar profissionais da educação em tarefas educativas difíceis e instigantes.

Sendo assim, a psicopedagogia na escola assume papel essencial na melhoria do ensino, onde o psicopedagogo é aquele que auxilia no aprimoramento dos processos, no fortalecimento da autoestima do aluno e no resgate da aprendizagem

No que se refere ao aluno, é possível afirmar que “a Psicopedagogia na escola possui o papel de identificar as dificuldades do mesmo, buscando ações que irá contribuir para o seu aprendizado, através de métodos, instrumentos e técnicas próprias da institucional” (OLIVEIRA, 2020, p. 136). Sua atuação é de grande relevância para o profissional que atua diretamente com o aluno, esse já esgotou todas as possibilidades de intervenções, sem êxito, nesse caso sua última opção é encaminhá-lo ao profissional que adquiriu na sua formação habilidades necessárias para identificar o motivo que o impede de aprender e a metodologia de ensino que pode ser aplicado naquele momento de aprendizagem para superar suas dificuldades e limitações.

Para manter o aluno e a família motivada a permanecer no ambiente escolar, o psicopedagogo, precisa envolver a família nesse processo buscando investigar que motivo está impedindo o aluno de aprender.

O psicopedagogo tem o papel fundamental de intermediar entre a escola e a família sempre buscando garantir a permanência do aluno, pois a triste realidade é que muitos acabam abandonando os estudos devido suas dificuldades de aprender. Outro ponto muito importante a considerar é que:

Para a psicopedagogia o aprender requer desejo, considerando a energia necessária para um bom funcionamento cognitivo. Portanto, cabe a escola despertar este desejo nos alunos dando à aprendizagem, significado e atribuindo a ela sua importância. Assim o professor deve eleger as melhores formas para que a aprendizagem seja significativa.

Ou seja, além de incentivar o aluno a vencer suas dificuldades, a psicopedagogia forma profissionais capazes de alimentar novamente nos alunos o desejo de aprender. Isso porque o psicopedagogo tem o conhecimento necessário para dizer qual a melhor metodologia de ensino que pode ser aplicada com aquele determinado aluno, considerando suas limitações e suas dificuldades de aprendizagem.

Profissionais que se empenham em adquirir formação em psicopedagogia tem nas mãos grandes possibilidades de fazer a diferença na vida de crianças ou jovens, que devido a dificuldade de aprendizagem, estão prestes a desistir dos seus desejos de aprender.

Agora que esta área de estudo já foi compreendida, vale dar uma atenção especial ao psicopedagogo escolar, entendo qual o papel que ele possui na aprendizagem de muitas crianças e jovens que estão em processo escolar.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.

No que concerne psicopedagogia, muitos autores descrevem sobre a importância da atuação desse profissional, suas obras contribuem significativamente para o fortalecimento da teoria psicopedagógica. Diante dessa frente de estudo pude compreender melhor o papel dos profissionais formados nessa área.

A psicopedagogia é uma área que se envolve outras áreas de atuação como a pedagogia e a psicologia, que investiga o que acontece com o indivíduo na construção do seu

conhecimento, concluindo que se trata de uma ciência que estuda a relação entre o aprendizado e a mente humana.

Para Nascimento (2010, p. 40), “a psicopedagogia pretende estudar, compreender e intervir na aprendizagem humana e não se restringe apenas as suas dificuldades, mas sim envolve todas as questões acerca da aprendizagem.” Oliveira nos mostra a abrangência desse campo de conhecimento, com objetivo de atender todas as questões que prejudicam a aprendizagem no ambiente escolar.

Sobre o papel do psicopedagogo, Oliveira (2020, p. 132) afirma que:

O psicopedagogo averigua o comportamento do aluno e promove intervenções capazes de auxiliar na aprendizagem. O papel do psicopedagogo é contribuir para uma educação de excelente qualidade e, bem como, atender as especificidades de quaisquer alunos, [...] promovendo inclusão.

Nesse sentido entende-se que o processo de ensino, aprendizagem está atrelado a suas vivências fora do ambiente escolar, existem diversos fatores que podem influenciar na aprendizagem do aluno dentro e fora da escola. O psicopedagogo tem o papel de investigar qual fator está bloqueando o aluno para que o mesmo não consiga aprender.

Esses fatores vão além de problemas neurológicos, perpassando por conflitos sociais enfrentados no dia a dia, que precisam ser identificados e trabalhados de forma que o aluno consiga superar suas limitações e dificuldades.

No entanto, há muitas especulações sobre a psicopedagogia, sua importância e o papel do psicopedagogo, tanto nos espaços escolares, quanto nos não escolares. Considerando o foco desse trabalho que é discorrer sobre a importância do profissional especializado nesta área de atuação para o ambiente escolar, é premente ter fundamentação em diferentes definições e diferentes referenciais teóricos, conduzido para o tema principal do presente artigo. Tornando este trabalho singular e significativo ampliar o entendimento sobre a psicopedagogia e sobre a importância do psicopedagogo escolar.

2.3 A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO DENTRO DOS ESPAÇOS ESCOLARES.

Muitos são os profissionais que atuam nas escolas para intervir e ajudar na boa educação de todos os alunos que ali estão matriculados. Profissionais formados em

psicopedagogia podem trabalhar para melhorar o processo educacional de crianças, adolescentes e adultos.

Seu trabalho se concentra em dificuldades de aprendizagem em ambientes de ensino como as escolas, seu importante papel é fundamental para garantir que o conteúdo possa ser assimilado e os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu raciocínio, inteligência, imaginação, criatividade e muito mais.

Para isso, o profissional desta área precisa focar no processo de ensino, aprendizagem do aluno que pretende ajudar. Isso, porque “o papel do psicopedagogo fundamenta-se, sobretudo, nas dificuldades que podem acontecer nesse processo, de maneira que o mesmo, provavelmente, possa desvelar os obstáculos que estão impedindo o sujeito de aprender” (ANJOS e DIAS, 2015, p. 03). Em alguns casos, não é possível identificar estas dificuldades. Nesses casos esse profissional precisa recorrer a outros profissionais da área da saúde para um possível diagnóstico, considerando que este profissional não pode avaliar e diagnosticar um paciente sozinho.

Os psicopedagogos desempenham um papel importante na intervenção junto às famílias dos alunos, pois o ambiente familiar também afeta o aprendizado e o desenvolvimento das crianças. Conhecer a realidade de quanto estímulo esses alunos recebem no ambiente familiar pode ajudar a identificar o motivo pelo qual aquele aluno não aprende, pois o mesmo tem pouco ou nenhum estímulo para aprender, ficando este apenas o cargo da escola inserir algum conhecimento.

Assim, é possível relacionar o aprendizado adquirido em casa com o aprendizado que está sendo adquirido na escola, pelo professor regente. O psicopedagogo pode realizar algumas intervenções como: pedir ao aluno que escreva algum texto, solete algumas palavras, intérprete alguma imagem, e outros testes que podem identificar suas habilidades e suas maiores dificuldades de aprendizagem.

Através desses instrumentos é possível verificar as disfunções da memória, atenção, função executiva, orientação no tempo e espaço..., enfim, as funções cognitivas, fazendo as intervenções necessárias que cada caso requer.

Com a crescente demanda das dificuldades de aprendizagem encontradas nas salas de aula, a atuação do psicopedagogo parte de pressupostos que visam encontrar melhores soluções que possam ajudar o educador e o educando com abordagens preventivas e facilitadoras na relação ensino-aprendizagem. [...] Motivos como a falta de concentração, hiperatividade, dislexia, distúrbio de atenção, processos

psicoemocionais e diversas outras influências que podem ser vistas como resultados para uma falha de compreensão na hora de aprender, têm sido alvo de estudos da Psicopedagogia, pois seu campo de estudo se responsabiliza a desvendar esses desafios e a criar possibilidades adequadas a cada indivíduo, isando suas necessidades. (FARIA, 2017, p. 16).

Nesse caso este profissional é muito requisitado e de fundamental importância para o processo de ensino e aprendizagem, considerando que todos os participantes da comunidade escolar precisam trabalhar em prol da aprendizagem do aluno como ser integral e integrado oferecendo ao mesmo, condições de igualdade para que ele possa aprender.

O trabalho do psicopedagogo é orientar, e não corrigir o professor responsável pelo aluno, quanto ao trabalho que está realizando em sala de aula. Nascimento (2010, p. 09) nos mostra isso, ao afirmar que “o psicopedagogo deve estar ciente das vantagens e desvantagens de todos os métodos e formas de alfabetizar, para que possa orientar o melhor possível os docentes.”

Sem a intervenção do psicopedagogo algumas dificuldades acabam passando despercebidas, os pais e professores acabam culpando o aluno por não conseguir desenvolver algumas habilidades essenciais de aprendizagem. Por isso a investigação de um profissional qualificado, para encontrar a causa das dificuldades, se faz necessário. Nesse sentido:

O psicopedagogo pode fazer a diferença [...], concedendo suporte e orientação aos professores, alunos e familiares. A atuação se dará por observação das dificuldades encontradas pelo aluno, em seguida um diagnóstico da situação para a busca da solução do problema. Isso ocorrerá com atividades que reforcem o aprendizado, dando alternativas para o ensino-aprendizagem junto ao professor regente, contribuindo para inclusão dos responsáveis do aluno nas atividades propostas e criando projetos que auxiliem nessa relação da comunidade escolar a respeito do ensino da língua de sinais. (OLIVEIRA, 2020, p. 135).

É possível, então, afirmar que o trabalho de um psicopedagogo é o de mediar a relação entre professor, aluno e a família. Portanto, o que acontece na escola será observado e avaliado por ele, não para criticar e apontar erros, mas para investigar métodos e práticas de ensino de modo a prevenir possíveis problemas, obstáculos ou dificuldades de aprendizagem.

O psicopedagogo contribui para esse dialogo professor-aluno, pois o professor é o ser primordial na sala de aula. [...] Sendo agente da transmissão de conhecimento, é importante sua atenção para as especificidades de cada aluno, influenciando de forma positiva. Compreendendo que o professor não agirá sozinho, pois há um profissional capaz de contribuir para essa formação do sujeito na sua totalidade. (OLIVEIRA, 2020, p. 136).

Portanto, o trabalho deste importante profissional é uma possibilidade necessária e precisa nas escolas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho me trouxe uma nova perspectiva sobre a formação e atuação do psicopedagogo escolar, proporcionando embasamento teórico de grande relevância para minha futura prática profissional.

O desenvolvimento de um trabalho dessa magnitude, que se preocupa em abordar a importância desse profissional para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de crianças e jovens em idade escolar com dificuldade de aprendizagem mostrando a necessidade do psicopedagogo no ambiente educacional, tem grande repercussão.

Outro papel importante desse trabalho foi de tornar a atuação desse profissional conhecido por toda a comunidade escolar. Esse trabalho precisa ser bem divulgado para que todos saibam qual o papel do psicopedagogo e sua importante atuação para o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

O propósito desse trabalho foi alcançado, respondendo à problemática: qual a importância da atuação do psicopedagogo para a educação de crianças e jovens nas escolas? Acredito que consegui através dos estudos discorrer de forma clara sobre a importância da atuação desse profissional nas escolas.

Todos os objetivos foram alcançados. Por meio das análises e hipóteses levantadas, foi possível: compreender os estudos na área da psicopedagogia; apontar o importante papel do profissional formado nesta área; e falar sobre a importância do trabalho realizado pelo psicopedagogo para o bom desenvolvimento educacional de alunos com dificuldades. Estes objetivos foram alcançados em cada um dos três subtítulos principais que foram apresentados no decorrer deste trabalho.

No primeiro subtítulo, a preocupação se pautou em apontar informações sobre a psicopedagogia, mostrando que se trata de uma profissão bastante abrangente pela sua capacidade de trabalhar tanto em espaços escolares quanto não escolares. Ela também discorre da necessidade de realizar pesquisas relacionadas a dificuldade do indivíduo em reter informações e adquirir aprendizagem.

No segundo subtítulo, a preocupação se pautou em apontar informações sobre a importância do psicopedagogo, mostrando que este profissional se concentra em dificuldades de aprendizagem em ambientes de ensino como escolas, e seu importante papel é fundamental para garantir que o conteúdo possa ser assimilado e os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu raciocínio, inteligência, imaginação, criatividade e muito mais.

Em cada um dos subtítulos apresentados foi possível obter excelentes resultados, como mencionados. Para se chegar a tais conclusões, alguns métodos de ensino foram muito bem aplicados. Obras bibliográficas foram utilizadas, onde diferentes ideias foram coletadas e agregadas ao presente trabalho para o levantamento de novas ideias. Optou-se por esta metodologia pelo fato de ser a mais rápida e abrangente de todas, pois quando se fala em “obras bibliográficas” a internet acaba se tornando grande possibilidade de acesso as obras de diferentes autores. Assim sendo, o pesquisador acaba tendo nas mãos, maior praticidade para encontrar as informações que precisa para sua pesquisa.

O que muito contribuiu foi ver que, praticamente todos os autores encontrados, concordam e se complementam, não tendo divergências entre as ideias apresentadas por eles. Apesar de não discordarem um do outro, uns apresentaram ideias que talvez outros não expressaram, o que mostra a importância de diferentes pontos de vistas que serviram para o planejamento, elaboração e conclusão deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João Joaquim Freitas. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica?** Fortaleza, CE: núcleo Especial de Atendimento à Pessoa Idosa (NEAPI), 2007.

FARIA, Sâmela Estéfany Francisco. **Psicopedagogia: qual a contribuição do especialista frente aos problemas de escolarização? Uma abordagem crítica.** 2017, 67f. Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia – Universidade Federal Fluminense. Santo Antônio de Paduá.

MOREIRA, M. A. **Pesquisa em educação em ciências: métodos qualitativos.** Rio Grande do Sul: PIDEAC, 2002.

NASCIMENTO, Pérola de Oliveira Rosa. **O papel do psicopedagogo institucional na escola e o método fônico de alfabetização.** 2010, 60f. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Psicopedagogia – Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Thayná Vieira. **O papel do psicopedagogo no processo de ensino, aprendizagem do aluno surdo.** Queimados – RJ: Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2020, p. 131-136. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/340813058_O_papel_do_psicopedagogo_n_o_processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo](https://www.researchgate.net/publication/340813058_O_papel_do_psicopedagogo_n_o_processo_de_ensino-aprendizagem_do_aluno_surdo) Acesso em: 28 jan. 2022.

SABINO, C. M; VILLAÇA, R. **Estudo comparativo de métodos de amostragem de comunidades de costão.** Niterói, RJ: BIOL, 1998.

A IMPORTÂNCIA DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA: uma pesquisa bibliográfica

Gloria Hannah Fanaia De Almeida⁹
Gabriela Araújo¹⁰

RESUMO: As Histórias em Quadrinhos (HQs) representam uma evolução das expressões artísticas desde os primórdios da civilização, e com sua evolução vem conquistando um público crescente, principalmente os jovens. Observando a dificuldade dos alunos quanto ao aprendizado da língua inglesa no estudo tradicional, este artigo tem como objetivo compreender o papel das HQs no ensino de línguas estrangeiras, contextualizando sua relevância no cenário educacional contemporâneo, sendo assim, fizemos, através da pesquisa bibliográfica, uma análise do estudo de campo de Izabel Silva Souza D’ambrosio (2017), que investigou o uso das HQs digitais, especificamente com o software HagáQuê, para o desenvolvimento da escrita e leitura em inglês. O estudo analisou o processo de produção escrita de alunos do 9º ano do ensino fundamental, demonstrando a eficácia das HQs como ferramenta educacional no aprimoramento das habilidades linguísticas. A pesquisa ressalta a importância crescente dos HQs no contexto educacional, enfatizando sua utilidade como estratégia pedagógica inovadora e promissora. Ao final da pesquisa, observou-se o efeito positivo da utilização do gênero literário HQ, pois reforça as habilidades de leitura e escrita e aguça a criatividade dos estudantes. Os resultados foram concluídos pela pesquisadora a partir da análise dos diários feitos por esta e por questionamentos feitos aos alunos. Desta forma, a pesquisa analisada, expõe que as HQs não apenas representam uma forma de entretenimento e ferramenta de expressão artística, mas também se revela como um instrumento educacional eficaz no aprimoramento da Língua inglesa.

Palavras-chave: Histórias Em Quadrinhos; Língua Inglesa; HQ Digital; Recursos Multimodais.

⁹ Pós-graduada em Ensino da Língua Inglesa pela Faculdade Famart. E-mail: hannah_fanaia@hotmail.com.

¹⁰ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart –Itaúna-MG.

1 INTRODUÇÃO

Notando-se a algum tempo que o ensino da língua inglesa no Brasil tem tido algumas dificuldades no desenvolvimento dos alunos com a utilização do método tradicional, viu-se a necessidade de encontrar algum gênero literário contemporâneo cativante para propor em sala de aula, sendo assim, nos deparamos com as Histórias em Quadrinhos e nos surgiu o questionamento; seria esse um gênero útil para o ensino da Língua inglesa? E se “sim”, qual a relevância deste gênero? Com estas questões em mente, traçamos nosso objetivo principal: Analisar a importância da HQ no meio educacional, sendo aplicada no ensino da Língua inglesa. Em uma busca pela internet, descobrimos que há alguns anos pesquisadores vem estudando a efetividade das histórias em quadrinhos no ensino de matérias como: Português, História, Geografia e a língua inglesa. A significância de uma pesquisa como esta está no potencial de compartilhar estudos concretos com profissionais que desejam inovar e colaborar de forma positiva no desenvolvimento dos alunos e buscar ideias efetivas para se pôr em prática.

As expressões artísticas têm sido uma característica marcante da humanidade desde os primórdios da civilização, e as Histórias em Quadrinhos (HQs) representam uma evolução significativa desses registros. As origens das HQs remontam às práticas antigas de narrativa visual, como as inscrições rupestres nas cavernas pré-históricas, que ilustravam eventos do cotidiano por meio de desenhos sequenciais, ao longo dos anos, as HQs evoluíram para se tornar um gênero literário complexo e envolvente, contando histórias por meio de quadros com imagens e diálogos.

No âmbito educacional brasileiro, as HQs têm despertado cada vez mais interesse, especialmente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que reconheceu a importância de incluir outras formas de expressão artística no ensino fundamental. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) têm enfatizado a relevância das HQs no contexto educacional, encorajando os educadores a utilizá-las como ferramenta pedagógica.

Considerando a importância crescente das HQs no cenário educacional e cultural, utilizamos em nossa pesquisa bibliográfica o trabalho da pesquisadora Izabel Silva Souza D’ambroio de 2017, que examinou o impacto das HQs digitais como estratégia para o desenvolvimento da escrita em inglês. A pesquisa se concentrou no uso do Software

HagáQuê e analisou o processo de produção de leitura e escrita de alunos do 9º ano do ensino fundamental. A partir da observação participante, entrevistas e questionários, o estudo revelou insights valiosos sobre o potencial das HQs para aprimorar as habilidades de escritas e leitura em inglês, corroborando a eficácia do software HagáQuê nesse contexto educacional.

Esta pesquisa demonstra a relevância contínua das HQs como uma ferramenta educacional inovadora e promissora, capaz de enriquecer o processo de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades linguísticas. Com base nesse contexto, este artigo tem como objetivo aprofundar a compreensão do papel das HQs no ensino de línguas estrangeiras e explorar sua eficácia como estratégia pedagógica no contexto educacional contemporâneo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 História das HQs

Que os humanos são amantes em expressar-se por meio de arte não é novidade para ninguém, essa paixão foi registrada ainda na pré-história com as pinturas rupestres em rochas e utensílios domésticos e as Histórias em Quadrinhos são uma “evolução” desses registros.

[...] as origens das HQ estão justamente no início da civilização, onde as inscrições rupestres nas cavernas pré-históricas já revelaram a preocupação de narrar os acontecimentos através de desenhos sucessivos. Dessa forma, estes utilizavam as superfícies das rochas e cavernas para registrarem suas caçadas, colheitas e existência de animais com as pinturas rupestre (Bibe-Luyten, 1987, p. 16 *apud* RODRIGUES, Ana Cristina Messias; SOUZA, Neila Nunes de, 2019, p. 4).

As Histórias em Quadrinhos, comumente conhecidas por HQ, e como passaremos a se referir a esse gênero literário, se consiste em uma história contada através de diferentes quadros que podem ou não ter frases e/ou imagens. Segue o exemplo a baixo de um fragmento tirado da história “Coisa séria” da série de HQ Chico Bento do autor Mauricio de Sousa:

Figura 1: fragmento de “Chico Bento em Coisa Séria” para ilustrar o formato de uma HQ.



Fonte: Disponível em: Arquivos Turma da Mônica: Chico Bento: HQ “Coisa Séria” (arquivosturmadamonica.blogspot.com) Acesso em: 30 set. 2023.

Há divergência sobre a origem do gênero literário “História em Quadrinhos”, muitos defendem que as primeiras obras foram produzidas em Genebra (Suíça), outros no Japão, porém, a teoria mais aceita é que a primeira HQ a ser produzida, no formato em que conhecemos hoje, é a publicação da história “Yellow kid” (O menino amarelo) de Richard F. Outcault no jornal New York World dos Estados Unidos em 1894, a história contava casos da vida do menino que deu voz aos quadrinhos da época.

No Brasil, a primeira obra, que se assemelhava as HQ atuais, porém, não se utilizava de balões com falas como agora, foi “Nhô Quim” de Ângelo Agostini, esta foi publicada na revista Fluminense em 30 de janeiro de 1879. Outros personagens importantes na história das HQs no Brasil foram o jornalista Roberto Marinho¹, Adolfo Aizen (1907-1991) fundador da Editora Brasil América (EBAL), o editor da Walt Disney no Brasil pela Editora Abril; Victor Cívita (1907-1990) e Assis Chateaubriand (1892-1968) que com suas publicações em Diários Associados, contribuiu muito para a fundação da televisão no Brasil. Mesmo esses editores concorrendo entre si no mercado, eles juntos combateram a campanha anti-HQ que chegara ao Brasil e viam apenas malefícios.

A primeira revista em quadrinhos a circular no Brasil foi, segundo Nunes; Silva; Moura. (2015) “O Tico-Tico”, lançada em 1905 pela editora “O malho” de Luís Bartolomeu de Sousa e Silva, seguindo o êxito das publicações semelhantes na Europa e os suplementos dominicais de HQs nos jornais dos Estados Unidos. “O tico-tico” continuou em circulação até aproximadamente 1960.

2.2 INSERÇÃO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

2.3 O INÍCIO

É interessante observar com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 marcou um ponto de virada na relação entre histórias em quadrinhos e a educação formal no Brasil. A citação de Vergueiro e Ramos (2009, p. 10 *apud* CASTRO, 2020.p. 86) nos diz que a LDB “[...] já apontava para a necessidade de inserção de outras linguagens e manifestações artísticas nos ensinos fundamental e básico” indicando um reconhecimento gradual da importância das histórias em quadrinhos como uma ferramenta pedagógica viável

Além disso, a observação de Vergueiro (2014. *Apud* Castro, 2020. P. 86) sobre a utilização inicial limitada das histórias em quadrinhos nos livros didáticos, principalmente como ilustrações pontuais, revela a cautela dos responsáveis pela educação em relação à sua inclusão. O receio de resistência por parte das escolas é um ponto importante a ser considerado ao analisar o histórico da aceitação das histórias em quadrinhos como parte integrante do material didático. Porém, com a inclusão do gênero no PCN, algumas coisas mudaram na visão dos profissionais quanto a esse gênero.

“A inserção desse gênero nos PCN possibilitou maior utilização das HQs no âmbito educacional, bem como a busca do conhecimento mais sistemático e amplo por educadores, estudiosos e pesquisadores acerca das características e do processo de evolução do gênero em questão com vistas a um trabalho mais dinâmico e completo na efetivação das aulas”. (VERGUEIRO E RAMOS, 2009 *apud* RODRIGES, 2019, p. 6)

2.4 PCN

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são um guia para a educação no ensino Fundamental em todo o Brasil, destinados a orientar e assegurar a qualidade de sistema

educacional. Eles fornecem referências flexíveis para tomada de decisões regionais e locais sobre currículos e programas educacionais. Os parâmetros respeitam a diversidade cultural e social do país e visam promover a igualdade de direitos e oportunidades com base nos princípios democráticos. Embora possam catalisar ações para melhorar a qualidade da educação, reconhecem que não podem resolver todos os problemas enfrentados pelo sistema educacional, que exigem investimentos em diversas áreas, incluindo formação de professores, infraestrutura, materiais didáticos e políticas salariais. A busca pela qualidade educacional também destaca a importância do debate sobre as atividades de ensino e aprendizagem e questões curriculares.

Seu principal objetivo é destacar a importância do ensino de línguas estrangeiras na formação educacional, considerando-o um direito de todos os cidadãos, conforme expresso em leis e declarações internacionais. Apesar de ser altamente valorizado na sociedade, o ensino de línguas estrangeiras nas escolas ainda não recebe a atenção devida.

Aprender uma língua estrangeira pode ampliar a percepção do aluno sobre si mesmo e sobre o mundo diversificado, promovendo uma compreensão mais profunda de outras culturas e maneiras de organização social. O documento ressalta a importância de envolver os alunos em atividades pedagógicas que os ajudem a se tornar participantes ativos no discurso por meio da língua estrangeira.

Além disso, destaca-se a necessidade de garantir a continuidade e a sustentabilidade do ensino de línguas estrangeiras enfatizando a importância de não interromper o aprendizado ao longo dos anos escolares com a introdução de línguas diferentes em diferentes séries.

A escolha dos materiais de estudo sobre diferentes tipos de textos, se baseia em formatos que alunos desse grupo de idade conhecem bem por fazerem uso de sua língua nativa. O PCN destaca quais modelos de textos são interessantes a serem usados:

pequenas histórias, quadrinhas, histórias em quadrinhos, instruções de jogos, anedotas, trava-línguas, anúncios, pequenos diálogos, rótulos de embalagens, cartazes, canções, pequenas notícias; entrevistas, programação de TV, textos publicitários, cartas, reportagens, classificados, poemas, editoriais de jornal, artigos jornalísticos, textos de enciclopédias, verbetes de dicionários, receitas, estatutos, declarações de direitos (BRASIL, 1998. P. 74)

Como vemos acima, o PCN de 1998 passa a considerar diversos gêneros textuais, sejam eles escritos, visuais ou sonoros; o que abre o leque de opções para a didática do professor regente. E completando o raciocínio, RODRIGUES (2019, p. 6) diz “É importante

haver diversidade de materiais para que os conteúdos possam ser tratados da maneira mais ampla possível”.

2.5 BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem adquirir ao longo da Educação Básica, garantindo seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme o Plano Nacional de Educação. A BNCC atua como referência nacional para a formulação de currículos e propostas pedagógicas, contribuindo para o alinhamento das políticas educacionais em nível federal, estadual e municipal. Além de promover o acesso e a permanência na escola, BNCC visa a garantir um nível comum de aprendizagem para todos os estudantes, com o intuito de fortalecer a colaboração entre os diferentes níveis de governo e assegurar a qualidade da educação.

Ao longo da Educação Básica, a BNCC visa a desenvolver competências gerais que englobam conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver questões complexas da vida cotidiana, exercício da cidadania e mundo do trabalho. A BNCC enfatiza a importância da educação na formação de uma sociedade mais humana, justa e preocupada com a preservação da natureza, alinhada com a Agenda 2030 da ONU. Essas competências gerais se relacionam e se desenvolvem ao longo das etapas da Educação Básica, integrando conhecimento, habilidades, atitudes e valores, conforme estipulado pela LDB.

A aquisição do idioma inglês capacita os estudantes a se envolverem em um contexto globalizado, encorajando uma participação ativa e uma compreensão crítica na sociedade. A compreensão do idioma é considerada como um processo educacional consciente e reflexivo, levando em consideração sua função como língua comum. Essa abordagem desvincula o idioma de uma região específica e de culturas particulares, reconhecendo a variedade de usos linguísticos e culturais dos falantes ao redor do mundo.

A disciplina de inglês é estruturada em quatro áreas principais: Fala, Leitura, Escrita e Conhecimentos Linguísticos específicos, promovendo uma compreensão contextualizada e crítica do idioma, além do desenvolvimento de habilidades abrangentes de comunicação. Essas áreas estão interligadas e devem ser abordadas de maneira integrada, reconhecendo a natureza diversificada e multimodal do idioma em uso.

É imprescindível dizer que esses eixos, embora tratados de forma separada na explicitação da BNCC, estão intrinsecamente ligados nas práticas sociais de usos da língua inglesa e devem ser assim trabalhados nas situações de aprendizagem propostas no contexto escolar. Em outras palavras, é a Língua em uso, sempre híbrida, polifônica e multimodal que leva ao estudo de suas características e de conhecimentos linguísticos, tratado como pré-requisito para esse uso. (BRASIL, 2017, local, 4.1.4. Língua Inglesa).

Adicionalmente, o ensino do inglês como língua comum requer uma abordagem flexível que valorize a diversidade linguística e cultural. O foco está na construção de habilidades comunicativas autênticas e na compreensão crítica das práticas sociais e culturais relacionadas ao idioma. O texto ressalta a importância de não considerar o padrão linguístico como o único modelo a ser seguido, encorajando a reflexão sobre a inteligibilidade na interação linguística.

Esses princípios fundamentam as práticas de ensino propostas, enfatizando a importância da utilização de recursos autênticos e multimodais, que promovem a participação ativa dos alunos na construção de conhecimento e na reflexão crítica sobre o uso da língua inglesa.

No Ensino médio, os estudantes exploram seus interesses, capacidades intelectuais e expressivas, refletindo sobre suas identidades e projetos de vida. Eles se engajam em diversas práticas culturais e participam ativamente na produção de culturas juvenis, utilizando diferentes formas de linguagem.

A BNCC procura garantir a ampliação dos repertórios e a análise das manifestações artísticas, corporais e linguísticas em diferentes culturas. Além disso, incentiva o uso de recursos digitais e a participação ativa dos estudantes na produção cultural, promovendo o respeito à diversidade e a compreensão crítica das práticas culturais.

O ensino da Língua Inglesa destaca a importância do inglês como língua franca global, promovendo o desenvolvimento de repertórios linguísticos e culturais dos estudantes. As práticas de aprendizagem focam na ampliação da compreensão da língua em diferentes contextos sociais e culturais, encorajando os alunos a se posicionar criticamente na sociedade globalizada.

2.6 PESQUISA E RESULTADOS

Ao lermos as informações anteriormente expostas podemos entender que o método tradicional de ensino não é suficiente para a captura da atenção e interesse dos alunos infanto-

juvenis. Assim sendo, professores e até mesmo o governo tem se reinventado para se encaixar na realidade dos mais novos e ajuda-los a progredirem no seu desenvolvimento acadêmico. Há diversas pesquisas de áreas diferentes que abordam a eficácia e importância do gênero textual História em Quadrinhos (HQ) na didática de ensino. Para este artigo, trouxemos para analisar a pesquisa “*História em quadrinhos digitais como estratégia de desenvolvimento da escrita em inglês*” de Izabel Silva Souza D’ambrosio (2017). Esta pesquisa explorou a eficácia da criação de HQ por meio digital, na disciplina de inglês nas turmas dos 9º anos A e B, com alunos em idades entre 13 a 14 anos, foram feitos grupos entre os alunos para a realização da pesquisa enfocando o processo de produção escrita usando o software HagáQuê. Assim como a autora explica HagáQuê é:

O software HagáQuê, construído em linguagem Delphi e produzido pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), sob a coordenação da Professora Dra. Heloísa Vieira da Rocha, é livre e gratuito. O projeto do software teve início em julho de 1999 e término em agosto de 2003. (D’AMBROSIO, 2017, p. 54)

Este foi utilizado juntamente com sua natureza híbrida e características multimodais. A metodologia adotada foi a qualitativa, utilizando a pesquisa participante e ferramentas como observação participante, entrevista semiestruturada e questionário. A produção de HQs pelos participantes foi analisada para avaliar possíveis mudanças no processo de produção escrita por meio de HQs, utilizando o software HagáQuê.

O trabalho foi feito com base na pesquisa de campo, inicialmente, foram realizadas observações diárias das turmas, resultando em um diário de observações que continha reflexões. Isso deu continuidade à primeira fase prática da pesquisa. Essa fase é importante para a pesquisadora saber lidar com os alunos e entender como propor toda a atividade da forma mais efetiva possível.

A segunda fase envolveu a participação dos alunos na produção de histórias em quadrinhos (HQ), começando com a elaboração de esboços e, em seguida, a utilização do software HagáQuê. Os alunos, em equipe, fizeram as histórias escritas em um papel, assim como os discursos das histórias em inglês e os quadrinhos, todos a mão, para facilitar a elaboração no programa HagáQuê. Ainda parte do esboço os estudantes puderam usar a criatividade e trabalho em conjunto para finalizar os primeiros passos, não apenas focando no ensino da língua, mas também explorando questões sociais, assim como afirma Rodrigues; Souza (2020, p.7)

Dessa forma, a partir das histórias em quadrinhos é possível tratar de conteúdos e de temas propostos pelos professores (as), podendo levar em consideração não só o ensino de língua, mas a partir de temas voltados para questões sociais, meio ambiente, orientação sexual, dentre outros que ainda enfrentam problemas e devem ser estudados.

Já no momento da elaboração da arte digital em si, além dos efeitos de sons representados por onomatopeias, os alunos demonstraram grande interesse na utilização dos balões nas histórias em quadrinhos. Cada balão transmitia uma emoção ou evento específico. No momento da primeira leitura das HQs pelos alunos, ainda no começo da pesquisa, os balões com legendas facilitavam a compreensão dos alunos, mesmo que inicialmente eles não reconhecessem todo o vocabulário presente. Observou-se que ao ler o texto dentro dos balões, os alunos eram capazes de interpretar o significado geral com base na combinação da imagem com a função representada pelo balão, dispensando a necessidade de traduzir literalmente todo o conteúdo escrito. Com isso, houve uma boa aceitação na utilização dos mesmos nas obras de cada grupo.

Ao iniciar a última parte da segunda etapa, houve a apresentação do programa HagáQuê nas máquinas da própria escola, que foram instalados com facilidade pois o programa era gratuito. Os alunos tiveram um tempo para se familiarizar e então, iniciaram as atividades em grupo. Com algumas dificuldades e contratempos, todos os alunos conseguiram finalizar a tarefa proposta de forma satisfatória e divertida, com uma boa utilização da língua e participação mútua dos grupos.

A terceira fase culminou com a aplicação de questionários e entrevistas aos alunos participantes do estudo e as observações da autora. Para alcançar o objetivo geral deste estudo, foram selecionadas as seguintes abordagens: promover a habilidade de escrita em inglês de maneira colaborativa por meio do software HagáQuê. Esta iniciativa não se limitou apenas à etapa de produção da HQ usando o software, mas durante todo o processo de pesquisa, incluindo a fase de investigação. E assim chegou aos primeiros resultados da pesquisa, as quais são observadas pela pesquisadora da seguinte maneira:

Analisando as respostas dos alunos, percebi uma positividade diante da interação e colaboração na execução da atividade, em especial na fala dos alunos B e D. Através dessas respostas, foi notado, de forma singular, o entrosamento e compartilhamento das informações entre eles (D'Ambrosio, 2017. P. 94)

A prática colaborativa foi realizada por meio de atividades conjuntas, desde a fase de planejamento com o compartilhamento de ideias até a conclusão da HQ digital.

A segunda proposta foi: analisar a produção escrita. A criação das HQs constituiu o núcleo da pesquisa. Para cada HQ escolhida como base em suas categorias de análise, foram consideradas interpretações de acordo com os princípios teóricos. Com base no potencial de cada HQ realizou-se uma análise crítica que refletisse o trabalho dos grupos.

E em terceira proposta: verificou a contribuição do software HagáQuê para o desenvolvimento da produção escrita em inglês, segundo a perspectiva dos alunos. Essa análise foi realizada por meio de entrevistas e questionários, cujas informações coletadas estavam alinhadas com a proposta de estudo da pesquisa. Foi constatado que o uso do software HagáQuê teve impacto positivo na escrita em inglês, uma vez que os participantes reconheceram nessa ferramenta a capacidade de elaborar textos em outro idioma.

O estudo investigou a prática da escrita em inglês com a criação colaborativa de HQs usando o Software HagáQuê, e sua influência na aprendizagem da língua. A pesquisa confirmou que a produção colaborativa de HQs ajudou no desenvolvimento da habilidade de escrita em inglês. A análise crítica das HQs selecionadas e a percepção dos alunos em relação ao software corroboraram a eficácia do programa para aprimorar a habilidade de escrita em inglês.

3 CONCLUSÃO

Em síntese, a presente pesquisa demonstrou que a incorporação das Histórias em Quadrinhos (HQ) no ambiente educacional se revelou altamente eficaz e promissora para o aprimoramento das habilidades de escrita e leitura, especialmente no contexto do ensino de língua estrangeira. A integração desses recursos multimodais, especialmente por meio do software HagáQuê, proporcionou uma abordagem colaborativa e interativa que permitiu aos alunos desenvolver competências linguísticas de maneira engajada e estimulante.

Acompanhamos o desenvolvimento da leitura no idioma inglês, com satisfação, nota-se que mesmo com algumas dificuldades, por não saberem algumas palavras, os alunos entenderam a história juntando as legendas e imagens. Constatamos, também, avanço criativo na segunda etapa, na qual os participantes criaram, primeiramente, um enredo pra suas HQs e, então, observamos a progressão das habilidades de escrita em inglês na etapa de tradução dos textos. Houve um envolvimento significativo dos alunos quanto a atividade proposta,

vemos que aprender algo novo e poder criar por eles mesmos impulsionou a melhorar habilidades que em aulas tradicionais, para muitos professores, pode ser um desafio.

Ao analisar os resultados da nossa pesquisa, podemos extrair pontos importantes, sendo eles: o estudo de novos conteúdos e tipos de textos contribuem para a facilitação do ensino e do aprendizado, tornando mais dinâmico e fluido. Propostas com HQs podem ser trabalhadas com outras matérias em conjunto, um exemplo obvio seria Artes e Língua inglesa. Propor a exposição da obra HQ dos alunos pode demonstrar a importância que o trabalho duro e a criatividade dele tem para a comunidade estudantil e trazer os familiares para apreciar suas artes abre o leque de reconhecimento, tanto dos alunos quanto dos professores que propuseram todo o trabalho e assim há a coparticipação dos dois círculos mais importantes dos alunos.

Ao utilizarmos a pesquisa bibliográfica, ficamos limitados as escolhas feitas pela pesquisadora; o estudo poderia ter sido feito com mais indivíduos, com idades e em anos escolares diferentes, pois, os resultados do ensino fundamental, podem ser diferentes do ensino médio. A falta de uma pesquisa em campo, nos tira a possibilidade de fazer nossas próprias observações, entrevistas e conclusões em primeiro ponto de vista. Porém, nos possibilitou a olhar para o estudo com outros olhares e criar novas ideias para pesquisas futuras.

Relembrando nossa análise e olhando de forma carinhosa para os nossos limites, nos deparamos com novas perspectivas para possíveis pesquisas futuras. Qual teria sido o envolvimento de alunos do ensino médio com a proposta de criação de uma HQ em uma língua estrangeira? Quais os outros estilos textuais que podem cativar os alunos? Pesquisas de campo podem ser melhores que pesquisas bibliográficas para certos questionamentos. Há infinitas possibilidades a se considerar quando divagamos sobre o assunto ensino didático da língua inglesa e gêneros textuais inovadores, basta nós, profissionais da área pararmos para buscar.

Ao longo do estudo, as HQs foram reconhecidas como uma ferramenta poderosa para promover o envolvimento ativo dos estudantes, incentivando a criatividade, a expressão artística e a compreensão textual. A análise crítica das produções revelou a importância da mediação pedagógica na exploração de narrativas visuais, ressaltando a capacidade das HQs de estimular a interpretação, a análise crítica e a expressão pessoal dos alunos.

Através das proposições estabelecidas, foi possível constatar que a colaboração entre alunos, a análise cuidadosa das produções escritas e a avaliação positiva dos estudantes em relação ao software HagáQuê contribuíram para reforçar o papel das HQs como uma valiosa ferramenta educacional. A utilização desses recursos no contexto do ensino de língua estrangeira revelou-se não apenas eficaz, mas também motivadora e enriquecedora para o processo de aprendizagem dos alunos. Portanto, recomenda-se a continuidade e a ampliação do uso dessas estratégias pedagógicas inovadoras para promover uma educação mais dinâmica, participativa e eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira /** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: Língua Estrangeira (mec.gov.br). Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Base Nacional comum curricular.** Brasília. MEC/SEB, 2017. Disponível em: Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base (mec.gov.br). Acesso em: 14 set. 2023.

CASTRO, Iane Isabelle de Oliveira. **O USO DE COMIC BOOKS COMO TEXTOS MULTIMODAIS EM AULAS DE LÍNGUA INGLESA: estudo de caso com alunos do Ensino Médio Técnico do IFRN (Campus Apodi).** Recife: UFPE, 2020. Disponível em: TESE Iane Isabelle de Oliveira Castro.pdf (ufpe.br). Acesso em: 07 set. 2023.

D'AMBROSIO, Izabel Silva Souza. **HISTÓRIA EM QUADRINHOS DIGITAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA EM INGLÊS.** São Cristóvão: UFS, 2017. Disponível em: IZABEL 1.pdf (ufs.br). Acesso em: 14 set. 2023.

GONÇALVES, Carmen Diego. **Estilo de pensamento na produção de conhecimento científico.** In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Coimbra. Actas do [...]. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2000. Tema: Sociedade portuguesa: passados recentes, futuros próximos. Eixo temático: Reorganização dos saberes, ciência e educação, p. 1-18. Disponível em: http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462de12f4bb03_1.pdf. Acesso em: 3 maio 2010.

HIGA, Carlso César. **Arte rupestre.** Uol: Brasil Escola. Disponível em: Arte rupestre: o que é, características, tipos – Brasil Escola (uol.com.br). Acesso em: 12 out. 2023.

MARCOS. Chico Bento: HQ “Coisa Séria”. **Blog Arquivos Turma da Mônica.** 2016. Disponível em: Arquivos Turma da Mônica: Chico Bento: HQ “Coisa Séria” (arquivosturmadamonica.blogspot.com). Acesso em: 30 set. 2023.

NUNES, E. F. de S.; SILVA, R. C.; MOURA, C. A. P. Usos dos quadrinhos em escolas públicas: um olhar pedagógico em um universo cartunizado. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 64, p. 231–250, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i64.8641939. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641939>. Acesso em: 22 out. 2023.

OLIVEIRA, Caio Alexandre de; Luna, Ewerton Avila dos Anjos. **A IMPORTÂNCIA DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E PARA A ANÁLISE TEXTUAL**. Pernambuco: UFRPE, 2018. Disponível em: [tcc_art_caioalexandrelemaoliveira.pdf](tcc_art_caioalexandredelemaoliveira.pdf) (ufrpe.br) Acesso em: 14 set. 2023.

RAMOS, Paulo. **Histórias em quadrinhos na formação de professores: uma discussão necessária**. In: Literancia, Media, Cidadania- 3., 2015, Lisboa. Atas do [...]. Lisboa: CECS, 2015. Tema: Literacia Mediática e Leituras Críticas do Mundo. Eixo epositó: Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 3.º Congresso, p. 432-443. Disponível em: Organisational and Strategic Communication Research: European Perspectives II (core.ac.uk) Acesso em: 21 set. 2023.

RODRIGUES, Ana Cristina Messias; SOUZA, Neila Nunes de. **O Uso de Recurso Didático no Ensino de Inglês**. Porto das Letras, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 109–135, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/epositóri/index.php/portodasletras/article/view/7594>. Acesso em: 22 out. 2023.

WESCHENFELDERI, Gelson Vanderlei; KRONBAUERI, Dr.Luiz Gilberto. **As HQ's e a formação da consciência moral das crianças**. In: V CINFF Congresso Internacional de Filosofia e Educação, 2010, Caxias do Sul. Caxias do Sul: UCS, 2010. NET. Diretório: Palestras de 17 a 20 de maio. Disponível em: As HQ's e a formação da consciência moral das crianças (ucs.br) Acesso em: 21 set. 2023.

ZILIO, Talize. **HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UM ESTUDO SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA**. Canoas: UNILASALLE, 2020. Disponível em: <epositório.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1607/1/tzilio.pdf> Acesso em: 07 set. 2023.

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: uma análise bibliográfica sobre perspectivas de ensino e pesquisa

Maria de Jesus dos Santos Reis Mota¹¹

Lucas Eustáquio de Paiva Silva¹²

RESUMO: Identifica-se nesse estudo as contribuições das perspectivas teóricas e práticas no ensino de História no Brasil. Para direcionar este artigo, foi estabelecida uma questão central formulada em torno da seguinte pergunta: como as diferentes perspectivas teóricas no ensino de história influenciam as práticas pedagógicas e a compreensão dos estudantes sobre o passado? Com base nisso, foram definidos os tópicos abordados neste artigo com o objetivo geral de analisar as diversas perspectivas teóricas que moldam o ensino de história e investigar como essas teorias impactam as práticas de ensino, bem como a formação da consciência histórica dos estudantes por meio de uma revisão bibliográfica. A justificativa deste artigo se baseia no papel fundamental que o ensino de História desempenha na formação da consciência histórica das gerações futuras, influenciando a maneira como os indivíduos percebem o passado, o presente e o futuro. Para isso, o trabalho trata-se de um estudo amparado em revisão bibliográfica, cujos resultados verificaram a importância das perspectivas teóricas e práticas no ensino de História no Brasil.

Palavras-chave: Ensino de História no Brasil. Desafios no Ensino de História. Interdisciplinaridade e Práticas Inovadoras.

ABSTRACT

This study identifies the contributions of theoretical perspectives and practical approaches in the teaching of History in Brazil. To guide this article, a central question was formulated around the following inquiry: how do different theoretical perspectives in history teaching influence pedagogical practices and students' understanding of the past? Based on this, the topics covered in this article were defined with the overall objective of analyzing the various theoretical perspectives that shape history teaching and investigating how these theories impact teaching practices, as well as the development of students' historical consciousness through a literature review. The justification for this article is grounded in the fundamental role that the teaching of History plays in shaping the historical consciousness of future generations, influencing how individuals perceive the past, present, and future. To achieve this, the work is a study supported by a literature review, whose findings underscore the importance of theoretical perspectives and practices in the teaching of History in Brazil.

¹¹ Licenciada em História e Pós-graduada em Ensino de História pela Faculdade Famart. E-mail: lovmariamaria17@gmail.com

¹² Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduado em História. Mestre e Doutor em Educação.

Keywords: Teaching of History in Brazil. Challenges in History Teaching. Interdisciplinarity and Innovative Practices.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de História no Brasil desempenha um papel fundamental na educação, permitindo aos estudantes compreender o passado, refletir sobre o presente e projetar o futuro. Em análise a essa pesquisa, entende-se que segundo OLIVEIRA (2017) o ensino de História é: “imprescindível para o conhecimento humano na construção de identidade, e como base, serve de exemplo para compreender o presente por meio de uma reflexão histórica sobre os fatos do passado.” Diante disso, a História é uma disciplina que transcende a mera memorização de dados e eventos, promovendo a análise crítica, o pensamento reflexivo e a compreensão da complexidade das sociedades humanas ao longo do tempo. Com base nisso, exploraremos as perspectivas teóricas e práticas que moldam o ensino de História, destacando sua relevância e desafios.

A partir desta análise, foi possível desenhar uma questão central para direcionar este artigo, assim estabelecido: como as diferentes perspectivas teóricas no ensino de história influenciam as práticas pedagógicas e a compreensão dos estudantes sobre o passado?

O presente artigo tem como objetivo principal analisar as diversas perspectivas teóricas que moldam o ensino de história e investigar como essas teorias impactam as práticas de ensino, bem como a formação da consciência histórica dos estudantes por meio de uma revisão bibliográfica. E para atingir o objetivo principal da pesquisa tem-se como objetivos específicos: investigar o contexto histórico sobre o ensino de história no Brasil; demonstrar a importância do ensino de história e identificar as perspectivas teóricas e práticas no ensino de história.

A relevância do trabalho se dá a partir do papel fundamental que o ensino de História desempenha na formação da consciência histórica das gerações futuras, influenciando a maneira como os indivíduos percebem o passado, o presente e o futuro. No entanto, há uma variedade de perspectivas teóricas que moldam a abordagem do ensino de história, incluindo o tradicionalismo, o construtivismo, o enfoque na história social e cultural, entre outros. Compreender como essas perspectivas teóricas afetam as práticas pedagógicas é essencial para aprimorar a qualidade do ensino de história e garantir que os estudantes desenvolvam uma compreensão crítica e reflexiva do passado.

Para isso a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, através de um levantamento de dados obtidos em livros digitais, dissertações, artigos e em sites específicos como Google Acadêmico e Scielo, onde foi possível analisar as perspectivas teóricas e práticas no ensino de história.

O artigo sustenta-se teoricamente nos estudos de OLIVEIRA (2017), BRITO e JUNIOR (2018), SCHMIDT (2014), DIAS (2011), PIRES (2020), CERRI (2009), AZEVEDO (2010), FIALHO, DOS SANTOS MACHADO e DE SALES (2016), BARROS (2012), DA SILVA LIMA e DE AZEVEDO (2013), GEORGE GUSDORF (2006), VIEIRA (2022), LIMA e NETA (2015), OLIVEIRA e SILVA (2016), DE SOUZA e CAMPOS (2017) com relação às perspectivas teóricas e práticas no ensino de história no Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

O ensino de História no Brasil desempenha um papel essencial na formação dos cidadãos e na compreensão do passado, presente e futuro do país. A disciplina de História é uma das componentes fundamentais do currículo escolar, proporcionando aos alunos uma visão abrangente da evolução da sociedade brasileira. Quanto à Secretaria de Estado da Educação do Paraná “Por meio destas Diretrizes Curriculares para o ensino de História na Educação Básica, busca-se despertar reflexões a respeito de aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, e das relações entre o ensino da disciplina e a produção do conhecimento histórico” (GOVERNO, 2008, p. 38).

Sem dúvida, o ensino de História desempenha um papel fundamental na formação dos cidadãos brasileiros, fornecendo uma visão abrangente da evolução da sociedade no passado, presente e futuro do país. As Diretrizes Curriculares para o ensino de História no Paraná, conforme mencionadas, têm o nobre objetivo de estimular reflexões críticas sobre diversos aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, enquanto fortalecem a ligação entre a disciplina e a produção do conhecimento histórico. Isso não apenas enriquece a educação, mas também promove uma compreensão mais profunda e informada da nossa história. É um passo essencial em direção a uma sociedade mais consciente e crítica.

No entanto, o ensino de História no Brasil enfrenta desafios significativos. Um dos principais problemas é a ênfase excessiva em datas e eventos, muitas vezes resultando em uma abordagem decorativa e descontextualizada. Isso pode fazer com que os estudantes

vejam a disciplina como algo distante de suas vidas e irrelevantes para o entendimento dos problemas contemporâneos. Pois segundo BRITO e JUNIOR (2018, p. 27) “Ao não se observar a praticidade da história enquanto ciência e para tal se faz necessário o caminhar lado a lado com a didática da história acabou criando um vazio entre os alunos e a disciplina, pois a última carecia de conexão com o dia a dia dos alunos”. Onde nessa perspectiva, os alunos não conseguem enxergar a praticidade e objetividade como nas outras ciências dentro do universo escolar.

Assim, entende-se também que segundo SCHMIDT (2014, p. 34) : “[...] essa desconexão da disciplina história de um sentido prático, se por um lado ofereceu-lhe o status de disciplina erudita, por outro, gerou o vazio da função do ensino de história na escola”. Diante disso, é importante compensar a abordagem do ensino de História no Brasil, tornando-o mais relevante e prático para os estudantes, de modo a evitar que se tornem uma disciplina erudita e distante de seu verdadeiro propósito para que possa promover a compreensão do passado para construir um presente e futuro mais informado e consciente.

Portanto, o ensino de História no Brasil é de suma importância na formação da cidadania e na compreensão do presente e do futuro do país. No entanto, é indiscutível refletir e superar os desafios que a disciplina enfrenta, como a desconexão percebida entre a História e a vida prática dos estudantes. Ao compensar a abordagem do ensino de História, tornando-a mais relevante e conectada ao contexto atual, podemos garantir que os alunos não apenas absorvam o conhecimento histórico, mas também desenvolvam habilidades críticas e se tornem cidadãos conscientes e ativos, capazes de contribuir para uma sociedade mais informada e justa.

2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

As perspectivas teóricas no ensino de História são abordagens conceituais que desempenham um papel fundamental na maneira como a disciplina é transmitida e compreendida. Elas oferecem diferentes lentes para explorar o passado, permitindo aos educadores e estudantes analisar eventos, sociedades e culturas de diversas maneiras.

Diante disso, segundo DIAS (2011, p. 6) diz que:

As abordagens acerca do ensino de História, no Brasil, sejam elas relacionadas às metodologias, currículos, formação de professores ou outra questão da prática pedagógica, em quaisquer épocas, envolvem discussões mais amplas como as

referentes aos métodos (enquanto fundamentação e concepção teórica da disciplina) e o próprio contexto sociopolítico da sociedade brasileira.

Nesse contexto, entende-se que as perspectivas teóricas no ensino de História desempenham um papel crucial na moldagem da forma como a disciplina é abordada no Brasil. Elas não apenas influenciam as estratégias pedagógicas, os conteúdos do currículo e a capacitação dos professores, mas também estão intrinsecamente ligadas à maneira como a História é entendida como uma disciplina acadêmica e como a sociedade brasileira percebe seu passado e seu presente. Portanto, o estudo e a reflexão sobre essas perspectivas teóricas são essenciais para promover uma educação histórica rica e significativa no país.

A perspectiva tradicional, que enfatiza fatos, dados e figuras históricas, tem sido uma abordagem predominantemente por muito tempo. Embora forneça uma base sólida de conhecimento histórico, pode parecer estática e desvinculada de experiências e questões contemporâneas.

Muitas das abordagens de ensino utilizadas em sala de aula são empregadas com um viés tradicional, tanto no que tange à historiografia, quanto ao uso meramente expositivo e memorialístico do conteúdo, dos recursos didáticos e dos métodos. Repensar, ressignificar métodos e práticas é uma forma de utilizar ideias tradicionais, que re-elaboradas, passam a ser significativas no processo de aprendizagem do aluno. (PIRES, 2020, p. 4)

Nessa perspectiva, há uma necessidade de uma abordagem flexível e adaptável no ensino de História, que combine elementos tradicionais com inovações metodológicas para tornar a disciplina mais relevante e envolvente para os alunos contemporâneos. Isso ressalta a importância de os educadores estarem abertos a experimentar novas estratégias e se adaptar às necessidades e interesses em constante mudança de seus alunos.

Em suma, as perspectivas teóricas no ensino de História oferecem uma variedade de abordagens que enriquecem nossa compreensão do passado e seu impacto no presente. Ao incorporar essas perspectivas, educadores e estudantes podem explorar uma história de maneira mais profunda, reflexiva e contextualizada, contribuindo para uma compreensão mais completa do mundo em que vivemos. Com isso, no ensino de História, várias perspectivas teóricas influenciam a abordagem pedagógica empregada pelos educadores. Algumas das perspectivas mais notáveis incluem a historiografia crítica e abordagens interdisciplinares.

2.2 Historiografia Crítica

Segundo CERRI (2009, p. 151) a historiografia crítica: “é resultado de uma reflexão didática, entendendo aqui também a didática em sentido amplo, como dialogante com o espaço externo à profissão ou pesquisa especializada”. Nessa perspectiva, a historiografia crítica no ensino de História é fundamental para proporcionar uma compreensão mais profunda e crítica do passado. Ela se refere ao estudo das diferentes maneiras como os historiadores têm interpretado e escrito sobre eventos históricos ao longo do tempo.

Ao pensarmos em teorias historiográficas, como destacado por AZEVEDO (2010, p. 78) “três abordagens imediatamente, destacam-se: o positivismo, o marxismo e a escola dos Annales”. Cada uma dessas abordagens oferece uma perspectiva única sobre como a história deve ser estudada e interpretada.

O positivismo, por exemplo, enfatiza a objetividade e a busca por fatos concretos na pesquisa histórica. Ele busca estabelecer leis gerais que regem os eventos históricos, adotando uma abordagem mais empirista e científica. Assim, AZEVEDO (2010, p. 78) diz:

A influência positivista ganhou espaço na República e o ensino de História recebeu sua influência. De acordo com tal abordagem, concebe-se o conhecimento em uma perspectiva total, organizando todo o passado da humanidade num contínuo e harmonioso tempo linear. A história tem por função o levantamento científico dos fatos, deixando à sociologia a sua interpretação. Os documentos, nesta perspectiva, têm uma função: apresentar os fatos. O papel do pesquisador torna-se o de extrair das fontes o que elas têm. Por conseguinte, à história resta a única função da narração. Os fatos históricos se encadeiam como mecânica e, necessariamente, numa relação determinista de causas e consequências.

O positivismo no ensino de História valoriza a coleta de fatos de maneira objetiva, relegando a interpretação para outras disciplinas, e vê a história como uma sequência linear de eventos causais. Isso reflete uma abordagem mais tradicional da disciplina, que foi influente em um período específico da história do ensino da História.

Por outro lado, o marxismo aborda a história a partir de uma lente política e econômica. Ele se concentra nas relações de classe, no conflito e na análise das forças sociais que moldam a sociedade ao longo do tempo. Desse modo a historiografia marxista Segundo FIALHO, DOS SANTOS MACHADO e DE SALES (2016, p. 1050) “é aqui caracterizada por uma complexa disputa interna entre vários grupos político-acadêmicos que buscavam estabelecer sua interpretação”. Assim, no ensino de História, a teoria marxista pode:

[...] a disciplina pode se tornar um instrumento revolucionário, contribuindo para a formação da identidade de classe e, consecutivamente, formando cidadãos revolucionários. Nesta vertente, trabalhando conceitos como ideologia, desigualdade, entre outros, busca-se despertar o senso crítico, fazendo-se necessário

entender a sociedade burguesa para compreender as sociedades anteriores, o passado. (FIALHO, DOS SANTOS MACHADO e DE SALES, 2016, p. 1050)

Diante disso, essa abordagem educacional enfatiza a conscientização e a análise crítica como meios para desenvolver uma consciência de classe e potenciais agentes de transformação social. Pois demonstra a importância da disciplina de história como uma ferramenta revolucionária no processo de formação da identidade de classe e na criação de cidadãos com uma visão crítica da sociedade.

Já a escola dos Annales, por sua vez, propõe uma abordagem mais ampla e interdisciplinar da história. Ela considera não apenas os eventos políticos e econômicos, mas também fatores culturais, sociais e geográficos. A história vista pela escola dos Annales é uma história total, que busca compreender todas as dimensões da experiência humana.

Para BARROS (2012, p. 306):

Escola dos Annales como designativa para o movimento, a expressão tornou-se usual. É defensável, inclusive, a designação de “escola” para o movimento dos Annales, se considerarmos que existe certo programa historiográfico que traz alguma unidade aos historiadores ligados às sucessivas gerações de historiadores franceses que fundaram ou reivindicam a herança do movimento. São muito evocados, para definir os caminhos trilhados pelo movimento, alguns itens programáticos fundamentais, como a prática e estímulo da Interdisciplinaridade, a ampliação de temáticas historiográficas, a gradual expansão de tipos de fontes históricas motivada pelos historiadores do movimento, e uma crítica mais ou menos veemente à história política tradicional na época dos fundadores do movimento, sobretudo nas duas primeiras gerações de Annalistas.

Desse modo, compreende-se que escola dos Annales, é um importante movimento na historiografia, onde no contexto do ensino de história, é muito relevante para estudantes e pesquisadores que buscam compreender as diferentes abordagens teóricas e metodológicas na produção histórica. Assim, ao explorar essas teorias historiográficas, os historiadores têm à disposição diferentes ferramentas conceituais para abordar e compreender o passado, enriquecendo nossa compreensão da história e incentivando uma análise crítica das interpretações históricas.

2.3 Abordagem Interdisciplinar

A abordagem interdisciplinar integra conhecimentos de diferentes disciplinas, como sociologia, antropologia e geografia, no estudo da História. Isso ajuda os alunos a compreender as conexões entre eventos históricos e contextos mais amplos, enriquecendo sua compreensão das sociedades passadas e presentes. Quando se refere a interdisciplinaridade no ensino de história, entende-se:

No Brasil a interdisciplinaridade avançou bastante desde seus primórdios, deixando de preocupar-se apenas com a teorização. Atualmente, busca-se identificar possibilidades de como modificar a realidade educacional para então se ter uma efetiva integração entre as diferentes áreas do conhecimento. Dentre as vertentes que estudaram tal temática há as que se encaixam na filosofia do sujeito, em que o sujeito e o objeto são independentes. Esta concepção pode caracterizar-se como a-histórica, já que não se consideram os contextos históricos dos sujeitos envolvidos no processo. Em contrapartida existe a perspectiva histórica, a partir da qual sujeito e objeto são indissociáveis, levando-se em conta seus contextos histórico-sociais. Em outras palavras, existem diferentes perspectivas sobre a interdisciplinaridade. Consideramos que as discussões sobre o tema aqui apresentadas constituem-se em uma possibilidade e não como a única perspectiva teórica possível, tendo em vista a construção e socialização do conhecimento. (DA SILVA LIMA e DE AZEVEDO, 2013, p. 147)

Nesta perspectiva, a abordagem interdisciplinar no ensino de história no Brasil, destaca que ela não se limita à teorização, mas busca efetivamente modificar a realidade educacional, integrando diferentes áreas do conhecimento. A construção e socialização do conhecimento são destacadas como processos dinâmicos, indicando que o entendimento da interdisciplinaridade no ensino de história está em constante evolução e adaptação. Isso reflete a natureza fluida e contextualizada do campo educacional e das relações entre as disciplinas.

Além disso, a abordagem interdisciplinar prepara os alunos para enfrentar os desafios da vida e da carreira, que frequentemente exigem habilidades de resolução de problemas que ultrapassam as fronteiras tradicionais das disciplinas. Ao cultivar uma mentalidade interdisciplinar, os estudantes desenvolvem a capacidade de aplicar conhecimentos de maneira flexível e inovadora, adaptando-se a contextos diversos. Segundo o filósofo GEORGE GUSDORF (2006, p. 14) afirma que “[...] a interdisciplinaridade corresponde a uma das estruturas mestras do espaço mental; ela patrocina a função de síntese reguladora da unidade do pensamento. Todos os indivíduos, mesmo os menos dotados, fazem interdisciplinaridade sem o saberem.” Desse modo, a abordagem interdisciplinar nada mais é do que religar os saberes que foram fragmentados.

Nesta mesma perspectiva, de acordo com VIEIRA (2022, p. 313) Apesar de os sentidos que são atribuídos ao termo interdisciplinaridade oscilam, entendemos: “que há em comum nessa reflexão a ideia de que quanto mais se consegue associar os conhecimentos de diferentes disciplinas, maior é a capacidade do sujeito não somente raciocinar teoricamente, mas igualmente agir na vida prática.” Assim, Apesar de os sentidos que são atribuídos ao termo interdisciplinaridade oscilam, entendemos que há em comum nessa

reflexão a ideia de que quanto mais se consegue associar os conhecimentos de diferentes disciplinas, maior é a capacidade do sujeito não somente raciocinar teoricamente, mas igualmente agir na vida prática visa criar uma ponte entre a teoria e a prática, reconhecendo a interconexão entre diferentes áreas de conhecimento e a relevância dessa integração para a formação integral do sujeito.

Em resumo, a abordagem interdisciplinar não apenas aprimora a qualidade do ensino, mas também prepara os alunos para uma compreensão mais rica e contextualizada do mundo ao seu redor. Ao integrar conhecimentos e promover uma visão mais ampla, essa abordagem contribui para a formação de indivíduos mais capacitados, criativos e adaptáveis em uma sociedade cada vez mais complexa.

2.4 PRÁTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

As práticas no ensino de História têm evoluído ao longo do tempo, refletindo mudanças na educação, na sociedade e na compreensão da disciplina. Esse constante processo de evolução reflete uma busca por métodos mais eficazes, alinhados às demandas contemporâneas e às mudanças nas formas de aprendizado. Segundo LIMA e NETA (2015, p. 97) “Enquanto a teoria não transita pela prática, ela é negada. Acreditamos que somente na vivência é que a teoria pode transformar o real [...].” Desse modo, a evolução nas práticas de ensino de História ao longo do tempo, indicam uma busca por métodos mais eficazes e alinhados às demandas contemporâneas.

Historicamente, o ensino de História costumava ser caracterizado por uma abordagem mais tradicional, centrada na memorização de datas, eventos e figuras históricas. Como diz OLIVEIRA e SILVA (2016):

O ensino tradicional tem formatado a História enquanto componente curricular da seguinte forma: privilegia a História eurocêntrica linear e cronológica, os grandes sujeitos históricos, bem como discursos preconceituosos e racistas, propaga monólogos do professor, verdades absolutas imutáveis aptas apenas para transmissão; resultado de práticas tradicionais arraigadas na metodologia de ensino de professores que trabalham em consonância com o currículo de História tradicional e há muito vigora na educação brasileira a serviço da ideologia das classes dominantes do país, formando cidadãos normalizados, acríticos.

Nessa perspectiva, entende-se que a presença persistente do ensino tradicional nas escolas propõe a discussão de alternativas pedagógicas para tornar as aulas de História mais significativas e motivadoras. Destacando a importância de os professores capacitarem os

alunos a se posicionarem criticamente na sociedade. Essa abordagem sugere uma mudança no paradigma educacional, buscando maior engajamento e reflexão por parte dos estudantes.

No entanto, ao longo das últimas décadas, tem havido uma mudança significativa em direção a práticas mais interativas e participativas. A compreensão de que a História não é uma mera sucessão de fatos, mas um campo complexo que envolve interpretação e análise, impulsionou a adoção de abordagens mais críticas e reflexivas. Seguindo essa linha de pesquisa, OLIVEIRA E SILVA (2016) afirmam que “Os PCNs propõem trabalhar o componente curricular da História rompendo com o tradicionalismo, por meio da amplificação de recursos didáticos favorecendo as diferentes leituras dos fatos.” Desse modo, a compreensão da História como um campo complexo que requer interpretação e análise reforça a necessidade de abordagens críticas e reflexivas, destacando uma mudança significativa na forma como a História é ensinada, promovendo uma abordagem mais dinâmica e crítica, alinhada às demandas contemporâneas da educação.

A introdução de métodos ativos de aprendizagem, como estudos de caso, simulações e projetos de pesquisa, tem enriquecido o ensino de História, proporcionando aos alunos a oportunidade de aplicar conceitos históricos em contextos significativos. Segundo, DE SOUZA e CAMPOS (2017, p. 3) “O método ativo é um processo no qual o professor perde o papel de protagonista da educação e o passa para o aluno, que terá que ir em busca do conhecimento sem depender totalmente do pensamento do educador.” Com isso, o reconhecimento da importância da participação ativa dos alunos pode indicar uma valorização do aprendizado como um processo dinâmico e colaborativo.

A utilização de recursos tecnológicos, como vídeos, jogos educativos e recursos online, também tem se tornado mais comum, ampliando as possibilidades de engajamento e tornando o aprendizado mais acessível. Com isso, podemos perceber que:

As ferramentas oferecidas pela tecnologia servem como aliadas no processo de aprendizagem dos alunos, em especial nos primeiros anos do ensino fundamental. A pesquisa realizada neste trabalho aponta as vantagens dos avanços tecnológicos no meio da educação, mas principalmente no ensino de História. (DE SOUZA e CAMPOS, 2017, p. 3)

Desse modo, a crescente adoção de recursos tecnológicos no ensino, como vídeos, jogos educativos e recursos online, apontando para uma ampliação das possibilidades de engajamento e acessibilidade no aprendizado e mostra-se como uma ferramenta facilitadora,

evidenciando seu impacto positivo no processo educacional e, especificamente, no contexto do ensino histórico.

Contudo, é importante destacar que as práticas no ensino de História não são universais e podem variar de acordo com contextos culturais, recursos disponíveis e abordagens pedagógicas adotadas. A evolução contínua dessas práticas é crucial para garantir que o ensino de História seja relevante, envolvente e preparatório para os desafios que os alunos enfrentarão em um mundo em constante transformação. Portanto, a reflexão constante sobre métodos e abordagens é fundamental para proporcionar uma educação histórica significativa e impactante.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o papel fundamental que o ensino de História desempenha na formação da consciência histórica e cidadania no Brasil, torna-se evidente a necessidade de repensar e aprimorar as abordagens pedagógicas adotadas. O presente estudo explorou as diferentes perspectivas teóricas que moldam o ensino de História, desde a tradicional até a interdisciplinar, destacando a importância de adaptar as práticas educacionais às demandas contemporâneas. A compreensão de que o ensino de História vai além da mera memorização de fatos e datas, buscando promover a análise crítica, reflexiva e contextualizada, é crucial para o desenvolvimento de uma consciência histórica mais profunda entre os estudantes. O reconhecimento das diferentes perspectivas teóricas, como a historiografia crítica e abordagens interdisciplinares, oferece uma riqueza de ferramentas conceituais para enriquecer a compreensão do passado.

Portanto, a evolução contínua das práticas no ensino de História é essencial para garantir que os alunos não apenas absorvam conhecimento histórico, mas também desenvolvam habilidades críticas e reflexivas. A educação histórica não deve ser estática, mas sim uma busca constante por métodos inovadores que preparem os estudantes para compreender e contribuir para uma sociedade informada e justa. Através da reflexão constante e do diálogo entre teoria e prática, podemos moldar um futuro em que o ensino de História no Brasil seja verdadeiramente transformador e significativo.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D.'Assunção. Os Annales e a história-problema—considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. **História: Debates e Tendências**, v. 12, n. 2, p. 305-325, 2012.

BRITO JUNIOR, Ediney de et al. *Desafios para ensinar e aprender história: aprendizado e educação histórica*. 2018.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e concepções historiográficas**. *Espaço Plural*, v. 10, n. 20, p. 149-154, 2009.

DA SILVA LIMA, Aline Cristina; DE AZEVEDO, Crislane Barbosa. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível. **Revista educação e linguagens**, v. 2, n. 3, p. 128-150, 2013.

DE AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia, processo ensino-aprendizagem e ensino de história. **Metáfora Educacional**, n. 9, p. 70-89, 2010.

DE SOUZA, Luciana Rodrigues; CAMPOS, Germano Moreira. USO DAS TECNOLOGIAS E MÉTODOS ATIVOS NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 3, 2017.

DIAS, Sueli de Fátima. **HISTÓRIA TEMÁTICA COMO METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA**: percepções de professores em um processo de formação continuada. 2011.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; DOS SANTOS MACHADO, Charliton José; DE SALES, José Albio Moreira. As teorias da história e a história ensinada no ensino fundamental. **Revista Educativa-Revista de Educação**, v. 19, n. 3, p. 1043-1065, 2016.

GOVERNO, DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ; DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica—História**. Paraná, 2008.

LIMA, Aline Cristina Silva; DE MEDEIROS NETA, Olivia Morais. As práticas pedagógicas no Ensino de História no contexto da formação do Técnico em Turismo do CEFET/RN ao IFRN (2005-2011). **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 16, n. 36, p. 77-112, 2015.

OLIVEIRA, Rosane Machado de. História: A **Necessidade de Repensar o Ensino de História no Âmbito Educacional e Social**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 408-433, Julho de 2017. ISSN:2448-0959

OLIVEIRA, Josenilda Sales De et al.. Currículo tradicional e ensino de história: emancipar x docilizar. Anais III CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20612>>. Acesso em: 12-09-2023.

PIRES, Márjorie Maria Carneiro. **NOVAS PERSPECTIVAS ACERCA DO ENSINO DE HISTÓRIA E A RESSIGNIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Cultura Histórica e aprendizagem Histórica. Revista NUPEM, Campo Mourão, v, 6, n. 10, janeiro/junho. 2014. Página 34.

VIEIRA, Martha Victor. ENSINO DE HISTÓRIA E INTERDISCIPLINARIDADE. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 32, n. 2, p. 309-321, 2022.

GRUPOS ESPECÍFICOS (LGBTQIAPN+): ANÁLISE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TRATAMENTO PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA

Luiza Cattoni Carvalho Pinto¹³
Daniela Moreno de Camargo¹⁴

RESUMO: A reintegração social possui diretriz especial na Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/84, que especifica os deveres e direitos da pessoa privada de liberdade, sendo perpassada por entraves estruturais, institucionais e atravessamentos derivados da própria natureza da pena privativa de liberdade. A pena como instrumento de controle, utilizada para fortalecimento das relações de poder e força, legitimadora do antagonismo social, reforça o caráter excludente da sociedade. Os Grupos Específicos se destacam pela situação mais agravada de vulnerabilidade e risco social, necessitando ações direcionadas que atendam de modo particularizado suas necessidades inexoráveis. O estudo do tratamento penitenciário aos Grupos Específicos tem como aportes teóricos temas pertinentes ao Sistema Prisional correlacionados a estes segmentos vulnerabilizados da sociedade e à Criminologia Crítica. As pesquisas Bibliográfica e Documental realizadas permitiram a análise de artigos científicos e dados institucionais que viabilizaram melhor compreensão acerca do tema pesquisado no intuito de elucidar dados e informações ao leitor que demonstrem a atuação do Estado na execução de Políticas Públicas direcionadas aos Grupos Específicos (com foco na população privada de liberdade LGBTQIAPN+) no Sistema Prisional de Minas Gerais que contribuem para a reintegração social.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Grupos Específicos. Reintegração Social. Criminologia Crítica.

1 INTRODUÇÃO

Encadear temas de significativa complexidade no atual cenário incita a análise despojada de paradigmas, preconceitos e estereótipos, a fim de formular conteúdo de fiel importância ao debate social. Para tanto, o tratamento penitenciário aos Grupos Específicos no Sistema Prisional de Minas Gerais para reintegração social à luz da Criminologia Crítica foi priorizado como importante instrumento de estudo e, quiçá, de contribuição.

Vislumbrar a reintegração social como prática do sistema prisional exorta, primeiramente, uma análise sobre as estratégias de execução da pena privativa de liberdade e

¹³ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Presidente Antônio Carlos. Congratulada com a medalha Presidente Antônio Carlos de Honra ao Mérito pela melhor média acadêmica durante o curso de Serviço Social. Pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Cândido Mendes e Instituto Prominas. Endereço eletrônico: luizacattoni1511@gmail.com

¹⁴ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG.

seus serviços à sociedade. Conforme Justino (2016, p. 146), “a pena é uma espécie de retribuição, de supressão de bens jurídicos, que se impõe ao delinquente em razão do ilícito cometido”. Alvino Augusto de Sá (2001, p.169) pondera que a pena privativa de liberdade não contribui para resolução do conflito estabelecido entre indivíduo, vítima e Estado, colaborando, outrossim, para o agravamento do embate devido, ao que o autor caracteriza, como caráter repressivo e degenerativo.

Debruçado sobre a temática dos serviços e desserviços da pena privativa de liberdade, Alessandro Baratta (1997) trata com propriedade sobre a segregação social dos indivíduos presos refletindo sobre o que denominou de marginalização primária, marginalização secundária e mecanismos de execução penal, fatores que contribuem para a criminalização dos indivíduos mais vulnerabilizados e seu conseqüente encarceramento.

A punição como uma espécie de retaliação, opressão de bens jurídicos impostos ao infrator pelo crime cometido, é mecanismo que seleciona e pune os marginalizados e frágeis, “porque houve um processo prévio de condicionamento, de geração dessa vulnerabilidade psíquica, o que os coloca em situação de bons candidatos para a criminalização” (Zaffaroni, 1998, p.25)

O questionamento posto neste artigo abrange o Sistema Prisional de Minas Gerais, a individualização da pena e a reintegração social, remetendo, portanto, à seguinte indagação: quais as políticas públicas executadas no Sistema Prisional de Minas Gerais direcionadas aos Grupos Específicos (especialmente LGBTQIAPN+) em prol da reintegração social? Buscou-se, desta forma, estabelecer o objetivo de identificar a execução de Políticas Públicas direcionadas aos Grupos Específicos no Sistema Prisional de Minas Gerais que contribuem para a reintegração social destes segmentos mais vulnerabilizados. Foram utilizadas as pesquisas Documental e Bibliográfica, as quais permitiram a análise de artigos científicos e dados institucionais que viabilizaram melhor compreensão acerca do tema pesquisado.

Espera-se que este artigo oportunize um significativo avanço acadêmico, político e social e viabilize conhecimentos em relação à abordagem aos grupos específicos no sistema prisional, particularmente àquelas pessoas autodeclaradas LGBTQIAPN+. Diante do objetivo proposto, quer seja, identificar a execução de Políticas Públicas direcionadas aos Grupos Específicos no Sistema Prisional de Minas Gerais que contribuem para a reintegração social,

optou-se por abordá-lo de forma explicativa utilizando a pesquisa qualitativa enquanto natureza de pesquisa. A Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Documental foram as técnicas de coleta de dados empregadas, complementadas pela Análise de Conteúdo enquanto técnica de análise de dados.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa bibliográfica e documental desenvolveu-se diante da necessidade de expor as mazelas do cárcere e perante ao agravamento da situação de exclusão e marginalização dos grupos vulneráveis nas unidades prisionais de Minas Gerais, buscando identificar as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado que busquem a garantia de direitos dessa população e os esforços em prol da reintegração social desse público.

Importante evidenciar que a reintegração social da pessoa privada de liberdade é perpassada por uma série de atravessamentos que podem ser classificados, segundo Alvin August de Sá (1998), em dois grandes grupos: o primeiro grupo composto de problemas decorrentes da má gestão pública, falta de interesse político e inépcia administrativa, podendo-se citar, inclusive, a carência de recursos humanos; o segundo grupo constituído pelos problemas intrínsecos à essência da própria pena privativa de liberdade: o isolamento, a submissão às normas e procedimentos internos, processo de aculturação prisional, “mortificação do eu do sujeito” (GOFFMAN, 2008) e “prisionização” (SÁ, 1998).

Tendo como primícias o Tratamento Penitenciário aos Grupos Específicos, o tema do presente ensaio foi escolhido mediante a atual conjuntura do Sistema Prisional e a configuração de novas Políticas Públicas que atendam a estes grupos caracterizados por sua vulnerabilidade extra e intramuros. O atendimento às especificidades inerentes ao aprisionamento de Grupos Específicos está previsto na Carta Magna de 1988 que assegura a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Este estudo tem como principais aportes teóricos a Constituição Federal de 1988, a Lei de Execuções Penais – LEP (1984), a Declaração Internacional de Direitos Humanos (1948), Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros (ONU, 1955), Princípios de Yogyakarta (2006), notas técnicas do Ministério da Justiça e resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

Esta análise contribui para uma reflexão acerca das ações efetivamente realizadas às minorias custodiadas no Sistema Prisional de Minas Gerais, podendo evidenciar o atendimento às necessidades próprias de cada segmento conforme os princípios constitucionais ou, por outro lado, apresentar as falhas ou ausências das Políticas Públicas.

Para abordar questões relativas ao tratamento penitenciário aos Grupos Específicos no Sistema Prisional de Minas Gerais faz-se imprescindível o subsídio teórico de autores conceituados na área da Sociologia, Psicologia, Criminologia e de legislações específicas.

De imediato faz-se essencial a retomada da história das prisões e das penas punitivas para buscar o entendimento sobre a origem e desenvolvimento da segregação dos transgressores da lei para, assim, compreender os atuais moldes do sistema prisional do ponto de vista macro, bem como da pena privativa de liberdade. Para tal fim, a obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault (2009), apresenta-se como bibliografia indispensável.

Foucault (2009) relata em sua obra *Vigiar e Punir* as mudanças no estilo penal, os modelos punitivos, o suplício do corpo praticado na época medieval, a disciplina ideal nos modelos de prisões atuais, os recursos para o bom adestramento e descreve, ainda, a prisão no contexto das relações lá estabelecidas.

Conforme o autor acima mencionado, as práticas medievais punitivas utilizavam o suplício do corpo como forma de dominação pelo terror atingindo o objeto (o corpo) e o objetivo (a terrorização da massa do povo) que testemunhou a punição como exemplo para não (re)incidir em atos que desafiam o poder soberano. Desta forma o Estado e a Justiça manifestavam, em cerimônias, seu poder repressivo perante a sociedade. Representava mais uma manifestação de força que um ato de justiça, manifestação da lei ou reparação do ato infracional.

A partir do século XVIII, a mudança da concepção absolutista para a concepção liberal burguesa acarretou diversas mudanças na prática punitiva visando extinguir o pagamento do delito através do suplício da carne. Segundo Foucault, a reforma penal no século XVIII possibilitou a discussão de novas formas de punição que fossem capazes de não somente punir, mas corrigir e transformar o indivíduo infrator. A reforma visava:

Fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir. (FOUCAULT, p. 79, 2009).

O criminoso passou, então, a se tornar alvo de estudos e intervenção penal através da qual deveria ser repreendido, reeducado e modificado de tal forma que pudesse retornar ao convívio social sem, no entanto, utilizarem-se métodos de tortura ou sofrimento corporal. Com a Reforma Penal, houve a implantação de uma nova estratégia de punição direcionada por uma recém-criada legislação criminal que suaviza as penas, promove uma considerável diminuição do arbítrio, cria um consenso a respeito do poder de punir e implanta mecanismos de coerção para se manter.

A execução penal é um processo político público que mensura o sofrimento causado pelo infrator e o transforma em uma pena a ser aplicada e cumprida através da reclusão de sua liberdade. É, portanto, o que Foucault (2009) reconhece como ritual político de controle social pelo medo. Neste aspecto compete uma análise sobre as estratégias de execução da pena privativa de liberdade e seus serviços à sociedade.

Para Justino (2016, p. 146), “a pena é uma espécie de retribuição, de supressão de bens jurídicos, que se impõe ao delinquente em razão do ilícito cometido”. O autor discorre que o Estado existe para garantir o bem comum, condição que não pode ser alcançada sem salvaguardar os direitos mínimos dos membros da sociedade.

Inserido no bojo da análise crítica da Teoria da Pena, Sá (2007) afirma:

o crime é concebido e tratado pelo Estado e pelo sistema, não propriamente como uma ofensa à vítima, mas como uma infração à norma penal, passando a ser uma dívida perante o Estado. (...) Cumprida a pena, considera-se que o condenado pagou sua dívida perante a justiça e o Estado. Entretanto, o mero pagamento dessa dívida nada tem a ver com a resolução do conflito entre o condenado e a vítima, ou melhor dizendo, entre o condenado e a sociedade. (SÁ, 2007, p.57)

O autor assegura que a pena privativa de liberdade não contribui para resolução do conflito colaborando, outrossim, para o agravamento do embate devido ao que o autor caracteriza como seu caráter repressivo, de exercício legitimado do domínio e do poder, somado ao “seu caráter de degradação, deterioração e de despersonalização do condenado, situação que concorre para a perpetuação e agravamento do embate”. (SÁ, 2007, p. 57)

Alessandro Baratta, por sua vez, em sua obra *Criminologia Crítica e Crítica ao Direito Penal* (1997) trata com propriedade sobre a segregação social dos indivíduos presos. Os indivíduos passam ao longo de sua trajetória de vida por um processo de marginalização que Baratta denomina como primária. O mecanismo de elaboração, produção e afirmação das normas e leis segrega os indivíduos e os coloca à margem do processo de socialização,

de acesso aos bens e serviços, acesso às Políticas Públicas em geral. Quando da transgressão das normas, estes indivíduos serão submetidos a um segundo processo, denominado marginalização secundária pelo autor. Este mecanismo de aplicação das normas compreende a ação dos órgãos estatais de policiamento, investigação e justiça, culminando com o mecanismo de execução da pena ou medidas de segurança (BARATTA, 1997).

Em análise sobre os estudos de Zaffaroni, Sá (2001) relata:

para esse autor, os indivíduos criminalizados pelo sistema tornaram-se criminosos por conta das condições de marginalização social que sofreram, que lhes acarretaram uma deterioração de sua pessoa e, conseqüentemente, tornaram-nos vulneráveis perante o sistema punitivo vigente, que é seletivo em relação a essas pessoas. (SÁ, 2001, p.172)

A punição como uma espécie de retaliação, opressão de bens jurídicos impostos ao infrator pelo crime cometido é, para Zaffaroni, mecanismo que seleciona e pune os marginalizados e frágeis,

aqueles que não somente são mais vulneráveis socialmente - posto que quase todos o são dentro do mesmo estrato social - mas os que são também mais vulneráveis psicologicamente, porque houve um processo prévio de condicionamento, de geração dessa vulnerabilidade psíquica, o que os coloca em situação de bons candidatos para a criminalização (ZAFFARONI, 1998. p.25)

Dentre as pessoas privadas de liberdade, existem alguns segmentos que se destacam pela situação mais agravada de vulnerabilidade e risco social, necessitando, por conseguinte, de ações específicas que atendam de modo direcionado suas necessidades inexoráveis. Na grande maioria das pessoas privadas de liberdade, a situação de vulnerabilidade e risco social é uma realidade presente, contudo, essa vivência se destaca em uma parcela da população reclusa denominada “Grupos Específicos”: mulheres privadas de liberdade, pessoas LGBTIQIAPN+, indígenas, estrangeiros, pessoas com deficiência, idosos, quilombolas, e pessoas em sofrimento psíquico, segundo informações da Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos – DIAMGE, do DEPEN Nacional.

Os indivíduos pertencentes aos Grupos Específicos carecem especial atenção quanto às suas particularidades. No ambiente prisional no qual predomina uma cultura de massificação da população carcerária torna-se complexa a abordagem e o atendimento aos segmentos específicos acirrando o processo de invisibilização das minorias sociais. Insta salientar que, a questão social que abarca os Grupos Específicos torna-se mais explícita e gravosa devido à submissão desses grupos aos sucessivos processos de exclusão, discriminação, preconceito, etiquetamento social e estigmatização.

Uma vez no sistema prisional essas minorias, submetidas à marginalização primária, marginalização secundária e marginalização terciária, sofrem exclusão dentro do próprio sistema carcerário. Segundo Santos:

Sabe-se que, diante das condições adversas do cárcere, sobretudo a questão do encarceramento em massa, os grupos minoritários sofrem com uma condição de agravamento das condições de vida, mediante suas especificidades. Desta forma, cabe ao Estado, o reconhecimento da diversidade e o comprometimento com a melhoria da qualidade de vida destes sujeitos em ambiente prisional. (SANTOS et al, 2021, p.86).

Não somente as normativas nacionais embasam o atendimento aos Grupos Específicos. Também há uma gama de normativas, tratados e acordos internacionais que norteiam e legitimam os direitos dessa parcela da população, tanto na convivência em sociedade em liberdade, quanto no sistema prisional, tais como a Declaração Internacional de Direitos Humanos (ONU, 1948) e As Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros (ONU, 1955).

No contexto prisional, já submetido à marginalização primária, marginalização secundária e ao mecanismo de execução de pena, o indivíduo é imergido na cultura prisional e submetido aos efeitos do encarceramento que, segundo Foucault (2009), o minimizam. Esta minimização do indivíduo recluso é denominada por Goffman (2008), em sua obra *Manicômios, Prisões e Conventos*, de mortificação do eu do sujeito. Segundo o autor, ao ser admitido na instituição prisional o indivíduo é destituído de suas particularidades a começar por seus objetos pessoais, corte de cabelo, adornos do corpo e documentação no momento da admissão. O processo de admissão nas prisões consiste em despir o indivíduo recém-chegado de tudo aquilo que lhe é particular como uma forma de iniciação institucional na qual se busca dar noções daquela realidade aos “novatos”.

Este processo objetifica o internado, reconhecendo-o não mais enquanto um sujeito, mas enquanto objeto das ações, regras e normas da instituição. Por isso, se faz necessária a atribuição de números, o corte padrão de cabelo, o uso de vestimentas iguais, despersonalizando e normalizando os internados a um mesmo patamar de objetificação. (GOFFMAN, 2008).

Dentro desta mesma lógica de mortificação do sujeito, tem-se um conceito similar abordado por Donald e Clemmer (apud Sá, 2010) denominado prisionização. Segundo os autores a prisionização é um processo de aculturação. É a adoção em maior ou menor grau dos usos, costumes, hábitos e cultura geral da prisão. Tem-se, portanto, caracterizado um

processo de desaculturação do sujeito dentro da prisão, fazendo com que incorpore as normas, práticas e hábitos institucionais em detrimento aos seus costumes apreendidos na vida sociofamiliar extramuros. (SÁ, 2010)

Alvino Sá (2010) em seu artigo Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade, contido na obra Criminologia Clínica e Psicologia Criminal, aborda o conceito da prisão e seus efeitos a partir da análise crítica de Donald e Clemmer. Sá expõe que:

A vida carcerária é uma vida em massa. Sobretudo para os presos, evidentemente. Como consequência ela lhes acarreta, dependendo do tempo de duração da pena, uma verdadeira desorganização da personalidade, ingrediente central do processo de prisão. Entre os efeitos da prisão, que marcam profundamente essa desorganização da personalidade, cumpre destacar: perda da identidade e aquisição de nova identidade; sentimento de inferioridade; empobrecimento psíquico; infantilização, regressão. O empobrecimento psíquico acarreta, entre outras coisas: estreitamento do horizonte psicológico, pobreza de experiências, dificuldades de elaboração de planos a médio e longo prazo. A infantilização e regressão manifestam-se, entre outras coisas, por meio de: dependência, busca de proteção (religião); busca de soluções fáceis; projeção da culpa no outro e dificuldade de elaboração de planos. (p. 113-114, 2010).

A pena privativa de liberdade no Brasil historicamente serviu para a separação do apenado dos demais. Diferentemente da visão funcional e utilitarista de Foucault sobre os efeitos positivos da prisão, enquanto estrutura potencializadora dos corpos com o intuito de aumentar suas forças (economicamente), a pena privativa de liberdade, no país, vem servindo para a incapacitação de determinados grupos populacionais marginalizados, os quais as pessoas que ocupam espaços privilegiados de poder buscam suprimir.

Conforme Pires:

é inegável que essa modificação ou moldagem tentada pela prisão tem como horizonte político a conformação dos indivíduos à ordem social instituída sob os interesses do capital. Portanto é inegável que o cárcere se coloca como instância funcional a esses interesses (...) (PIRES, 2003)

Conjugada a sua função sociopolítica, o sistema penitenciário brasileiro possui como característica marcante o aspecto socioeconômico. Conforme relatório da Organização das Organizações Unidas (ONU) divulgado no final de 2019, portanto antes da pandemia, mostrou que 1% da população mais rica detinha 28,3% da renda do país, cerca de um terço do total. Nesse período o Brasil encontrava-se entre os 10 (dez) países com a maior concentração de renda do mundo, ocupando a segunda colocação. Paralelamente ao aumento dos índices de concentração de renda e pobreza crescem os índices da criminalidade e os números da população carcerária do Brasil.

No sistema carcerário brasileiro e mineiro os indivíduos são custodiados em estabelecimentos de diferentes categorias com especificações determinadas pela Lei de Execução Penal segundo seu tipo. Estes estabelecimentos podem ser delegacias policiais, distritos policiais, casas de detenção, cadeias públicas, presídios e penitenciárias. As características comuns à maioria das instalações é a falta de uma infraestrutura básica que garanta o cumprimento da pena pelo internado de forma digna, obedecendo aos direitos fundamentais. Na seara dos grupos específicos o quesito é mais consternador.

A Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Lei de Execução Penal preveem todo o aparato legal para resguardar o internado no tocante à garantia de seus direitos, contudo percebe-se seu não cumprimento visto que o preso é submetido a um processo de mortificação do eu que, segundo Goffman (2008) despojam a singularidade do internado, suprimindo sua cultura, costumes e a concepção de si mesmo que o indivíduo traz consigo advindas e formadas na vida familiar e civil, comprometendo sua ressocialização dentro e fora da prisão.

De acordo com pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça no ano de 2021 através do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen e mediante consulta no sítio do referido Órgão Estatal, constatou-se que, atualmente, existe uma população carcerária de 673.614 indivíduos presos, correspondendo a 320,54 presos a cada 100 mil habitantes, um número alto considerando que a população brasileira soma um total de 210.147.125 habitantes. Estes 673.614 detentos no Brasil, no ano de 2021, estavam distribuídos em estabelecimentos de diferentes categorias com especificações determinadas pela Lei de Execução Penal, conforme elencado anteriormente.

Acerca dos Grupos Específicos, estritamente às pessoas autodeclaradas LGBTQIAPN+, percebe-se que, no ano de 2021, havia 3.752 indivíduos no sistema prisional brasileiro que se autodeclararam. Em relação às condições físicas de custódia, nesta seara, o quesito é mais consternador dado que o sistema prisional, suas instalações, procedimentos, rotinas e normas são inclinadas para um público predominantemente do sexo biológico masculino, cisgênero, heterossexual, jovem, saudável e sem deficiências, contribuindo para um cenário de violação de direitos.

Conforme Santos (2021) os procedimentos relacionados à custódia dos Grupos Específicos são de responsabilidade da Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos

- DIAMGE, vinculada à Coordenação-Geral da Cidadania e Alternativas Penais - CGCAP, da Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP, do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. A DIAMGE possui como incumbência definir a metodologia de custódia destes segmentos, elaborando, para tal, notas técnicas fundamentadas na Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal), Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos - Regras de Mandela, Declaração Internacional dos Direitos Humanos e legislações específicas de cada grupo privado de liberdade.

As informações disponibilizadas no sítio do DEPEN/MG, relatam que, a princípio, as Políticas Públicas direcionadas aos Grupos Específicos estão embrionárias, em fase inicial junto ao segmento das pessoas autodeclaradas LGBTQIAPN+, com a elaboração de ações e procedimentos próprios a esse público. O Estado de Minas Gerais foi pioneiro na criação de espaços específicos para pessoas LGBTQIAPN+ nas unidades prisionais, tendo inaugurado uma ala em 2009 no Presídio São Joaquim de Bicas II. Posteriormente, este espaço foi transferido para a Penitenciária Professor Jason Soares de Albergaria, sendo ampliado também para o Presídio de Vespasiano em 2013. O Subsecretário de Administração Prisional à época, Murilo de Andrade Oliveira, ressaltou que “a ideia das alas específicas para gays, travestis e transexuais é respeitar as diferenças e dar condições melhores de cumprimento da pena ao público homossexual, com o objetivo da ressocialização”.

Segundo o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT (2022), a Penitenciária São Joaquim de Bicas I - Penitenciária Professor Jason Soares de Albergaria foi a primeira unidade prisional a ter uma ala específica para pessoas privadas de liberdade, homem cis, do gênero masculino, autodeclarados homossexuais e mulheres trans ou travestis (independente da orientação sexual) que não foram submetidas a redesignação sexual.

Aos 23 de janeiro de 2013 foi publicada, no Diário do Executivo de Minas Gerais, a Resolução Conjunta SEDS e SEDESE n. 01/2013 que normatizou o Programa de Reabilitação, Reintegração Social e Profissionalização, no âmbito da Secretaria de Estado de Defesa Social e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. O programa estava atrelado a um conjunto de ações de modernização, expansão e humanização do Sistema Prisional mineiro e considerava a necessidade da promoção da dignidade e garantia da

integridade física dos homossexuais masculinos e travestis privados de liberdade, público este atendido à época.

A regulamentação das alas LGBTQIAPN+ no Estado de Minas Gerais foi oficializada a partir da Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União. A partir desta resolução as Políticas Públicas direcionadas às pessoas LGBTQIAPN+ cresceu vertiginosamente, inclusive no âmbito prisional. O Decreto Estadual nº 47148, de 27 de janeiro de 2017 viabilizou adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual e a Resolução nº 348, de 9 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça estabeleceu diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo.

Seguindo as normativas internacionais e nacionais o Ministério da Justiça e Segurança Pública, através de seu Grupo de Trabalho, emitiu a Nota Técnica nº 9/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPN/MJ na qual “trata dos procedimentos quanto à custódia de pessoas LGBTI no sistema prisional brasileiro, atendendo aos regramentos internacionais e nacionais e também considerando as recentes decisões das Cortes Superiores sobre o tema, vinculantes para toda a administração pública”.

No ano de 2020 o Jornal Folha de São Paulo, após relatos de irregularidades na efetivação da Política Pública na Penitenciária São Joaquim de Bias I - Professor Jason Soares de Albergaria, entrevistou egressas e ativistas, comparecendo posteriormente à Unidade Prisional. Na ocasião o projeto pioneiro completava 10 anos de criação, sendo questionado quanto à sua efetividade uma vez que pessoas cis heterossexuais estavam se utilizando do Programa para obter um melhor local para cumprimento de pena, comprometendo a integridade física e psicológica do público alvo desta Política Pública. Outrossim, as atividades desenvolvidas com a finalidade de fomentar as capacidades e habilidades profissionais e educacionais das pessoas privadas de liberdade haviam sofrido interrupção devido às questões contratuais com o Estado.

A situação apresentada à época foi informada em:

Um relatório feito pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa apontou que das, 292 pessoas presas em setembro na ala, 74 se declaravam transexuais e que homens hétero relataram que diretores indicavam que pedissem transferência para lá por questão de superlotação em suas unidades. (CANOFRE, 2020)

GUEDES et al (2015) já havia relatado as incoerências da Política Pública destinada à população LGBTQIAPN+ no sistema prisional mineiro. Em estudo sobre a Ala Rosa intitulado O Trabalho das Alas LGBT das Unidades Prisionais Masculinas na Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais, as autoras expuseram:

Para ingressar na Ala Rosa basta assinar uma declaração, afirmando ser homossexual. O problema é que muitos acabam assinando esse termo almejando regalias, ou até mesmo para fugir de desafetos em sua cela ou pavilhão. Ao chegar à Ala Rosa, estes presos tentam impor seu próprio regime, a fim de dominar o pavilhão, outro impasse diagnosticado nesse ponto. (...) Quando um preso é expulso da Ala Rosa, ele também não é mais aceito no pavilhão em que cumpria sua pena anteriormente, por causa do preconceito dos outros, e tem que ser enviado para uma cela separada. (GUEDES et al, 2015)

Conforme Relatório do MNPCT (2022), em julho de 2021, a Penitenciária São Joaquim de Bicas I - Professor Jason Soares de Albergaria tornou-se exclusivamente destinada para pessoas privadas de liberdade LGBTQIAPN+, custodiando homens cis homossexuais ou mulheres trans ou travestis que não haviam realizado o procedimento de redesignação sexual. Novas diretrizes foram designadas pelo Estado de Minas Gerais através da Resolução nº 173, de 21 de julho de 2021 que “estabelece diretrizes e normativas para a custódia, atendimento e tratamento das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, Queer, Intersexo e Assexual (LGBTQIA+) no âmbito do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 2021). A resolução mencionada dirime instruções estabelecendo a Penitenciária São Joaquim de Bicas I - Professor Jason Soares de Albergaria como:

“Unidade de Referência Porta de Entrada para o recolhimento das pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade dos municípios de Belo Horizonte e daqueles que compõem a 1ª, 2ª, 3ª e 19ª Regiões Integradas de Segurança – Risp” (MINAS GERAIS, 2021).

O Relatório de Inspeção Unidades dos Sistemas Prisional e Socioeducativo de Minas Gerais expõe a onda de casos e tentativas de autoextermínio ocorridas no ano de 2021 na Penitenciária São Joaquim de Bicas I, informando:

Foram 9 (nove) autoextermínios consumados na unidade, todos de pessoas negras e jovens, entre 20 (vinte) e 34 (trinta e quatro) anos de idade. Dessas pessoas, sete delas cometeram enforcamento, tendo como causa mortis asfixia por obstrução mecânica ou por constrição cervical. Duas destas pessoas que cometeram autoextermínio tiveram causa mortis “indeterminada” em seus atestados de óbito. (MNPCT, p. 95, 2022)

Segundo o relatório, o DEPEN/MG determinou intervenção administrativa e de segurança na unidade prisional visando a reorganização dos procedimentos internos para

otimização do atendimento aos privados de liberdade. Não havendo a cessação dos casos (ocorrência de mais dois autoextermínios) e, encontrando irregularidades no cumprimento da Resolução n° 173, de 21 de julho de 2021, a juíza da Vara de Execuções Penais Penas da Comarca de Igarapé interditou a unidade prisional em julho de 2022 determinando o recebimento de pessoas privadas de liberdade LGBTQIAPN+ somente da região metropolitana de BH, conforme previsto na resolução supramencionada e não cumprido anteriormente pelo Departamento.

Segundo o Defensor Público de Minas Gerais Paulo César Azevedo de Almeida em entrevista ao Jornal Estado de Minas:

A decisão tem uma simbologia muito grande. Ela faz saltar aos olhos da sociedade que, apesar de ser uma proposta boa (a dos espaços reservados), ela tem tido um resultado dramático. Na prática, o que se cria é um gueto, um ambiente escondido, onde novas violências podem ser cometidas longe dos olhos da fiscalização. Sem o cuidado necessário, o Estado tem acumulado corpos: em 18 meses termos quase 70 tentativas de suicídio e 12 pessoas tirando a própria vida em um espaço onde estão cerca de 300 a 400 pessoas, é um número muito alto.

3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa desenvolveu-se diante da necessidade de expor as mazelas do sistema prisional assolado pelo agravamento da situação de exclusão e marginalização dos grupos vulneráveis nas unidades prisionais. Buscou-se objetivamente identificar as Políticas Públicas desenvolvidas pelo Estado que busquem a garantia de direitos da população LGBTQIAPN+ custodiada e viabilizem a reintegração social desse público.

Restou evidente através dos levantamentos feitos nos sites especializados e nos artigos que referenciam esta temática que a pena é um mecanismo instituído para retribuir ao transgressor em razão do fato ilícito praticado. Sendo assim, a punição assume o viés de repreensão e reeducação buscando aferir o sofrimento causado à vítima e transformá-lo em uma pena a ser imputada ao transgressor, a privação de liberdade. No Brasil, a pena privativa de liberdade assume atributo político e social à medida em que contribui para a incapacitação de determinados grupos populacionais marginalizados, cooperando, assim, para que grupos privilegiados assumam os espaços de poder. Dessa forma, nota-se de sobremaneira nos espaços penitenciários a predominância de um público marginalizado e vulnerabilizado.

A pesquisa desenvolveu-se diante da necessidade de se compreender o tratamento penitenciário dispensado aos Grupos Específicos, prioritariamente as pessoas autodeclaradas

LGBTQIAPN+, geralmente mais subalternizadas e vulnerabilizadas em detrimento aos demais grupos sociais intramuros.

O Estado de Minas Gerais, embora intitulado pioneiro na criação de ala específica ao público LGBTQIAPN+, demonstra ter avançado pouco, conforme verificado através das pesquisas bibliográfica e documental. O Sistema Prisional Mineiro desde o ano de 2009 tece uma Política Pública que busque alcançar esse grupo específico, contudo, conforme demonstra o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a reportagem do Jornal Folha de São Paulo, a decisão proferida pela MM^a Juíza da Comarca de Igarapé e a entrevista do Defensor Público ao Jornal Estado de Minas, as ações do DEPEN/MG mostram-se pouco eficazes.

Ao longo dos anos as ações do Departamento Penitenciário de Minas Gerais mostraram-se insipientes e questionáveis quanto a sua efetividade, uma vez que o deslocamento e concentração desse público para uma mesma unidade prisional sem que haja a execução de Políticas Públicas e infraestrutura adequadas as suas especificidades acirra ainda mais a segregação, o preconceito e o etiquetamento já vivenciados pela população LGBTQIAPN+.

O acompanhamento da sociedade civil e do Poder Público (MPMG, DPMG, TJMG) às unidades prisionais do Estado de Minas Gerais responsáveis pela custódia de pessoas LGBTQIAPN+, bem como os registros feitos a partir das visitas institucionais, possibilitaram a essas instituições compreender a realidade desse grupo específico e realizar as devidas intervenções quando constatadas irregularidades e violações de direitos.

Através deste artigo idealiza-se um significativo avanço acadêmico, político e social que proporcione conhecimentos em relação à abordagem aos grupos específicos no sistema prisional, particularmente àquelas pessoas autodeclaradas LGBTQIAPN+. Diante do objetivo proposto, quer seja, identificar a execução de Políticas Públicas direcionadas aos Grupos Específicos no Sistema Prisional de Minas Gerais que contribuem para a reintegração social, optou-se por abordá-lo de forma explicativa utilizando a pesquisa qualitativa enquanto natureza de pesquisa, pois, dada a complexidade da temática, esquadrihar suas características era de essencial consecução.

Como sugestões, propõe-se que, a partir de novos estudos, possam ser debatidas e ampliadas as Políticas Públicas de atendimento aos Grupos Específicos no Sistema Prisional

de Minas Gerais, particularmente às pessoas privadas de liberdade autodeclaradas LGBTQIAPN+, vislumbrando o acesso aos direitos fundamentais intra e extramuros que são fomentados pelas ações de ressocialização e reintegração social. Outrossim, simultaneamente se faz necessário a fomentação de coleta de dados apurada sobre esse grupo específico no intuito de possibilitar criar e/ou incrementar banco de dados assertivo que ampare o desenvolvimento de Políticas Públicas que sejam efetivas, eficazes e eficientes dentro e fora do ambiente prisional, tornando possível o estudo com informações mais robustas e atualizadas, com dados estatísticos próprios e análises comparativas de realidades estrangeiras, que auxiliem as buscas de ações que busquem maior atenuação e enfrentamento deste problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Alessandro. **A Criminologia Crítica e a Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. São Paulo: Revan, 1997.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm> Acesso em: 10 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 mai. 2022.

CANOFRE, Fabiana. **Dez anos após criação ala lgbt em presídio e a única em MG**. <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/dez-anos-apos-criacao-ala-lgbt-em-presidio-e-a-unica-em-mg.shtml>> 10 jan. 2013. Acesso em 17 set. 2022.

ESTILLAC, Bernardo. **Justiça interdita penitenciária para presos lgbtqia após onda de suicídios**. <<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/07/13/noticia-diversidade,1379969/justica-interdita-penitenciaria-para-presos-lgbtqia-apos-onda-de-suicidios.shtml>> 13 jul. 2022. Acesso em 17 set. 2022.

EVANGELISTA, Renata. **Presídios com alas exclusivas para homossexuais tem paredes pintadas de rosa em Minas**. <<https://www.hojeemdia.com.br/minas/presidios-com-alas-exclusivas-para-homossexuais-tem-paredes-pintadas-de-rosa-em-minas-1.214546>> 18 dez. 2013. Acesso em 17 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 37 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

- JUSTINO, Patricy Barros. **Criminologia**. 1 ed. Rio de Janeiro: SESES, 2016.
- OLIVEIRA, Natacha Alves de. **Criminologia**. 2 ed. Salvador, Bahia: JusPodivum, 2019.
- SÁ, Alvino Augusto de. **Prisionização: Um Dilema para o Cárcere e Um Desafio para a Comunidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 6, n. 21, p. 117-123, jan-mar. 1998.
- SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia Clínica e Psicologia Criminal**. 2 ed. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 2010.
- SANTOS, Alcineia Rodrigues dos; et al. **Atuação da Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos (DIAMGE) no Âmbito do Departamento Penitenciário Nacional**. In: Revista Brasileira de Execução Penal. Brasília, v. 2, n. 2, p. 83-117, jul-dez, 2021.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Criminologia: aproximación desde un margen**. Santa Fe de Bogotá: Temis, 1998.

UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS E O PAPEL DA NUTRICIONISTA

Camila Braz de Souza¹⁵
Mailson Santos de Queiroz¹⁶

RESUMO: O artigo a seguir propõe abordar a importância da alimentação saudável nas escolas e demonstrar o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Esse estudo possui o objetivo de analisar a importância da alimentação saudável nas escolas na vida dos alunos e abordar a contribuição do trabalho da nutricionista na alimentação das crianças e adolescentes. Dessa forma, para alcançar os objetivos propostos, usou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, que a partir dos estudos realizados, constatou-se que a alimentação saudável é um processo importantíssimo, visto que é na idade escolar que os alunos aprendem a ler e a escrever e desenvolvem as habilidades cognitivas, proporcionando assim um desempenho educacional satisfatório. O trabalho da nutricionista nas escolas apresenta contribuições relevantes para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades educacionais que visem a promoção e prevenção da saúde dos alunos.

Palavras-chave: Alimentação Saudável. Escola. Nutricionista.

ABSTRACT: The following article proposes to address the importance of healthy eating in schools and analyze the National School Food Program. This study aims to analyze the importance of healthy eating in schools in the lives of students and address the contribution of nutritionists' work to the nutrition of children and adolescents. Thus, to achieve the proposed objectives, bibliographical research was used as a methodological resource, which, based on the studies carried out, revealed that healthy eating is a very important process, since it is at school age that students learn to read. and writing and develop cognitive skills,

¹⁵ Bacharelado em Nutrição pela Instituição Atenas. Pós-graduando em Gestão em Unidades de Alimentação e Nutrição. Faculdade Farmart. E-mail: Camilabrazsouza@gmail.com

¹⁶ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart –Itaúna-MG. Licenciado em Química, Pós-graduando em Tecnologias Educacionais e mestre em Engenharia de Materiais.

thus providing a satisfactory educational performance. The nutritionist's work in schools makes relevant contributions to the physical and intellectual development of children and adolescents, developing educational activities aimed at promoting and preventing students' health.

Keywords: Healthy eating. School. Nutritionist.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação saudável nas escolas é um processo fundamental, visto que é na idade escolar que os indivíduos desenvolvem as habilidades motoras, aprendem a ler, a escrever, a calcular e a praticar atividades físicas. Uma boa alimentação possibilita um crescimento saudável e um desempenho educacional qualificado.

Sendo assim, a nutricionista desempenha um papel de grande importância nas instituições de ensino, onde sua missão é trabalhar com ações relacionadas para a alimentação saudável e incentivar os alunos a manter o hábito de comer comidas saudáveis, visando assim, formar um novo conceito sobre os alimentos e as refeições.

O problema encontrado para a realização desse tema foi a busca por respostas para compreender e conhecer melhor a contribuição da alimentação saudável, e como ela pode ser realizada no contexto escolar para influenciar crianças e adolescentes.

Dessa forma, esse estudo tem o objetivo geral em apresentar a importância que se tem em trabalhar e colocar em prática os conceitos sobre a alimentação saudável nas escolas, desde a Educação Infantil, visto que as crianças aprendam desde pequenas a obter hábitos alimentares saudáveis. Os objetivos específicos são: analisar a importância da alimentação saudável nas escolas na vida dos alunos e abordar a contribuição do trabalho da nutricionista na alimentação das crianças e adolescentes.

O presente trabalho justifica-se que pelo fato de que atualmente muitas crianças estão obesas, visto que desde pequenas possuem uma má alimentação, ou seja, consomem produtos industrializados diariamente. Sendo assim, é necessário entender melhor a relevância da alimentação saudável e ensinar para os alunos, para que eles obtenham o hábito de alimentar-se adequadamente.

Por meio desta pesquisa, desejou-se agregar um conhecimento aprofundado sobre o tema abordado. As pesquisas são essenciais para que a conclusão do trabalho seja de forma claro e objetivo. Com base nesses princípios, afirma-se que a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi à revisão bibliográfica da literatura, que se baseou em livros, utilizando-se resumos, artigos e fichamento dos livros pesquisados, permitindo assim, a organização e a elaboração de síntese de leitura.

O artigo a seguir estrutura-se em tópicos de maneira ordenada que dão sentido ao tema exposto, o primeiro tópico apresenta a alimentação saudável nas escolas e o segundo tópico aborda o papel da nutricionista nas escolas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS

A alimentação saudável garante o suprimento de todos os nutrientes necessários para o funcionamento do corpo humano. O não consumo de alimentos industrializados e reduzir o consumo de sal, açúcar e gorduras contribuem para uma melhor qualidade de vida.

Alimentação saudável é primordial para o desenvolvimento de hábitos mais saudáveis, já que esse aspecto influencia diretamente no crescimento e no desempenho na idade escolar das crianças e adolescentes.

Muitas vezes, a alimentação é um motivo de preocupação para pais e professores, pois o mercado oferece produtos alimentícios que por meio da mídia invadem as casas e tornam as práticas alimentares inadequadas. As crianças e adolescentes na fase escolar devem ter cuidados quanto a sua alimentação, visto que:

[...] neste momento ela está se desenvolvendo e crescendo e começa a descobrir novos hábitos alimentares, que podem ser influenciados tanto pelos pais, pela mídia como pelo convívio com outras crianças e adultos. Hoje em dia a maioria dos escolares se alimenta de forma errada, preferindo alimentos industrializados, estes ricos em gorduras, açúcar, corante, que prejudicam a saúde, o aprendizado e até mesmo o seu desenvolvimento. (CUNHA, 2014, p. 6).

Sabe-se que a participação dos pais é de grande importância para o desenvolvimento de uma alimentação saudável.

Os pais têm grande responsabilidade na alimentação da criança cabe a eles a levar as crianças preferir alimentos saudáveis, indispensáveis ao seu desenvolvimento, esta tarefa não é feita só com palavras, sobretudo com exemplos, a criança deve compreender que comer bem não significa comer muito, nem comer apenas coisas

gostosas, mas alimentar-se adequadamente e de forma equilibrada. (SANTOS, 1989, p. 161).

Os primeiros responsáveis pela alimentação dos alunos são os pais, a criança que é estimulada a alimentar-se de maneira correta irá obter maiores possibilidades de desenvolver-se fisicamente e cognitivamente.

A escola também apresenta um papel relevante na alimentação saudável, segundo Gonçalves (2008, p.184) “o papel da escola centra-se na preocupação com a construção da consciência crítica de seus alunos”. Pois, a capacidade crítica desenvolve-se através de uma reflexão sistemática sobre diferentes situações, conscientizando os próprios pensamentos e emoções e confrontando-os com o conhecimento adquirido sobre o assunto. (LOUREIRO, 2004, p. 43). Dessa forma, o aluno assimila conhecimentos sobre alimentação saudável e vincula com o seu desenvolvimento de capacidade de escolha.

A idade escolar é caracterizada como fase de transição entre a infância e adolescência, onde o gasto de energia se torna maior e o crescimento é constante, por isso a alimentação adequada se torna importante, para não acarretar deficiências nutricionais. A escola acaba se tornando um ambiente onde as crianças passam a maior parte do seu tempo e fazem suas refeições, por isso as escolhas alimentares certas se tornam essenciais para o aprendizado e crescimento saudável. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, uma das melhores formas de promover a saúde é por meio da escola, pois é um local onde as pessoas convivem, aprendem e trabalham, passando muitas vezes a maior parte do seu tempo (BRASIL, 2000). O espaço escolar é o lugar adequado para desenvolver práticas e ações sobre possuir hábitos saudáveis.

O papel da escola é fundamental na formação dos hábitos de vida dos estudantes e é responsável pelo conteúdo educativo global, inclusive do ponto de vista nutricional, pois as consequências da alimentação inadequada nesta idade podem caracterizar uma diminuição no aproveitamento do aluno. (OCHSENHOFER, 2000 apud ALMEIDA, 2012, p. 22).

Para Loureiro (2004, p. 45) “a promoção da saúde na escola [...] tem como principal esforço mudar e desenvolver o ambiente físico e social, de molde a tornar as escolhas saudáveis mais fáceis”. Sendo assim, é necessário incentivar os alunos, com estudos sobre as práticas de alimentação saudável.

Sabe-se que atualmente, existe um elevado índice de crianças obesas, que conforme Halpern (2003, apud GONÇALVES, 2008, p.188): “a obesidade infantil é um sério problema de saúde pública que vem aumentando em todas as camadas sociais da população brasileira”.

Vários fatores são apontados como facilitadores da obesidade, como os genéticos, os fisiológicos e os metabólicos. Porém é de consenso geral dos estudos que afirmam que este aumento significativo da obesidade na população está ligado a mudanças no estilo de vida e hábitos alimentares. Percebe-se a crescente preferência dos indivíduos por alimentos ricos em açúcares simples e lipídeos, os chamados industrializados, possuindo alto teor energético. Da mesma forma, outros estudos indicam que, atualmente, com a ascensão da tecnologia, caracterizada pela TV, microcomputadores e vídeo games nos domicílios, houve um declínio das atividades esportivas nas crianças e jovens. Outro fator influenciador é o uso da mídia para propaganda de produtos alimentícios considerados não saudáveis que estimulam as crianças a consumi-los. Em comerciais apresentados pela TV americana nas manhãs de sábado, 61% referiam-se a alimentos, das quais 90% dos alimentos são ricos em má nutrientes, como doces, batatas fritas e lanches rápidos (OLIVEIRA, FISBERG, 2003; NOVAES, PRIORE, FRANCESCHINE, 2004).

No período da adolescência, os hábitos obtidos neste período refletem sobre o comportamento futuro em diversas áreas da vida, como a percepção da imagem corporal, os valores, a saúde do organismo, o psicossocial e a prática da alimentação, evidenciando o fato de que hábitos de vida pouco saudáveis estão diretamente ligados a risco do desenvolvimento de doenças crônicas quando adulto (LEVY et al., 2010).

Através da necessidade de se desenvolver um trabalho preventivo com as crianças e adolescentes, no intuito de promover um estilo de vida saudável a escola aparece como um ambiente facilitador. Na escola se insere jovens em pleno desenvolvimento físico e intelectual, o que possibilita uma educação permanente em práticas relacionadas a melhores condições de saúde e comportamento para uma alimentação saudável, evitando-se assim o surgimento de fatores de risco para doenças crônicas na fase adulta (LEVY et al., 2010; TEIXEIRA, 2009).

É importante ressaltar que:

O consumo alimentar inadequado, por períodos prolongados, resulta em esgotamento das reservas orgânicas de micronutrientes, trazendo como consequência para as crianças e adolescentes retardo no desenvolvimento, redução na atividade física, diminuição na capacidade de aprendizagem, baixa resistência às

infecções e maior suscetibilidade a doenças. (OLIVEIRA, 1998 apud CAVALCANTI, 2009, p. 19).

Dessa forma, o ambiente escolar propicia um espaço de aprendizagem, onde o aluno pode passar até duas décadas de sua vida nele. Com a promoção e discussão de conteúdos em educação nutricional no currículo escolar, juntamente à prática regular de atividade física, este estímulo pode influenciar positivamente na manutenção de hábitos saudáveis ao longo de sua trajetória (VARGAS et al., 2011).

A escola tem a função de estimular os alunos o hábito de consumir alimentos saudáveis, tais como frutas, legumes e verduras, visto que é primordial para que eles cresçam e se tornam adultos com uma saúde qualificada.

O contexto escolar exige muito do aluno, por isso ele deve estar bem alimentado. Diversas pesquisas têm apontado que muitos alunos saiam de sua casa sem se alimentar, e a escola deve ajudar e auxiliar na nutrição dos alunos. Sendo assim, Freitas (2002) afirma que:

A alimentação influi em nossa disposição, em nosso estado emocional e até nossa inteligência. Todo esse contexto pode prejudicar o interesse das crianças em frequentar a escola, apresentando baixo rendimento, irritabilidade, agitação, estresse, apatia dentre outros. (FREITAS, 2002, p. 15).

Pode-se afirmar que a alimentação além de influenciar no aprendizado, é um direito de todo o aluno que deve ter uma alimentação de qualidade para atender as suas necessidades nutricionais e contribuir no desenvolvimento e concentração do aluno.

Segundo Perroni (2013):

Tudo aquilo que ingerimos exerce um grande impacto sobre a função cerebral, podendo interferir no humor, no pensamento, no comportamento, na memória, no aprendizado e no envelhecimento celular. Através de uma alimentação colorida e variada, podemos fornecer os nutrientes necessários para manter o cérebro ativo e saudável. (PERRONI, 2013).

De acordo com Silva (2013), para que haja um pleno potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania é preciso de uma boa alimentação e nutrição.

A alimentação saudável é primordial para as crianças em idade escolar, é na infância que os hábitos alimentares são formados, uma alimentação saudável é capaz de evitar déficits, carência e excessos nutricionais, alunos bem alimentados mostram um potencial maior tendo mais energia, disposição e agilidade mental. O nutricionista é o profissional capacitado para utilizar o alimento como instrumento na promoção de saúde e segurança

alimentar, em conjunto com a equipe escolar e familiares, prevenindo uma série de doenças e desequilíbrios futuros (COSTA; RIBEIRO; SANTOS, 2019).

2.2 O PAPEL DA NUTRICIONISTA NAS ESCOLAS

A nutricionista desempenha um papel de grande importância no espaço escolar, pois trata-se de um conjunto de métodos e estratégias que visam a promoção e a prevenção da saúde na fase escolar das crianças e adolescentes, por meio das mudanças dos hábitos alimentares saudáveis e estilo de vida.

Na idade escolar é importante que as necessidades nutricionais sejam atendidas, por exemplo, a desnutrição nessa fase pode levar a alterações físicas, funcionais e anatômicas, influenciando de forma negativa no crescimento, diminuição da concentração e desenvolvimento infantil. Suprir essas necessidades é definição de uma linha de trabalho do nutricionista e envolve um planejamento e acompanhamento de todo processo e evolução de ações abordadas e implantadas dentro e fora das escolas. A nutricionista é um profissional que irá contribuir para formação alimentares saudáveis, rendimento escolar, acompanhamento na evolução nutricional das crianças, melhor aprendizagem e promoção de saúde infantil. (STEFANUTO, 2013).

A nutricionista é a profissional que dentro da escola exerce grande influência sobre as escolhas alimentares, ele é responsável, por criar estratégias que visem a promoção da saúde dos escolares, com a atuação do nutricionista a escola terá mais oportunidade de ofertar uma alimentação mais equilibrada e saudável, apresentando alimentos mais atrativos e de fácil aceitação para os estudantes. O trabalho da nutricionista dentro das escolas se torna muito importante, ele é o profissional responsável para assumir todo processo relacionado a alimentação escolar, planejamento e supervisão dos alimentos, compras, elaboração do cardápio, acompanhamento do estado nutricional dos alunos durante o período escolar, palestras educativas sobre alimentação saudável. A escola se torna um local favorável para a promoção da saúde, onde as ações do nutricionista são necessárias para melhorar qualidade de vida e aprendizagem dos alunos. (MENDES, 2014).

Nas escolas, a nutricionista é responsável por elaborar e aplicar ações voltadas à promoção de saúde com enfoque na alimentação e nutrição das crianças de forma coletiva. Estas intervenções buscam a promoção da autonomia e contribuem no processo de escolha de alimentos saudáveis para todos, portanto, existe a limitação do profissional em atender necessidades específicas que hajam necessidades de

terapias nutricionais, como por exemplo, crianças com seletividade alimentar. (ESPINDOLA, 2020, s.p).

A atuação da nutricionista nas escolas é regulamentada pelo Conselho Federal de Nutrição (CFN), por meio da resolução CFN nº 465/2010, e sua atuação como educador alimentar é orientar alunos na formação de hábitos saudáveis, seu papel é muito importante, e de grandes responsabilidades, pois terá que trazer uma nova visão sobre o alimento, e a diferença entre comer e se alimentar bem, com ações de planejamento na mudança da merenda escolar, tornando o alimento mais atrativo e de fácil aceitação para as crianças (HONÓRIO: BATISTA, 2015).

A nutricionista da Alimentação Escolar AE é regulamentado pelo Conselho Federal e Nutrição (CFN), que fala sobre as atribuições obrigatórias do nutricionista no ambiente escolar pelo Programa de Alimentação Escolar, apesar de alguns estudos relatarem sobre o histórico e importância da AE no Brasil pouco se fala sobre a trajetória do nutricionista e seu desenvolvimento no campo de atuação, à medida que suas ações crescem e geram frutos o nutricionista escolar vem ganhando seu reconhecimento e força na área escolar (HONORIO; BATISTA, 2015).

A nutricionista tem papel fundamental na melhoria da saúde, sempre garantindo a segurança alimentar dos alunos, através de projetos que visem o bem estar físico e intelectual dos escolares, seu papel é atuar como formador de novos hábitos e estilo de vida saudável, garantindo através da alimentação ferramentas que possam contribuir para a evolução e promoção da saúde. Os hábitos alimentares devem ser compreendidos não somente aos alimentos consumidos habitualmente, mas também as condições que tais hábitos favorecem, o estilo de vida saudável (SANTOS, 2012).

A nutricionista é o profissional que exerce a função de promoção de saúde nas escolas, sendo a escola um espaço de ensino-aprendizagem, no qual criança adquire valores fundamentais e a importância de hábitos alimentares saudáveis (MENDES, 2014).

A nutricionista tem grande influência na formação dos hábitos alimentares e na aprendizagem, suas práticas devem auxiliar de modo positivo no crescimento e desempenho dos estudantes, buscando sempre à promoção da saúde desde a infância.

O trabalho da nutricionista nas escolas apresenta contribuições relevantes para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades educacionais que visem a promoção e prevenção da saúde dos alunos.

3 CONCLUSÃO

Ao longo do processo de pesquisa e escrita desse estudo, foi possível analisar a importância da alimentação saudável nas escolas e a contribuição do trabalho da nutricionista no âmbito educacional, como forma de promover o hábito de comer alimentos saudáveis.

A partir das pesquisas realizadas, constatou-se que a alimentação escolar é fundamental para ensinar aos alunos hábitos saudáveis, contribuindo no desenvolvimento integral do indivíduo.

A alimentação saudável nas escolas pode evitar problemas de saúde, como a obesidade, o aumento do nível de colesterol e o diabetes, que podem ser obtidos por causa dos maus hábitos alimentares.

A nutricionista é um profissional competente que trabalha na escola com práticas educativas sobre a alimentação, onde seus ensinamentos são fundamentais e impactam de modo positivo a vida das crianças e adolescentes. O seu trabalho vai além de realizar os cardápios e as refeições que são feitas nas escolas. Este profissional atua na transformação do ambiente escolar, buscando condições eficazes para que a escola seja um local de ensino/aprendizagem e com melhores condições de saúde e bem-estar físico e mental.

Para finalizar, esse artigo de conclusão de curso teve a finalidade de contribuir no processo de formação, possibilitando a aquisição e a construção de conhecimentos acerca do assunto tratado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S.; NASCIMENTO, P. C. B. D; QUAIOTI, Teresa C. B. **Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira.** Ver. Saúde Pública, 2012; 36(3): p. 353-355.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 465 de 25 ago. 2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros mínimos de referência no Programa de Alimentação Escolar (PAE) e de outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 ago. 2010. Seção 1, p. 118 e 119.

CAVALCANTI, Leonardo de Almeida. **Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis.** Tese de Mestrado, 2009, Brasília.

COSTA, R. A. O.S.; RIBEIRO, J. L. O. A.; SANTOS, M. R. **A contribuição da educação infantil para a formação de bons hábitos alimentares na criança de 0 a 6 anos.** Revista Eletrônica de Ciências da Saúde - UNIPLAN. Águas Claras/DF, V1, N. 1, 2019.

CUNHA, Luana Francieli da. **A Importância de uma Alimentação Adequada na Educação Infantil.** 2014. TCC (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

ESPINDOLA, Elisa de. **A importância do nutricionista em âmbito escolar.** Centro Evolvere. Florianópolis/SC, 17 fev. 2020.

FREITAS, Paulo G. **Saúde um Estilo de Vida.** Baseado no Equilíbrio de Quatro Pilares. São Paulo: IBRASA, 2002.

GONÇALVES, Fernanda Denardin et al. **A promoção da saúde na educação infantil.** Interface: Comunicação, saúde e educação, v.12, n. 24, p. 181192, jan./mar.2008.

HONORIO, A. R. F.; BATISTA, S.H. **Percepções e demandas de nutricionistas da alimentação escolar sobre sua formação.** Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 473-492, ago. 2015

LEVY, R. B; CASTRO, I. R, R; CARDOSO, L. O; TAVARES, L. F; SARDINHA, L. M. V; GOMES, F. S; COSTA, A. W. N. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: pesquisa nacional de saúde do escolar (PeNSE), 2009. **Ciência e saúde coletiva.** v. 15, supl. 2, p. 3085-3097, 2010.

LOUREIRO, Isabel. **A importância da educação alimentar: o papel das escolas promotoras de saúde.** Revista Portuguesa de Saúde Pública. V. 22, n. 02, p. 43- 55, jul./dez.2004.

MENDES, M. R. **Ações educativas do nutricionista no âmbito escolar: uma revisão integrativa.** Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, 2014.

NOVAES, J. F; PRIORE, S. E; FRANCESCHINE, S. C. C. **Estado nutricional e hábitos alimentares de adolescentes de escola privada.** Biosci. J. Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 97-105, 2004.

OLIVEIRA C. L; FISBERG, M. **Obesidade na infância e adolescência – uma verdadeira epidemia.** Arq Bras Endocrinol Metab, v. 47, n. 2, p. 107-8, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Local Action: creating health promoting schools, 2000. D

PERRONI, C. **Boa alimentação interfere na função cerebral e aumenta a concentração.** Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/euatleta/nutricao/noticia/2013/06/boa-alimentacao-interfere-na-funcao-cerebral-e-aumentarconcentracao.html>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

SANTOS, Maria Ângela dos. *Biologia educacional*. São Paulo: Ática, 1989.

SANTOS, L. A. S, 2012. **O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão.** *Ciência e Saúde Coletiva*, v 16, n. 2, p 217-229.

SILVA, Camilo A. M. et al. *O Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica dos alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais, Brasil: Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Bookmark, 2013.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Nutrologia. **Manual de Alimentação: orientações para alimentação do lactente ao adolescente, na escola, na gestante, na prevenção de doenças e segurança alimentar.** SBP; 2018.

STEFANUTO, B., et al., **Avaliação Nutricional de Pré - Escolares e sua transições.** VI Congresso Multiprofissional em Saúde, 2012.

TEIXEIRA C. G. O. Análise quanto ao valor calórico dos lanches oferecidos nas cantinas das escolas. **Anuário de Produção de Iniciação Científica Discente.** V. 14, p. 151-162, 2009.

VARGAS ICS et al. Avaliação de programa de prevenção de obesidade em adolescentes de escolas públicas. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p.59-68. Agosto 2011.

O ENVELHECIMENTO E O ATO DE DIRIGIR: um estudo bibliográfico sobre o envelhecimento humano e suas implicações na segurança do trânsito

Andréa Alessandra Ourique da Luz¹⁷
Karina Melo Leão¹⁸

RESUMO: O presente artigo trata sobre o envelhecimento humano, associado as suas implicações, limitações e consequências quanto ao ato de dirigir. Busca-se analisar sobre quais os aspectos relacionados aos fatores determinantes que podem ocasionar a suspensão ou a incapacidade para dirigir. Nesse sentido, o artigo procura discorrer sobre o envelhecimento humano de condutores com a finalidade de aumentar a segurança no trânsito de forma geral, almejando minimizar acidentes automobilísticos. Aborda a defasagem ocorrida nas funções cognitivas e psicológicas associadas ao envelhecimento humano sempre intencionando um trânsito seguro ao condutor e a terceiros. A metodologia utilizada na construção deste artigo corresponde ao método bibliográfico, inserido por artigos, revistas científicas, livros e demais trabalhos publicados nas plataformas digitais como Google Acadêmico, Revista Scielo, dentre outros sites científicos. Concluiu-se não existir uma determinação para que todos os idosos tenham de parar de dirigir com determinada idade cronológica, pois há muitas diferenças entre os seres, a própria legislação não apresenta uma determinação de idade específica. Com o aumento da população de idosos faz-se imprescindível uma busca por avaliações psicológicas ou perícias mais elaboradas e efetivas como instrumentos psicológicos destinados especificamente a este condutor. O ato de dirigir, não deve ser analisado apenas sob o enfoque dos fatores físicos, mas conjuntamente aos fatores cognitivos, psicológicos e sociais. O fato da continuidade ou da suspensão do direito de dirigir um veículo automotor a condutores idosos, requer uma decisão atribuída a todos, como ao condutor, à família, bem como aos médicos e psicólogos especialistas.

Palavras-chave: Condutor. Envelhecimento. Fatores determinantes. Trânsito.

¹⁷ Psicóloga e Especialista em Psicologia do Trânsito pelo Instituto IPB. E-mail: andreaalluz@gmail.com.

¹⁸ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Ciências, Matemática e Pedagogia. Mestre em Educação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo possui o objetivo de analisar sobre a importância do envelhecimento humano e suas implicações impostas pelas limitações referidas a idade cronológica, associadas ao ato de dirigir.

Ao idoso é permitido conduzir veículos automotores, desde que estejam preservadas as suas condições físicas e mentais, pois para todos os condutores de forma indistinta devem apresentar plenas condições de saúde física e mental, assim como bons reflexos, visão, audição e apurado senso de perigo. (LACERDA; CARLOS, 2012)

Tendo em vista que, nos últimos anos a longevidade tem aumentado consideravelmente e, portanto, gerado um aumento expressivo no número de idosos na população, é constatado que este aumento trouxe consequências para a sociedade e para os indivíduos que compõem este grupo etário, fazendo-se necessário buscar determinantes das condições de saúde e de vida dos idosos, procurando conhecer as diversas facetas que envolvem a velhice e o processo de envelhecimento. (PAPALÉO NETTO, 2006)

A problematização referenciada no presente estudo, contempla-se: É permitido a todo idoso, a partir de sessenta anos ou mais, continuar exercendo o ato de dirigir? Há um momento certo ou ideal em que o condutor tenha que parar de dirigir? Quais as consequências para a sociedade em geral de que o idoso continue exercendo o direito de dirigir?

A metodologia utilizada correspondeu à pesquisa bibliográfica ou ao método bibliográfico, sendo este essencial na construção do referido trabalho, inserindo artigos e demais trabalhos publicados das plataformas digitais como as seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Revista Scielo, dentre outros sites científicos e livros. Dentre a seleção dos artigos buscou-se contemplar as seguintes palavras-chave: Condutor. Envelhecimento. Fatores determinantes. Trânsito.

A análise de dados dos artigos, versou ao processo de inclusão e exclusão, sendo inclusos artigos em língua portuguesa disponíveis nas bases de dados supracitado anteriormente, abordaram-se critérios referenciados aos operadores booleanos *idosos and trânsito*, ou ainda *condutores idosos and trânsito*. Quanto ao processo de exclusão foram

exclusos artigos das quais não contemplavam a temática investigada. O intervalo de busca foi de aproximadamente 20 anos.

O trabalho tem como justificativa social e científica fazer pensar em um trânsito mais seguro, com o intuito de apresentar fatores determinantes fundamentais para que sejam avaliados se condutores idosos (sessenta anos ou mais) possam ou não a continuar a exercer o direito de dirigir, evitando-se maiores riscos de acidentes em geral a toda mobilidade urbana. Há uma busca por contribuir com o meio acadêmico para outros pesquisadores que desejarem abordar o tema, pois é um tema amplo e ainda pouco abordado de maneira adequada, e que necessita de maiores discussões e pesquisas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O ato de dirigir – funções psicológicas e cognitivas associadas ao envelhecimento

Para que o indivíduo possa adquirir uma aprendizagem veicular satisfatória é necessário que demonstre determinadas capacidades e a aquisição de habilidades sejam motoras, perceptivas, sensoriais, bem como as informações sobre o trânsito, com implicações técnicas, preventivas, defensivas e punitivas. (ERNEST; NOVELO,2019)

Segundo Ernest; Novelo (2019) o processo cognitivo, quanto ao ato de dirigir estaria relacionado a memória, a atenção, a avaliação sistemática do ambiente e a outras habilidades visuais, espaciais, verbais e de processamento de informações, tomada de decisões e resolução de problemas. Assim, estas capacidades mentais citadas devem ser processadas de maneira dinâmica.

Balbinot; Zaro; Timm (2011) pontua que dirigir um veículo pode até parecer uma atividade simples, quase automática, porém, é exigida uma complexa articulação de funções do condutor.

Ernest; Novelo (2019) informa que a função executiva compõe-se de processos de controle que podem atuar como reguladores de pensamentos e comportamentos, além da tomada de decisões, o monitoramento de ações, a resolução de problemas e a avaliação da eficácia das ações. Sendo assim, a função executiva é necessária para integrar informações e planejar respostas, desta forma, sendo relevante para haver uma direção competente em situações de maior complexidade, como em intersecções. E são nestas situações que os idosos

apresentam maiores dificuldades, pois neste momento há maior ativação da capacidade de alternar de forma flexível tarefas distintas, da capacidade de monitorar os estímulos recebidos enquanto atualiza as informações atuais e da inibição de respostas automáticas.

Somado a memória de trabalho – a capacidade de reter e manipular informações em um curto período de tempo – a função executiva direciona-se a responder às novas circunstâncias de condução e antecipar, planejar e acompanhar situações que exijam julgamento e tomada de decisão. (ERNEST; NOVELO, 2019)

Na área da função cognitiva da atenção é atribuída elevada importância e destaque. A atenção seria o fator que administra parte das informações adquiridas pelo indivíduo, produzindo impulsos para executar outras funções, podendo ser alterada ou mantida a sua tarefa de execução no ato de dirigir. (RUEDA; CASTRO, 2010)

Segundo Balbinot; Zaro; Timm (2011) todo o conjunto de processos como o da atenção, da interpretação, da seleção de informações e reação, apresenta relação com determinadas diminuições nas habilidades cognitivas do condutor, sendo estas alteradas pelo fator do envelhecimento. Estas habilidades alteradas dependem muito de indivíduo para indivíduo, no entanto, não afetam necessariamente, a capacidade de condução do veículo.

Balbinot; Zaro; Timm (2011) menciona que as funções psicológicas ao dirigir, estão envolvidas de forma direta na segurança do indivíduo e no trânsito. É salientado que no ato de dirigir se faça importante a observação da personalidade de cada condutor, bem como estilos de aprendizagem ou como ocorre o processo da construção de conhecimento, a motivação e a experiência no ato de dirigir.

Diante dos recursos tecnológicos que possibilitam observar a dinâmica dos comportamentos dos condutores e a avaliação das suas capacidades cognitivas nos mostram ser de fundamental importância. Desta maneira, há possibilidades de caracterização de situações de trânsito, na qual seja observada a interação do condutor com o meio com o objetivo de averiguar a sua capacidade de percepção e atenção assim como a tomada de decisão e a performance. (BALBINOT; ZARO; TIMM; MAYHEW et al., 2011)

Segundo Ernest; Novelo (2019), mesmo sendo constatado algumas carências funcionais, condutores idosos costumam ser mais experientes no trânsito, no entanto, a inexperiência destes condutores idosos, surge como um dos fatores facilitadores para o cometimento de erros, assim como é percebido em condutores jovens, e que, apesar da sua

capacidade cognitiva ser considerada otimizada, estariam também acarretando maiores riscos de acidentes. Desta maneira, apesar de se evidenciar o fato que o envelhecimento pode ocasionar prejuízos no processamento de informações, a experiência somada a outros fatores favorece a escolha de comportamentos compensatórios ao declínio e, por conseguinte a tomada de decisão.

2.2 A ação de dirigir para o condutor idoso - mudanças e significados

Bee (1997), descreve sobre a desaceleração geral como sendo um dos maiores efeitos isolados dos tipos de mudanças comportamentais que possam perturbar ou trazer prejuízos aos que se encontram na idade adulta tardia ou velhice. Este fator é ocasionado devido à perda de dendritos, em nível neural, ainda que haja problemas relacionados às juntas (artrose), perda de elasticidade muscular, dentre tantas outras advindas da idade avançada. Desta forma, tudo parece levar mais tempo ou ser mais lento como a atividade de escrever, amarrar o cordão dos sapatos, adaptar-se a mudanças climáticas ou de iluminação.

Conforme Bee (1997, p.531):

Uma das áreas em que tais mudanças acarretam diferenças realmente significativas no funcionamento é na atividade motora complexa de dirigir veículos. Adultos jovens têm mais acidentes com automóveis do que qualquer outro grupo etário, basicamente porque eles dirigem com maior velocidade. No entanto, adultos mais velhos têm mais acidentes por milha dirigida.

Entretanto, a ação de dirigir tem por vezes, para o idoso, um significado de liberdade, autonomia, gerenciamento e autocontrole de sua própria vida, mas poderá ser um risco para si e a população em geral, se desempenhado por idosos que já não são considerados capazes de responder por seus atos. (MIRANDA, 2009)

Apesar de que, parte das pessoas idosas possa preservar habilidades como dirigir de forma competente, responsável e com segurança, o processo de envelhecimento acarreta mudanças consideráveis que podem afetar a direção veicular. O ato de dirigir um veículo automotor caracteriza-se por ser uma atividade complexa que requer uma integração rápida, dinâmica e uma continuidade de habilidades cognitivas, sensório-perceptivas e motoras de alto nível. Desta maneira, constata-se que os idosos estão mais expostos aos riscos no trânsito, seja pela sua fragilidade orgânica, redução de habilidades, o aumento de prevalência de doenças crônicas degenerativas e o uso de medicações para seu controle. (ALMEIDA; CAROMANO; RIBEIRO; BATISTA, 2016)

Se há um idoso com problemas de memória ou com reflexos comprometidos, o ato de dirigir certamente poderá comprometer a segurança do trânsito, oferecendo riscos para a vida do condutor idoso, bem como um perigo à integridade física de terceiros. Há idosos que dirigem até o final da vida sem problemas, outros, no entanto, apresentam inaptidão de condições para executar tal tarefa. O problema ocorre quando muitos destes idosos considerados inaptos não aceitam e não concordam em parar de dirigir. Faz-se necessária, a opinião de um médico de confiança, procurando alertar sobre os riscos, mas geralmente é a família que irá ter a responsabilidade de fazer com que o condutor idoso pare de dirigir por sua própria vontade ou mesmo intervir com a condição de que ele não faça mais isto. (MIRANDA, 2009)

Reuben (2002), afirma que alterações fisiológicas associadas ao envelhecimento normal e às doenças que comumente afetam os idosos podem comprometer a capacidade de dirigir com segurança.

Segundo Lucca (2003), o ato de dirigir para o idoso pode significar manter sua autonomia e independência, todavia existem fatores importantes a considerar como o condutor evitar trechos que não domine e não correr muito, pois a perda de cognição (capacidade de tomar decisão e associação de informações), a hipertensão e os problemas na visão, nas articulações e na musculatura podem fazer com que ele tenha de reduzir o uso do carro ou até mesmo deixar de dirigir.

No Brasil, legalmente, não existe uma idade limite para uma pessoa parar de dirigir um veículo automotor, bastando, que a sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) esteja em dia, ou dentro da validade. (LOPES,2010)

Houve alteração do Código Brasileiro de Trânsito em 2020, trazendo modificações na ampliação do prazo de validade das habilitações. Atualmente, condutores precisam renovar a CNH a cada dez anos (para condutores com idade inferior a 50 anos); cinco anos (para condutores com idade igual ou superior a 50 anos e inferior a 70 anos) e a cada três anos (para condutores com idade igual ou superior a 70 anos). Basicamente, a legislação exige uma avaliação com um médico perito. Nesta avaliação o médico pergunta sobre sintomas que possam indicar doenças graves impeditivas de idosos conduzirem veículos automotores, por motivos de segurança. Avalia-se exame físico especialmente voltado para o coração e a aferição de pressão arterial, além de exame de vista. Estas avaliações são

realizadas por médicos especialistas, treinados para avaliar os aspectos citados. (Lei 14.071/2020 art.147, §2º)

Geralmente, o condutor idoso faz uso de algum medicamento, visto que dificilmente encontram-se na terceira idade pacientes que não utilizem um ou mais medicamentos, por prescrição ou automedicação. Dentre os medicamentos mais utilizados pelos idosos que apresentam efeitos adversos sobre o ato de dirigir estão os benzodiazepínicos, os antidepressivos, os analgésicos opioides, os anti-histamínicos e os hipoglicemiantes, observada a ação de forma direta ou indiretamente sobre o sistema nervoso central e sobre o ato de dirigir. (DETRAN, 2006)

O DETRAN (2006) orienta sobre as condições que oferecem riscos e que levam a previsibilidade de um comportamento inseguro quanto à direção perigosa, como nos casos de patologias que alteram a consciência e controle corporal como as convulsões (epilepsias e doenças cerebrovasculares); diabetes; doenças cardíacas; demências; artrite; Parkinson.

Segundo Lucca (2003), existem alguns sinais listados apresentados pelo motorista idoso que indicariam a perda da capacidade de dirigir de forma segura, no entanto ressaltando que esta decisão deve ser sempre tomada em conjunto com a família e um médico especialista. Dentre alguns sinais estão: ter sofrido uma série de pequenas colisões; falta de concentração ao dirigir; dificuldades em assimilar os sinais de trânsito com rapidez.

2.3 Existe o momento certo para parar de dirigir? Qual seria?

Güntter (2003), menciona as três dimensões sobre o comportamento do condutor como: conhecimentos, práticas e atitudes. Quanto ao conhecimento, o autor menciona que está longe de ser suficiente, e que antes de mais nada, o conhecimento precisa ser colocado em prática, no momento certo e específico. Quanto à prática, adquire-se no decorrer do tempo, assim como antes de conceder à pessoa a permissão para dirigir há a exigência de um número de horas de treino e que seja submetida a uma prova prática. Quanto à atitude, é apontada a questão da prontidão, presteza ou a disposição em utilizar o conhecimento e a prática em prol de um benefício de um comportamento seguro no trânsito, ou que nenhuma outra pessoa possa ser prejudicada ou colocada em perigo.

Lacerda; Carlos (2012), menciona que nem todo idoso precise parar de dirigir, embora muitos filhos se preocupem com os pais em idade avançada e que continuam

dirigindo. É abordado que a família apenas deva intervir em última instância, caso o idoso venha apresentar distúrbios de cognição ou haja a perda de capacidade de perceber o perigo oferecendo riscos a própria integridade física do idoso e também a de terceiros.

Um fator importante abordado por Lacerda; Carlos (2012) e que nos faz pensar sobre a quem recairá a responsabilidade civil e criminal, caso um idoso sem condições de dirigir venha a utilizar o carro de algum familiar e se envolver em um acidente. Assim, a responsabilidade civil e criminal será atribuída ao dono do veículo, mesmo que o condutor idoso seja habilitado.

Segundo Barbani (2003, p. 01):

Se é hora de arquivar a carteira de habilitação e o idoso é muito resistente, a família deve procurar ajuda de um especialista. Muita conversa e carinho são as ferramentas indicadas. A intervenção não deve ser feita de forma brusca, e sim negociada e com respaldo médico. Mas a decisão não pode ser jogada nos ombros do profissional de saúde, é a família quem melhor conhece o idoso e deve saber lidar com ele.

A Associação Brasileira de Medicina de Trânsito (ABRAMET) demonstra que a maior parte dos acidentes envolvendo condutores idosos, acontece na tomada de decisões como por exemplo, realizar mudanças de faixa, conversões à esquerda, perceber sinal vermelho ou desvios. É proposto que ao decidir a hora de parar de dirigir ou não ao condutor idoso, seja feita uma avaliação médica conjuntamente com o idoso e sua família, pois algumas doenças podem aumentar o risco de acidentes, dentre os quais estão problemas de acuidade visual, auditivos e motores que denotam limitações deste condutor idoso. (ALVES, 2010)

É defendida a ideia de que se houver bom senso e consciência das limitações apresentadas na fase da velhice, como por exemplo, a necessidade do uso de lentes corretivas visuais para não oferecer riscos a quem dirige e a terceiros, apresentando assim uma boa acuidade visual, na identificação de placas, na orientação espacial. Desta forma, havendo esta consciência e cuidados não haverá problema algum de um idoso dirigir um veículo automotor. (LACERDA; CARLOS, 2010)

Terzian (2008), recomenda tanto à família quanto ao idoso que devam ficar atentos aos sinais de dificuldades que possam surgir como por exemplo se o condutor idoso bater o carro com frequência, se houver dificuldades para estacionar, se passar o sinal vermelho por não conseguir distinguir as cores, entre outras ocorrências.

Para Barbani (2003) o ato de dirigir um veículo automotor e poder deslocar-se para onde quiser, sem a dependência de ninguém, pode ser mesmo importante, pois dirigir tem um significado de autonomia, a participação do movimento na rua e no mundo. O referido autor mostra que como a sociedade cultua a juventude, por vezes o idoso acaba ficando sem lugar nem função e assim possam surgir as ideias como “idosos não podem dirigir”.

Neri; Yassuda (2005), nos remete aos impedimentos quanto à funcionalidade, aumentando a vulnerabilidade e a possibilidade de adaptação ficar comprometida, neste caso seria o conceito de velhice patológica, que é compatível com o conceito de fragilidade e decorre da interação entre causas genéticas e ambientais. A fragilidade é indicada pelo aparecimento ou pelo agravamento de doenças crônicas e incapacitantes que acompanham o envelhecimento do indivíduo. Relaciona-se com queda de bem-estar subjetivo e com perda de independência e autonomia. No entanto, é ressaltado que mesmo na presença de doenças e agravos afetivos e sociais, o idoso pode viver bem a sua velhice, com as condições que tem, desde que seja capaz de acionar recursos pessoais. Observa-se poucas referências de estudos, publicações sobre o tema de uma velhice bem-sucedida, ainda sendo um tema recente e pouco explorado.

Segundo Neri; Yassuda (2005, p.10)

Com o notório envelhecimento da população brasileira, crescem as demandas por maiores conhecimentos científicos sobre o tema que possam repercutir na qualidade dos serviços oferecidos, assim como nas políticas governamentais que atingem essa população. Assim ressaltamos a importância e a urgência da produção e da divulgação de conhecimentos científicos sobre as possibilidades de envelhecimento bem-sucedido no Brasil.

Na opinião de Barbani (2003), o condutor idoso costuma ter qualidades como a calma e a prudência, no entanto, muitos jovens adotam atitudes e comportamentos irresponsáveis no trânsito. O autor enfatiza a existência do diálogo entre a família e o idoso, evitando assim a infantilização por parte das famílias aos mais velhos. Se houver ausência de diálogo, há um risco aumentado de ocorrerem injustiças e preconceitos. Para o autor, cada caso deve ser analisado cuidadosamente de forma individual.

3 CONCLUSÃO

Com o aumento da expectativa de vida das pessoas é observado atualmente que o quantitativo do número de motoristas a partir dos 60 anos também tem aumentado

significativamente. Não existe uma idade máxima limitadora estabelecida pelo Código Brasileiro de Trânsito para que se pare de dirigir. Atualmente, as renovações das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) aos condutores são realizadas a cada dez anos (para condutores com idade inferior 50 anos), a cada cinco anos (para condutores com idade igual ou superior a 50 anos e inferior a 70 anos) e a cada três anos (para condutores com idade igual ou superior a 70 anos). Nestas avaliações médicas para renovação de CNH de condutores idosos é buscado avaliar parâmetros considerados primordiais para oferecer uma direção segura tanto ao condutor idoso quanto para terceiros, pois dirigir compreende um processo complexo que compreende diversas funções de aprendizagem ocorrendo de maneira dinâmica.

De acordo com os sintomas naturais do envelhecimento, alguns acabam por impossibilitarem os condutores idosos de dirigir tais como a perda ou a diminuição do processamento de informações, das funções psicológicas, da acuidade visual, da audição, da força, da flexibilidade, entre outros. Podemos verificar também que o uso de determinados medicamentos, podem influenciar no ato de dirigir destes condutores idosos em mudança de tempo de reação frente aos estímulos geralmente tornando-os mais lentos, a atenção prejudicada.

No trânsito de forma geral, os idosos têm mostrado características de experiência, paciência, tolerância, calma, responsabilidade e empatia. Muitos destes idosos tem a ciência de suas limitações e suas habilidades. O ato de dirigir de certa forma denota em alguns idosos a motivação e expectativa para manutenção de sua independência e saúde mental. O processo de envelhecer ocorre de forma gradual e diferenciada aos seres humanos.

É importante que estejam preservadas as habilidades psicomotoras e cognitivas efetivas para uma direção segura, no entanto, faz-se necessário maiores estudos sobre o envelhecimento e o desempenho ao volante, ainda temos poucos dados confiáveis e padronizados. É imprescindível que possam ser criadas novas formas de avaliar se um condutor idoso possa ou não renovar sua CNH, procurando investigar e abordar não somente os fatores físicos relacionados ao atendimento com o médico especialista em trânsito, mas se faz necessária uma avaliação mais criteriosa quanto aos fatores cognitivos e psicológicos com a presença do psicólogo especialista em tráfego.

É fundamental que, diante de qualquer mudança no comportamento ou nas habilidades do condutor idoso, possa existir um acompanhamento mais próximo principalmente da família com o idoso, com o objetivo de haver uma comunicação efetiva sobre as mudanças naturais do processo de envelhecimento e como aprender a lidar com este idoso muitas vezes impossibilitado de dirigir. Tentar evidenciar que existem outras possibilidades ou alternativas de locomoção, mobilidade, demonstrando interesse, apoio, proteção, respeito, evitando que por vezes a suspensão ou a não renovação da CNH venha a ocasionar um prejuízo social, para este condutor, levando-o a um isolamento social provocando prejuízos para sua saúde mental, ocasionando depressão ou ansiedade.

Portanto, cabe a todos, sociedade, médicos, psicólogos, família e condutor avaliar o significado quanto a tomada de decisão do ato de dirigir para o idoso, podendo existir a possibilidade da continuidade deste direito ou mesmo a sua suspensão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.H.M.; CAROMANO, F.A.; RIBEIRO, S.S.; BATISTA, M.P.P. Programa de orientação com ênfase em práticas de autocuidado para motoristas idosos. **Revista brasileira geriatria e gerontologia**, v.19, nº2, p.303-311, abril 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.140192> Acesso em: 11 jul.2023.

ALVES, G. **Dirigir na terceira idade**. Artigo publicado em 2010. Disponível em: www.gracealves.com.br. Acesso em: 28 jun. 2023.

BALBINOT, A.B.; ZARO, M.A.; TIMM, M.I. Funções psicológicas e cognitivas presentes no ato de dirigir e sua importância para os motoristas no trânsito. **Ciências & Cognição**, v.16, nº2, p.13-29, 2011.

BARBANI, M. **Nem todo idoso precisa parar de dirigir**. Artigo publicado em 2003. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq0506200319.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BEE, H. **O Ciclo Vital**. Trad. Regina Garcez – Porto Alegre – Artmed, 1997, 656p.
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB) – Lei 14.071/2020, art.147 §2º
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ. **Você no trânsito – idoso**. Artigo publicado em 2006. Disponível em <http://www.educacaotransito.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>. Acesso em 29 jun. 2023.

DOMENICO, C. M. De. **O impacto na autonomia de idosos que pararam de dirigir**. Mestrado em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia, São Paulo, 2011.

ERNEST, C.; NOVELO, M. O impacto do envelhecimento no ato de dirigir e os comportamentos de autorregulação em motoristas idosos. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado – RS, v.11, nº2, p.25-35, 2019.

GÜNTHER, H. Ambiente, psicologia e trânsito: reflexões sobre uma integração necessária. In: HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M.; ALCHIERE, J. C. (Org.) **Comportamento no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LACERDA, L. P.; CARLOS, C. M.G. O idoso no trânsito. Unar. **Revista Científica do Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson”**, Araras – SP, v.6, nº1, p.46-60, 2012.

LOPES, L. **Idosos e direção, até quando é possível dirigir?** Artigo publicado em 2010. Disponível em <http://www.marianaterapeutaocupacional.com>. Acesso em: 23 jul. 2023.

LUCCA, E, A. **Guia Serasa de orientação ao cidadão**. Guia publicado em 2003. Disponível em <http://www.serasaexperian.com.br/guiaidoso/apresentacao.htm>. Acesso em 04 março 2023.

MIRANDA, L. C. **O papel da psicologia frente ao envelhecimento**. Artigo publicado em 2009. Disponível em: <http://cuidadosdeidosos.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2023.

NERI, A. L.; YASSUDA, M. S. (org.); CACHIONI, M. (colab.) **Velhice Bem-Sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos**. 2ª edição, Campinas – SP: Papyrus, 2004 – Coleção Vivacidade PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E.V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

REUBEN, D. B. O médico e o motorista idoso. In: DUTHIE, E. H.; KATZ, P.R. **Geriatría prática**. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

RUEDA, F. J. M.; CASTRO, N.R.I. **Capacidade atencional: há decréscimo com o passar da idade?** *Psicologia Ciência e Profissão*, v.30, nº3, p. 572-587, 2010.

TERZIAN, F. **Sinal verde para o idoso**. Artigo publicado em 2008. Disponível em: <http://revistavivasaude.uol.com.br/Edicoes/39/artigo41138-1.asp>. Acesso em: 28 jul. 2023.